

UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL

AYAWOVI DJIDJOGBE FANHO

A RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E O COOPERATIVISMO : A CASO
DA COPERAV EM VIAMÃO/RS

PORTO ALEGRE

2023

AYAWOVI DJIDJOGBE FANHO

**A RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E O COOPERATIVISMO : A CASO
DA COPERAV EM VIAMÃO/RS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora : Profa. Daniela Dias Kühn

Linha de pesquisa : Sistemas Agrários,
Estruturas Produtivas e Agroecologia

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

FANHO, AYAWOVI DJIDJOGBE
A RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E O COOPERATIVISMO
: A CASO DA COPERAV EM VIAMÃO/RS / AYAWOVI DJIDJOGBE
FANHO. -- 2023.
109 f.
Orientadora: Daniela Dias Kühn.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Cooperativa. 2. Sistema Agroalimentar. 3.
Agroindústria. 4. Sustentabilidade. I. Kühn, Daniela
Dias, orient. II. Título.

AYAWOVI DJIDJOGBE FANHO

**A RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E O COOPERATIVISMO : A CASO
DA COPERAV EM VIAMÃO/RS**

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em desenvolvimento rural da faculdade de economia da ufrgs como requisito parcial para o título de mestre em desenvolvimento rural.

Aprovada em : Porto Alegre, 20 Abril de 2023

BANCA EXAMINADORA :

Prof. Alberto Bracagioli Neto
PGDR/UFRGS

Prof. Marcelino de Souza
PGDR/UFRGS

Prof^a. Rita Ines Paetzhhold Pauli
PPGED/UFSM

AGRADECIMENTOS

Neste momento único e especial, estou emocionado por ter concluído este trabalho, com uma mistura de alegria, satisfação e um pouco de apreensão diante dos desafios que virão. Encerro um ciclo importante na minha vida acadêmica, pessoal e profissional, após anos dedicados aos estudos, adquirindo conhecimentos, trocando experiências e criando laços sociais e familiares que contribuíram para chegar até aqui.

A realização desta dissertação é um marco significativo, e gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para este sucesso, embora seja difícil mencionar nomes sem cometer injustiças.

Dedico este momento tão especial à minha família, em especial ao meu pai e minha saudosa mãe, que sempre me deram amor, carinho e apoio incondicional em todas as minhas escolhas. Sem vocês, eu não teria conseguido alcançar mais esta conquista. Agradeço também às minhas irmãs Judith, Peace, Selom, e ao meu irmão Samuel, pelo companheirismo, convívio e ajuda nos momentos difíceis, guardando cada um deles no meu coração. Vocês são muito importantes para mim.

Também quero agradecer à minha Esposa Abla e à minha amada filha Fé Hermione pelo carinho, compreensão e inspiração que me deram ao longo desta jornada. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Além disso, gostaria de agradecer a todos os demais familiares, e em especial, ao meu irmão Ouro, que foi um incentivo decisivo para o início dos meus estudos na universidade e para minha caminhada até este momento.

Eu gostaria de expressar minha gratidão à professora Daniela Dias Kühn, que foi minha orientadora durante a realização deste trabalho. Seu comprometimento, conhecimentos e incentivo foram essenciais para o sucesso deste projeto. Gostaria de parabenizá-la pelo seu compromisso com a docência e sua habilidade em ensinar.

Também gostaria de agradecer ao professor Bracagioli por me colocar em contato com o diretor da Coperav, onde realizei a pesquisa.

Agradeço aos meus colegas da turma de mestrado e doutorado de 2021, pela amizade e troca de experiências.

Aproveito para agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por me dar a oportunidade de realizar este trabalho, e em especial ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), aos professores e funcionários.

Por fim, gostaria de expressar meu agradecimento à Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Reforma Agrária de Viamão (Coperav) por sua contribuição fundamental para a realização deste trabalho, e em particular ao diretor comercial e ao representante legal pela acolhida e apoio dados ao estudo.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de sustentabilidade adotadas pelas cooperativas agroindustriais do setor agroalimentar do RS. Este tema foi escolhido para ser desenvolvido no estado do RS, devido ao dinamismo deste estado no setor agroalimentar e também considerado especialmente como um estado pioneiro no sistema cooperativista brasileiro. A pesquisa tem como foco uma cooperativa agroalimentar localizada no município de Viamão/RS (Distrito de Águas Claras). A cooperativa objeto desse estudo é uma cooperativa de produção e comercialização de alimentos orgânicos. A Coperav opera em um assentamento de reforma agrária localizado no RS, abrigando 376 famílias assentadas. É importante ressaltar que as atividades produtivas da cooperativa são realizadas sem o uso de agrotóxicos ou transgênicos. Reconhecida como uma das principais produtoras de arroz orgânico no Brasil e em suas sub-regiões, a cooperativa conta com 150 associados(as) e mais de 20 colaboradores(as) em sua equipe. A cooperativa faz parte de uma dinâmica de desenvolvimento, produção e comercialização de alimentos orgânicos. O principal produto da cooperativa é a produção de arroz orgânico, produzido totalmente controladas e organicamente manejadas. O arroz é vendido através da casca polida e de aparência branca, conforme demanda do mercado. A cooperativa desenvolveu também um projeto de produção de panificação a pedido de seus associados(as). Atualmente, a agroindústria produz pães, bolos e vários tipos de biscoitos coloniais que facilitam a merenda escolar. Além de focar na produção de cereais orgânicos, marketing e vendas, a produção é comercializada no mercado institucional, marcado por seu caráter complexo e instável. O estudo permitiu descrever as particularidades, assim como permitiu analisar o modelo de gestão adotado por esta cooperativa. Os estudos de campo foram feitos por meio de entrevistas semiestruturadas. Os dados das entrevistas possibilitaram responder a questões que tratam do tema das práticas associadas à sustentabilidade adotadas pela cooperativa, a influência da cooperativa em seu ambiente, bem como a relação que existe entre a cooperativa e seus cooperados. A preocupação com a sustentabilidade é conhecida como um dos objetivos da cooperativa, bem como o envolvimento da cooperativa nas questões sociais, ou seja, nas relações que a cooperativa mantém com a sua comunidade, nomeadamente ao nível do investimento nas questões sociais. A Coperav também tem fundos destinados à assistência educacional para seus membros e para a comunidade. Além disso, o estudo nos permitiu conhecer as estratégias de sustentabilidade, as práticas que permitem o cumprimento dos padrões ambientais exigidos no assentamento e as políticas de comercialização implementadas pela cooperativa para facilitar a venda de produtos no mercado, bem como a implementação dos princípios e valores cooperativos, que também são essenciais para garantir a identidade da cooperativa, a fim de alcançar o modelo de equilíbrio cooperativo proposto pela Lei nº 5.764, de 1971, que define a política cooperativa nacional no Brasil.

Palavras-Chave: Cooperativa. Agroindústria. Sistema Agroalimentar. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the sustainability strategies adopted by agroindustrial cooperatives in the agrifood sector of RS. This theme was chosen to be developed in the state of RS, due to the dynamism of this state in the agri-food sector and also considered especially as a pioneer state in the Brazilian cooperative system. The research will focus on an agri-food cooperative located in the municipality of Viamão/RS (District of Águas Claras). The cooperative that is the object of our study is a cooperative for the production and commercialization of organic food. Coperav operates in a land reform settlement located in RS, housing 376 settled families. It is important to highlight that the cooperative's productive activities are carried out without the use of pesticides or genetically modified organisms (GMOs). Recognized as one of the leading producers of organic rice in Brazil and its sub-regions, the cooperative has 150 members and over 20 employees in its team. The cooperative is part of a dynamic development, production, and commercialization of organic food. The main product of the cooperative is the production of organic rice, produced totally controlled and organically managed. The rice is sold through the polished husk and white appearance, according to market demand. The cooperative has also developed a bakery production project at the request of its members. Currently, the agro-industry produces breads, cakes and several types of colonial cookies that facilitate school meals. Besides focusing on the production of organic cereals, marketing and sales, the production is commercialized in the institutional market, marked by its complex and unstable character. The study allowed us to describe the particularities, as well as to analyze the management model adopted by this cooperative. The field studies were carried out by means of semi-structured interviews. The data from the interviews made it possible to answer questions dealing with the practices associated with sustainability adopted by the cooperative, the influence of the cooperative in its environment, as well as the relationship that exists between the cooperative and its members. The concern with sustainability is known as one of the cooperative's objectives, as well as the cooperative's involvement in social issues, i.e. the relations the cooperative has with its community, namely at the level of investment in social issues. Coperav also has funds allocated to educational assistance for its members and community. In addition, the study allowed us to know the strategies of sustainability, the practices that allow the compliance with the environmental standards required in the assentamento and the marketing policies implemented by the cooperative to facilitate the flow of products in the market, as well as the implementation of the cooperative principles and values, which are also essential to guarantee the identity of the cooperative in order to achieve the model of cooperative balance proposed by Law No. 5.764, of 1971, which defines the national cooperative policy in Brazil.

Keywords: Cooperative. Agroindustrial. Agrifood System. Sustainability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: As dimensões propostas pelos autores	29
Quadro 02: Apresentação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	37
Quadro 03: Os princípios do Cooperativismo.....	53
Quadro 04: Ramos de Atividade das Cooperativas no Brasil (2020)	62
Quadro 05: Número das Cooperativas/Cooperados e o número de Empregados por Estado.....	62
Quadro 06: Cronograma da realização do trabalho de campo.....	71
Quadro 07: Número das pessoas entrevistadas	73
Quadro 08: Eixos e Aspectos Importantes : Síntese das Entrevistas	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa Mundial – Representação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2018).....	32
Figura 02: Linha do tempo das conferências das nações unidas.....	40
Figura 03: Modelo Triple Bottom Line – TBL.....	46
Figura 04: Hierarquia das 3 dimensões da sustentabilidade.....	47
Figura 05: Linha do Tempo da Criação das Cooperativas no Brasil	61
Figura 06: Localização do RS no Brasil e Localização das Cooperativas de Produção Agropecuária no RS	63
Figura 07: Localização do município de Viamão/RS.....	74
Figura 08: Disposição de terra no assentamento.....	76
Figura 09: Localização do Assentamento Filhos de Sepe no município de Viamão/RS.....	77
Figura 10: Mapa do Distrito de Águas Claras identificando a localização da Coperav.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

COPERAV- Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão

DR - Desenvolvimento Rural

DS - Desenvolvimento Sustentável

ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

GTA- Grupo de Trabalho Aberto

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBID - Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro

ICA- International Co-Operative Alliance

ICSU - International Council for Science

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFIBE - Instituto Superior de Filosofia Berthier

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISSC - International Social Science Council

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCERGS - Órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ROA - Retorno sobre Ativos

ROE - Retorno sobre Patrimônio

RS - Rio Grande do Sul

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TBL - Modelo Triple Bottom Line

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNDP - United Nations Development Program

WCED - World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVO GERAL	14
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 DESENVOLVIMENTO	19
2.2 A RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO	22
2.2.1 Eixos Econômicos	27
2.2.2 Eixos Sociais	28
2.2.3 Eixos Ambientais	30
2.3 O DEBATE INTERNACIONAL ACERCA DA TEMÁTICA QUE ENVOLVE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	35
2.4 SUSTENTABILIDADE	40
2.5 DESENVOLVIMENTO RURAL	45
2.6 SISTEMA COOPERATIVO	50
2.6.1 Cooperativismo no Brasil e no RS	50
2.6.2 Breve histórico sobre o surgimento do cooperativismo	54
2.6.3 Um Panorama do Cooperativismo no Rio Grande do Sul	59
2.6.4 Cooperativismo como estratégia de desenvolvimento sustentável	61
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
3.1 ESCOLHA DA COOPERATIVA	67
3.2 PRÉ-CAMPO E ORGANIZAÇÃO DO CAMPO	68
3.3 REALIZAÇÃO DO CAMPO	70
3.4 A COOPERATIVA OBJETO DE ESTUDO	71
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	78
4.1 EIXOS SOCIAIS	78
4.2 EIXOS ECONÔMICOS	81
4.3 EIXOS AMBIENTAIS	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A – TEXTO DO TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO	104

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO – PRODUTORES /ASSOCIADOS.....	105
APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO – GESTORES	107
APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO – MEMBROS DA COMUNIDADE	109

1. INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento sustentável tem como objetivo tornar o mundo mais habitável, considerando que os recursos naturais são limitados (MAZZER; CAVALCANTI, 2004) e a maneira como os utilizamos afeta diretamente a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (CERDOTES; BÜHRING, 2022). Portanto, é fundamental adotar métodos que protejam e preservem esses recursos para as próximas gerações. O desenvolvimento sustentável é um processo de progresso econômico e social que busca satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU, 1987; HUANG; RUST, 2011). Esse modelo combina crescimento econômico, proteção ambiental e bem-estar humano, promovendo o uso eficiente e responsável dos recursos naturais, a redução da poluição e o investimento em tecnologias limpas para garantir a segurança alimentar e proporcionar saúde e educação de qualidade para todos (ONU, 2015a).

Sachs (1986) apresentou um conjunto de estratégias para a transição em direção ao desenvolvimento sustentável, baseado em cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A teoria de Sachs é central para o estudo da sustentabilidade, pois se concentra em políticas que abordam os cinco elementos da sustentabilidade, bem como no desenvolvimento de soluções para as desigualdades sociais e no envolvimento das comunidades locais na promoção da sustentabilidade. Esta teoria enfatiza a necessidade de um compromisso político com a sustentabilidade a longo prazo. A abordagem também enfatiza a importância de combater os desequilíbrios socioeconômicos que poderiam dificultar o crescimento e a sustentabilidade. Finalmente, enfatiza a importância de políticas que promovam o acesso à educação, à saúde e a outros serviços essenciais para os mais desfavorecidos. Também enfatiza a necessidade de trabalhar com as comunidades locais para encontrar soluções que promovam a igualdade de oportunidades e minimizem as desigualdades (SACHS, 1986).

Considerando as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, cabe a pergunta: em que medida as cooperativas agropecuárias estimulam práticas produtivas de caráter ambientalmente sustentável entre seus associados? De um lado, talvez, na medida em que observam a doutrina e os princípios cooperativos, evitando a concentração das ações numa dimensão econômica visando seus próprios interesses. De outro lado, ao se investir na gestão

democrática e participativa, com mecanismos de corresponsabilidade social e ambiental, as cooperativas podem contribuir na gestão e proteção do meio ambiente.

O objetivo deste estudo é examinar se as cooperativas agropecuárias podem ser uma solução viável para abordar as complexidades das questões ambientais e humanas, visando promover o desenvolvimento sustentável e o cooperativismo. Embora muitas literaturas tenham se contentado em criticar o neoliberalismo (CHOMSKY, 1994; MENARGUEZ, 2003; TUSSEL, 2005), indicando que este sistema não pode ser qualificado como instrumento de sucesso sob o pretexto de ser fonte de mais danos ambientais do que econômicos. Estes autores (CHOMSKY, 1994; MENARGUEZ, 2003; TUSSEL, 2005) baseiam-se em particular em várias crises que o mundo não deixou de passar nos últimos anos como a onda de imigração, a crise econômica e ambiental, sem esquecer a crise política, a ideia agora é buscar pontes e soluções viáveis (KATZ, 2016).

Mais que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos (PINHO, 1966). Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade individual e coletivo. Conhecer um pouco mais sobre o cooperativismo, seus princípios e valores é conhecer a importância da existência humana sobre o planeta. A questão da sustentabilidade, no âmbito das cooperativas agropecuárias está se tornando cada vez mais um fator de sucesso através da redução, reutilização e reciclagem dos produtos e o respeito às normas ambientais, ampliando a busca por outros mercados, o que traz novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente e socialmente mais próspero (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB, 2017).

O cooperativismo gera uma ideologia original e complexa que vai além do quadro simples de um sistema econômico, além disso, concebe um conjunto sistêmico e integrador de todos os elementos humanos e naturais. Desta forma, o cooperativismo sustenta uma visão antropológica humanista em que cada indivíduo assegura seu desenvolvimento de maneira coletiva. O cooperativismo, portanto, aparece como um contra equilíbrio paradigmático (MARTINS *et al.*, 2012).

Koslovski (2006), denota que no século XXI, as cooperativas, em geral, têm exercido influência nos rumos da sociedade. Por isso, devem comprometer-se na busca por uma sociedade mais justa e humanizada e desvincular-se de decisões que causem consequências maléficas à coletividade, como a poluição do meio ambiente, a negligência com o

consumidor, a ausência de condições adequadas de trabalho e de equipamentos de segurança aos empregados. Segundo o autor, essas responsabilidades social e ambiental são inerentes à cooperativa desde sua criação (KOSLOVSKI, 2006)

Ostrom (2009) indica que uma das principais questões ambientais consiste em debater e melhorar a compreensão da complexa relação entre a humanidade e a biosfera. Essa relação se expressa na interação entre o homem e o meio ambiente. Portanto, devido ao aumento da população mundial, os reflexos de interações entre homem e meio ambiente permaneceram incólumes, a relação entre homem e meio ambiente se intensificou, aumentando assim os prejuízos à natureza, fundamentalmente pela emissão de gases de efeito estufa na atmosfera.

Para Arteau (2009), quanto mais uma cooperativa respeita seus fundamentos, valores e princípios, mais ela responde ao desenvolvimento sustentável. Desta forma, torna-se relevante buscar as estratégias de sustentabilidade ambiental adotadas pelas cooperativas agroindustriais do setor agroalimentar da região do Rio Grande do Sul (RS).

A presente pesquisa justifica-se por contribuir com conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento sustentável na Coperav localizada em Viamão/RS, além disso é um dos municípios quem está localizado em uma região em que mais cresce a agropecuária (LUIZ, 2015).

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as estratégias de sustentabilidade implementadas pela Coperav.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Analisar os princípios subjacentes aos conceitos de cooperativismo e sustentabilidade ambiental presentes no padrão de produção adotado pela Coperav;
- b) Identificar a influência da Coperav e suas práticas produtivas instaladas no assentamento;
- c) Avaliar se as táticas utilizadas pela Coperav são boas referências para promover iniciativas de sustentabilidade.

1.3 JUSTIFICATIVA

As cooperativas contribuem efetivamente para o desenvolvimento sustentável de diversas maneiras, inclusive promovendo o crescimento econômico baseado na inclusão social, gerenciando e utilizando os recursos naturais disponíveis de forma sustentável e contribuindo para a erradicação efetiva da pobreza, melhorando assim as condições de vida locais.

De acordo com Dale *et al.*, (2013), a idéia, valores e princípios dos sistemas cooperativos estão intimamente relacionados à noção de sustentabilidade, e estes sistemas, de acordo com Coton e Castro (2011), podem ser mais ativos na difusão do desenvolvimento sustentável. Giese e Büttgenbender (2015) acrescentam a isto afirmando que as noções de cooperativismo, meio ambiente, recursos naturais e desenvolvimento sustentável se preocupam com a relação entre os sujeitos no processo de interação, seja econômica ou socialmente no mesmo ambiente.

O cooperativismo, Segundo Irion (1997), é uma ferramenta poderosa para organizar as populações, investir na democracia, na distribuição de riqueza, na regularização do mercado, na criação de empregos e na obtenção de justiça social. Meinen, Port (2012) sustentam que, ao contrário de outras organizações comerciais, a definição da cooperativa inclui preocupações de princípios e ideais humanitários. O cooperativismo tem sido considerado como o único movimento socioeconômico que evoluiu dentro da mesma perspectiva teológica, a partir de seu surgimento em Rochdale, Inglaterra, no início do século XIX (MEINEN; PORT, 2012). As cooperativas, como as empresas, são movidas mais pelos ideais do que pelo lucro, compartilham princípios globalmente e colaboram para fazer uma sociedade melhor (ACI, 2020).

A prática colaborativa é um método para educar as pessoas e cultivar uma visão de mundo mais inclusiva, participativa e humana (GAWLAK; RATSKE, 2007). As interações positivas ocorrem quando membros de organizações cooperativas fazem sua parte, com indivíduos querendo atingir objetivos pessoais e profissionais e a empresa confiando no desempenho dos funcionários para atingir metas (CARVALHO; SILVA, 2017). Como resultado, as cooperativas se esforçam para criar uma situação em que todos os aspectos possam estar ligados: econômico e social, individual e coletivo, produtividade e sustentabilidade (OCB, 2019).

O sistema cooperativo, de acordo com Veiga (2001), tenta melhorar as componentes sociais, econômicas e culturais da humanidade. Preocupa-se com o seu ambiente e procura desenvolver uma sociedade mais igualitária, democrática e sustentável. Neste sentido, Frantz(2002) afirma que este sistema procura implementar o desenvolvimento a longo prazo na sua comunidade, a fim de beneficiar não só os seus membros, mas também a sua comunidade (FRANTZ, 2002).

De acordo com Koslovski (2006), as cooperativas em geral têm afetado os processos sociais do século XXI. Como resultado, devem estar empenhadas em alcançar uma sociedade mais justa e humana e abster-se de tomar decisões que tenham consequências negativas para o coletivo, tais como poluição ambiental, desrespeito pelo consumidor, e falta de condições de trabalho adequadas e de equipamento de segurança para os empregados. Os autores afirmam que estas obrigações socioambientais têm sido inerentes às cooperativas desde o seu início, porque as cooperativas aspiram promover o crescimento sustentável baseado na democratização da riqueza e na justiça social.

Para Ostrom (2009), uma das principais questões ambientais consiste em debater e melhorar a compreensão da complexa relação entre a humanidade e a biosfera. Essa relação se expressa na interação entre o homem e o meio ambiente. Portanto, devido ao aumento da população mundial, os reflexos de interações entre homem e meio ambiente não permaneceram incólumes, a relação entre homem e meio ambiente se intensificou, aumentando assim os prejuízos à natureza, fundamentalmente pela emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Para Arteau (2009), quanto mais uma cooperativa respeita seus fundamentos, valores e princípios, mais ela responde ao desenvolvimento sustentável.

As cooperativas, segundo Arteau (2009), são coerentes com o conceito de desenvolvimento sustentável se os seus objetivos, valores e princípios básicos forem mantidos. De acordo com o autor, as cooperativas dedicam-se ao crescimento dos seus membros, do ambiente e das comunidades em que operam. O autor ainda afirma que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado através da implementação de políticas éticas econômicas, sociais e ambientais. Estas práticas incluem a gestão eficaz dos recursos, a promoção de programas de educação e formação, o uso de métodos de produção e consumo sustentáveis, e ligações econômicas justas e equitativas com outras organizações. Além disso, as cooperativas tomam medidas para reduzir ou eliminar o efeito ambiental das suas operações.

Segundo Barreto (2004), a Sustentabilidade refere-se a tudo que é capaz de perdurar e ser preservado com um grau de continuidade, emergindo como um novo paradigma que envolve a interação entre a natureza, o Estado e a sociedade. A sustentabilidade é definida como a satisfação das necessidades humanas sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT -WCED, 1987, p. 42). A este respeito, o sistema cooperativo baseia-se no conceito de desenvolvimento sustentável, que combina expansão econômica, progresso social, e conservação dos recursos naturais para criar um desenvolvimento que satisfaça as exigências atuais sem pôr em risco a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias (BOFF, 2012), tal como confirmado pelo Relatório Brundtland (*Our Common Future*) em 1987.

Para atingir os objetivos previstos, o trabalho é dividido em três partes principais, além desta Introdução (considerada a primeira parte) e das Considerações Finais. O próximo capítulo apresenta o referencial teórico, que discute o termo desenvolvimento no seu sentido próprio, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural, bem como aborda o cooperativismo no RS e no Brasil. O segundo capítulo apresenta, ainda, o cooperativismo como instrumento para o desenvolvimento sustentável e, finalmente, no terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta dissertação, bem como a explicitação do objeto de estudo.

O quarto capítulo está dedicado à apresentação dos resultados do trabalho de campo. Após essa apresentação, estão elencadas algumas Considerações Finais, as Referências e o conjunto de Apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Vários estudos anteriores foram realizados sobre o cooperativismo e seus aportes ao desenvolvimento sustentável, destacando Büttgenbender (2010 e 2011), Büttgenbender *et al.*, (2010), Hofler e Büttgenbender (2010). Também estudos que exploram o tema específico da gestão da sustentabilidade ambiental no âmbito agropecuário, como enfatizado por Veiga (2005) e, Abramovay e Veiga (1997).

Segundo Simão e Bandeira (2014), a evolução do tema gestão ambiental revela-se de grande importância nas cooperativas agropecuárias. O tema apresenta-se, principalmente em relação aos resíduos gerados nas atividades desenvolvidas no setor produtivo, ou especificamente a questão das embalagens ou materiais contaminados em função da comercialização de produtos como fertilizantes, agrotóxicos, óleos lubrificantes, e combustíveis (SIMÃO ; BANDEIRA, 2014).

De acordo com a norma ISO 14004 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS -ABNT, 1996), toda e qualquer empresa e/ou cooperativa que visa seguir os princípios de um gerenciamento ambiental deve atender e se enquadrar em requisitos, como o de garantir o sistema de produção limpo integrado às políticas e práticas ambientais.

Para estabelecer um programa efetivo de monitoramento, capacitação e educação ambiental, é necessário realizar uma análise dos objetivos e do tipo de negócio, bem como avaliar os riscos que podem afetar os colaboradores. Em geral, é importante que os objetivos e as necessidades da cooperativa/empresa estejam alinhadas com as normas ambientais, as quais visam garantir a segurança, o controle de qualidade, o desenvolvimento das habilidades e a motivação dos colaboradores e demais envolvidos (SIMÃO; BANDEIRA, 2014), implementando todas essas medidas de forma simultânea.

Taguchi (2010) ressalta que é fundamental que os gestores públicos se preocupem com a questão da geração de resíduos sólidos, uma vez que estes podem impactar o meio ambiente, a economia e a sociedade. Tais impactos podem incluir a contaminação de materiais pesados que afetam a qualidade da água e do solo, a propagação de animais transmissores de doenças e os altos custos associados às etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos. Além disso, é importante lembrar que existem diversos tipos de resíduos cuja responsabilidade pelo destino final recai sobre o produtor/vendedor, como é o caso de embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias, entre outros.

Perante esses fatos, pode-se relatar a importância da diminuição da disposição de resíduos no solo, o reaproveitamento e a redução dos resíduos. Isso pode ser alcançado pela coleta seletiva e a reciclagem, fatores que auxiliam diretamente na sustentabilidade ambiental e na saúde da população (BESEN, 2011).

Nesse sentido, as cooperativas têm papel relevante, pois, auxiliam na diminuição de descartes inadequados e resíduos destinados aos aterros, redução do custo de fornecimento de matérias-primas para indústria e na extração de novos recursos naturais, e na diminuição da proliferação de vetores de doenças (SANTOS, 2012).

2.1 DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento ganhou cada vez mais importância e notoriedade ao longo dos últimos dois séculos. Tornou-se como ponta de lança em vários encontros e debates com o objetivo de mostrar à opinião mundial a importância capital dessa noção para a humanidade (2ª CNDRSS,2013). Essas discussões estão se tornando cada vez mais interessantes e se concentram no meio acadêmico para encontrar uma solução a longo prazo. Os debates sobre o desenvolvimento e crescimento dos bens de consumo têm chamado a atenção do ser humano para uma outra percepção da vida. Essas reflexões buscam identificar as repercussões do desenvolvimento e do crescimento econômico, não apenas no ser humano, mas também na sociedade em que vive.

Os anos 90 foram particularmente agitados e também marcados por um par de inúmeras reuniões sobre este conceito de desenvolvimento para encontrar uma saída. A conferência do Rio de Janeiro em 1992, chamada ECO-92, é a prova desse grande pessimismo sobre o futuro do mundo que o ser humano vem arrastando há anos. ECO-92 foi a primeira conferência organizada pelas Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Esta situação alarmante está se tornando uma preocupação primordial para a humanidade. Os homens estão cada vez mais interessados no conceito de crescimento econômico e seus efeitos na qualidade de vida humana.

Conferências, encontros e discussões sobre esse conceito de desenvolvimento são cada vez mais frequentes e cada vez mais estimulantes, principalmente aquele que trata da distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Muitos autores acreditam que o

crescimento econômico afeta direta e significativamente o desenvolvimento. Para Oliveira (2002, p. 38):“o crescimento econômico foi visto como meio e fim do desenvolvimento”. Também Jones (1979, p.12) afirmou que:“o crescimento econômico tem sido visto como solução para uma variedade de problemas, argumentando-se frequentemente que ele se constitui na única esperança para a redução ou resolução da pobreza”. Apoiando a tese de que a melhoria contínua da renda permite alcançar desenvolvimento, onde mesmo desenvolvimento e crescimento econômico se complementam (SCATOLIN, 1989. p. 24) sem se preocupar com os impactos indesejáveis que esse crescimento pode causar para a humanidade.

Outra corrente de pensamento acredita que desenvolvimento não deve ser confundido com crescimento econômico. Neste sentido, desenvolvimento é crescimento econômico acompanhado de melhora significativa na qualidade de vida humana (TROSTER;MOCHÓN, 2002).

Sachs (2001), um economista influente, contribui para o debate, rejeitando qualquer comparação entre os dois conceitos. Segundo ele, crescimento econômico e desenvolvimento não são equivalentes. Ele afirma nesse sentido que

O fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O econômico, se repensado de forma adequada, de modo a crescer minimizando os impactos ambientais negativos, e um serviço de objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento necessário... de taxas mais altas de crescimento econômico para acelerar a reabilitação social, uma vez que é mais fácil operar nos acréscimos do Produto Nacional Bruto que distribui bens e rendas economia estagnada (SACHS, 2001, p. 157-158).

Em 2004, Sachs ampliou sua pesquisa ao comparar economia e ética. Para ele, os objetivos de desenvolvimento são mais importantes e consequentes do que os de crescimento econômico. Sachs destacou que, embora o crescimento seja considerado um elemento central que contribui para a melhoria das condições de vida da população, ele é incapaz de lidar com as injustiças sociais e não consegue erradicar os desequilíbrios existentes na sociedade, levando a resultados insatisfatórios.

O crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado por desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes (SACHS, 2004, p.71).

Sachs (2004) abraça essa ideia de que a equidade, a igualdade e a solidariedade devem ser incorporadas ao conceito de desenvolvimento sob o pretexto de que o objetivo não é

necessariamente a otimização do PIB, mas sim contribuir efetivamente para a reforma das condições de vida dos habitantes. Defende também que as atividades que devem ser incorporadas ao desenvolvimento devem ser atividades sustentáveis, socioambientais e com viabilidade econômica.

Troster e Mochón (2002, p. 333) ao concluir que o “ desenvolvimento é o processo de crescimento de uma economia, ao longo do qual se aplicam novas tecnologias e se produzem transformações sociais, que acarretam uma melhor distribuição da riqueza e da renda ”. Oliveira (2002) destaca que, embora o aumento da renda possa ser um fator importante para o desenvolvimento de um país, não deve ser o único critério para medir o desenvolvimento. Por outro lado, Cracolici *et al.*, (2009) afirmam que o desempenho ou competitividade de uma nação não depende apenas do desempenho econômico, mas é influenciado por vários outros fatores. Em outras palavras, ambos autores enfatizam que o desenvolvimento deve ser avaliado de forma ampla, levando em consideração diversos aspectos além da economia, como questões sociais, políticas e ambientais.

Sen (2000), por sua vez, define o desenvolvimento como um mecanismo de emancipação e liberdade que o ser humano possui. Mas explica que esta liberdade não se esgota nos recursos naturais mas indica também que é esta capacidade que o ser humano tem“ [...] de evitar provas como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como como liberdades associadas a saber ler e criar aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão” (SEN, 200, p. 52).

Schneider *et al.*, (2010) argumentam que a questão ambiental ainda não é incorporada aos debates com a urgência que merece, sendo muitas vezes vista como um objetivo secundário em relação ao crescimento econômico. Contudo, esses mesmos autores apontam que a crise econômica de 2008 foi uma oportunidade para reconhecer que o crescimento econômico ilimitado não é sustentável a longo prazo e que novas abordagens são necessárias. Portanto, a crise pode ser vista como um momento de reflexão sobre os limites do modelo atual e uma oportunidade para explorar outras formas de desenvolvimento que sejam social e ambientalmente responsáveis.

A tecnologia seria um elemento importante como promotor do desenvolvimento (FOKKEMA *et al.*, 2005). Ressalte-se que vários autores estão em total desacordo com esta ideia, indicando que a tecnologia é a fonte do desaparecimento do conceito de sustentabilidade nas nossas sociedades contemporâneas. Defendem a ideia de que, para

consolidar o desempenho ambiental e garantir a eficiência produtiva, seria importante que a tecnologia fosse incorporada aos processos para garantir o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, Thiollent (1994) afirma que o objetivo da inovação tecnológica é inserir técnicas modernas mais sofisticadas na produção e que terão impactos positivos no meio ambiente e na rentabilidade econômica. No conceito de desenvolvimento, a inovação tecnológica é vista como elemento propulsor da sustentabilidade e Vredenburg (2003) continua dizendo que quando a inovação tecnológica é voltada para o desenvolvimento ou trata de negócios decorrentes do desenvolvimento, ela merece atenção especial.

O processo de construção da nação é complexo e envolve todos os setores da sociedade (ROTMANS, 2002). O crescimento econômico é tratado como um elemento importante do desenvolvimento e, no entanto, não pode haver desenvolvimento sem crescimento econômico, principalmente nos países com médias de renda mais baixas e com grandes desigualdades. Portanto, é importante notar que o crescimento econômico pode estar associado a processos de desenvolvimento com melhorias da qualidade de vida da população ou levar a um desenvolvimento insatisfatório.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento pode ser percebido como uma liberdade ou transformação da qualidade de vida humana (SEN, 2000), essa liberdade pode ser de caráter geral e também pode estar vinculada a diversas áreas como saúde, educação e muitas outras, que participam efetivamente no atendimento das necessidades vitais da população por meio da contribuição da vida comunitária (SEN, 2002, p. 20). Este autor vai mais adiante e afirma que

A expansão da liberdade é vista, por esta abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente. [...] Se o ponto de partida da abordagem é identificar liberdade como principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento (SEN, 2002, p. 10).

Em outras palavras, essa capacidade é muitas vezes conquistada por decisões políticas, que têm potencial para implementá-la (SEN, 2000). O autor vai mais longe em seus escritos ao afirmar que os atores políticos dos países em desenvolvimento têm a obrigação de implementar políticas públicas que gerem benefícios com o objetivo de favorecer diretamente

a evolução das capacitações dos seres humanos e, portanto, melhorar a qualidade de vida (SEN, 2000).

Essa forma de conceber as coisas nos leva a pensar que a liberdade humana é um elemento fundamental no conceito de desenvolvimento e que os demais elementos, como as potencialidades individuais, resultam essencialmente da vontade política e das políticas públicas postas em prática. Bresser-Pereira, em seu livro “ Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico” (2014), inspirado nos escritos de Sen (1999), destaca o conceito de desenvolvimento humano, onde a democracia é definida pela liberdade humana. Ele observa que o desenvolvimento não pode ser injusto de forma alguma.

De acordo com Fontes (2010), há uma confusão comum entre as noções de desenvolvimento e crescimento, que historicamente foram tratadas como sinônimas. No entanto, essa perspectiva tem sido questionada por diversos autores que argumentam que o crescimento econômico nem sempre é um indicador suficiente de desenvolvimento humano, social e ambiental. Em outras palavras, enquanto o crescimento se refere a uma expansão quantitativa da economia, o desenvolvimento se refere a um processo qualitativo e multidimensional (PINHO, 2011), que engloba não apenas aspectos econômicos, mas também sociais, ambientais, culturais e políticos. Nos países em desenvolvimento há um aumento acentuado na taxa de crescimento enquanto o desenvolvimento não necessariamente aumenta na mesma proporção. Pinho (2011) diz que o crescimento é quantificável enquanto o desenvolvimento é qualificável. O crescimento econômico é calculado em termos de PIB em um período bem definido (FONTES, 2010, p. 112). Nessas reflexões, o autor vai mais longe ao definir desenvolvimento como “ um processo que envolve, além do crescimento econômico, a melhoria do padrão de vida da população e as alterações na estrutura de sua economia” (FONTES, 2010, p. 112).

Vários autores se interessaram por este tema, em particular o diplomata Majid Rahnema (1924 – 14 April 2015) em seu livro “ *The Post-Development Reader*” publicado em 1997 onde comparou o conceito do desenvolvimento como outra espécie de doença incurável, em particular a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). No sentido de que para este autor o conceito de desenvolvimento não tem nada a ver com o que é o real significado de desenvolvimento, mas sim outra forma de dominação e para ele é preciso discernir desenvolvimento como mito do desenvolvimento como realidade histórica.

Majid Rahnema (1997) questiona a ideia de que o desenvolvimento é uma solução universal para a pobreza e considera essa noção como tendo sido imposta pelos países industrializados aos países do Sul para justificar sua dominação econômica, cultural e política. Ele critica os programas de desenvolvimento por seus efeitos muitas vezes prejudiciais às comunidades locais e ao meio ambiente. Rahnema defende uma abordagem pós-desenvolvimento que busca descolonizar as mentalidades e dar às comunidades locais a possibilidade de encontrar suas próprias soluções de desenvolvimento com base em seus valores, culturas e necessidades.

Dentre as referências pioneiras nesta temática, destacam-se as obras do professor suíço Gilbert Rist (1997), do economista mexicano Gustavo Esteva (1997), do alemão Wolfgang Sachs (1992), do antropólogo colombiano Arturo Escobar (1995), do economista francês Serge Latouche (2005), da militante altermundialista franco-americana Susan George (2002) e da economista australiana Victoria Bawtree (1997). Mais recentemente, vários sociólogos, cientistas, políticos e historiadores vêm se debruçando e revisando o campo de estudo sobre o desenvolvimento com enfoques diversificados, a exemplo de Veiga (2015), Elkington (2001), Fontes (2010), Pinho (2011) etc...De acordo com Scatolin (1989, p. 6), poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Na realidade, os conceitos carregam consigo uma compreensão específica dos fenômenos e funcionam como diagnósticos da realidade, pois eles prejulgam e orientam ações para se alcançar o desenvolvimento.

Para outros tipos, os autores se opõem ao desenvolvimento de maneira extrema. Para eles, o desenvolvimento é outro tipo de colonização estabelecida pelos poderes políticos e a globalização nada mais é do que o desenvolvimento em outro aspecto (VEIGA, 2015). A partir deste ângulo, (VEIGA, 2015) propõe distinguir entre desenvolvimento como colonização e desenvolvimento no verdadeiro sentido do termo que é uma mudança que visa uma sociedade cujos valores econômicos não seriam a base.

Bruseke, (1995) formulou os princípios básicos dessa visão complexa de desenvolvimento. Segundo o autor, existem essencialmente seis vertentes, que deve orientar os caminhos do desenvolvimento :

- a) a satisfação das necessidades básicas ;
- b) solidariedade com as gerações futuras ;
- c) a participação da população interessada ;

- d) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral ;
- e) o desenvolvimento de um sistema social que garanta emprego, seguridade social e respeito a outras culturas,
- f) programas educacionais(BRUSEKE, 1995, p. 30).

Para Veiga (2015, p. 40), ” O desenvolvimento e a economia constituem problema, não solução ”, o autor vai mais longe ao dizer que :

Tanto quanto a colonização e a mundialização, o desenvolvimento é uma obra simultaneamente econômica e militar de dominação e conquista. Esse seria o desenvolvimento real que domina o planeta há três séculos, que engendra a maioria dos atuais problemas sociais e ambientais : exclusão, superpopulação, pobreza, poluições diversas etc... (VEIGA, 2015 p. 38).

Em seu livro “*The Development Dictionary : A Guide to Knowledge as Power*” publicado em 1992, Wolfgang Sachs falou do desenvolvimento como um “*fracasso*” “*ilusão*” e um “*crime*” indo ainda mais longe ao designar o desenvolvimento como uma ruína na paisagem intelectual (SACHS, 1992).

A definição do termo desenvolvimento varia de um autor para outro. Mas em 1990, durante um relatório anual “*Relatórios do Desenvolvimento Humano*”, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) comparou o desenvolvimento à democracia, considerando o sentido do termo como a liberdade de viver e fazer as escolhas que se quer (PNUD, 1990).

O PNUD segue a mesma direção de Amartya Sen, o Prêmio Nobel de Economia em 1998, e define o desenvolvimento como a eliminação de todas as barreiras que impedem as pessoas de fazerem escolhas livres e oportunidades das pessoas.

Para Elkington (2001), o desenvolvimento sustentável é a reconciliação entre o mundo financeiro e o mundo ambiental. Para o autor, o conceito de desenvolvimento sustentável imposto trata explicitamente da importância e da necessidade de salvaguardar o meio ambiente. A questão do desenvolvimento sustentável não diz respeito apenas ao meio ambiente ou ao econômico, mas também é uma questão que toca a sociedade em que vivemos. Melo Neto, Froes (2002), afirmou que o conceito de desenvolvimento sustentável conta com responsabilidade social e colaboração, os outros dois pilares que têm as dimensões econômica e ambiental. Para os autores, a dimensão econômica refere-se ao engajamento dos recursos naturais na produção de bens e serviços voltados para a sustentabilidade econômica, justiça, apoio familiar e pessoal e economia solidária.

Vinte anos após a Conferência em Estocolmo foi realizada a primeira Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, onde a Agenda 21 foi proposta pela comissão STIGLITZ-SEN-FITOUSSI sobre o desenvolvimento sustentável focada em três pontos (*três "pilares" ou três "P"*¹), (em português, PPL) fundamentos : *econômico (Lucro), social (Pessoas) e ambiental (Planeta)*. “Pessoa” (*people*), refere-se ao capital humano de uma sociedade ou organização ; “planeta” (*planet*), aborda o capital natural da sociedade ou da organização ; e “lucro” (*profit*), que trata dos resultados econômicos positivos da organização. Para Warodell, Lindholm (2016), há outra dimensão que deve ser levada em consideração que é a dimensão cultural, dessa forma amplia a perspectiva do conceito tratado. Para esses autores, a sustentabilidade é baseada em 4 dimensões que são : ecológica, econômica, social e cultural (WARODELL ; LINDHOLM, 2016).

Souza *et al.*, (2020) confirmam que, além da dimensão cultural, há outra dimensão que ainda precisa ser estudada como a dimensão geográfica que de acordo com os autores “no sentido mais ontológico que essa palavra possa expressar como “lugar socioespacial do sujeito” Souza *et al.*, (2020, p. 19). A dimensão geográfica é conhecida pela sua importância na avaliação do comportamento e expressão no território. Para Souza *et al.* “A dimensão geográfica permite ampliar a tomada de consciência da espacialidade humana, [...] bem como os elementos e processos de transformação do próprio espaço contribuem para o desenvolvimento temporal pelos sujeitos ” (SOUZA *et al.*, 2020, p. 147).

As ações de desenvolvimento sustentável devem trabalhar de comum acordo com as dimensões econômica, ambiental e social (SCHARF, 2004) e de acordo com Relatório Brundtland, os objetivos do desenvolvimento sustentável têm sido feitos levando em consideração as gerações futuras e não as presentes. Veiga em seu livro *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*, em 2008, anuncia o conceito de desenvolvimento sustentável como solução esperada para unir crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Rabbani *et al.*, (2021, p. 3), argumentam que o crescimento econômico, o aumento da população mundial, a urbanização e a mudança de tecnologia incorporam inovação, transformação no estilo de vida, nas formas de produção e também afeta a forma como as pessoas consomem.

¹*Profit, People and Planet*, em inglês.

Quadro 01 : As dimensões propostas pelos autores

Autores	Dimensões
Elkington	Social, Ambiental, Econômica
Comissão de Brundtland	Social, Ambiental, Econômica
Almeida (2002)	Ambiental, Social, Econômica
Sachs (1986)	Social, econômica, ecológica, geográfica, cultural
Sachs (2022)	Ambiental, territorial, política nacional, política internacional.

Fonte : Elaborado pelo autor (2022).

A partir das definições apresentadas, o trabalho realizado foi baseado nas três principais dimensões do Desenvolvimento Sustentável, conhecidas como Eixos do Desenvolvimento Sustentável, que serão descritos em subseções posteriores.

2.2.1 Eixos Econômicos

Segundo Bezerra e Schlindwein (2017), o desenvolvimento econômico teve sua ascensão no século XX e a definição do conceito de desenvolvimento sustentável varia de autor para autor. Os autores apontam a existência de duas correntes de pensamento : uma que defende que o crescimento é fundamental para o desenvolvimento e outra que argumenta que o crescimento, embora importante, não é suficiente para garantir o desenvolvimento.

Embora tenha criado um enorme avanço no mundo, o crescimento econômico global criou também problemas para a Humanidade. Esses problemas gerais podem ser classificados como sociais, ambientais ou econômicos. Entre esses problemas distintos, podemos listar o aquecimento global, a poluição ambiental, o esgotamento dos recursos naturais, o desaparecimento de muitas espécies animais e vegetais e muito mais. Para Sandroni (1994), nesses escritos fala-se de desenvolvimento econômico como progresso econômico seguido da normalização da qualidade de vida das populações, que promove mudança estrutural na economia. Para o mesmo autor, o desenvolvimento de uma região ou de um lugar depende em primeiro lugar da particularidade que a região possui e de muitos outros critérios como a demografia, a história, as riquezas naturais que a região possui, a posição geográfica, etc....

O homem está sempre em busca de soluções para os problemas que foram criados por ele mesmo, busca facilitar a vida das gerações futuras, analisa métodos modernos de desenvolvimento econômico que podem encontrar uma saída para os perigos (SHEN, QI, 2012).

Segundo Viola (1996), as dificuldades relacionadas às questões econômicas intervieram no debate durante a conferência das Nações Unidas ECO-92. Isso comprova a

importância do sistema econômico nas questões de desenvolvimento sustentável. O eixo econômico analisa as receitas ou lucros dos países que são calculados apenas com dados numéricos.

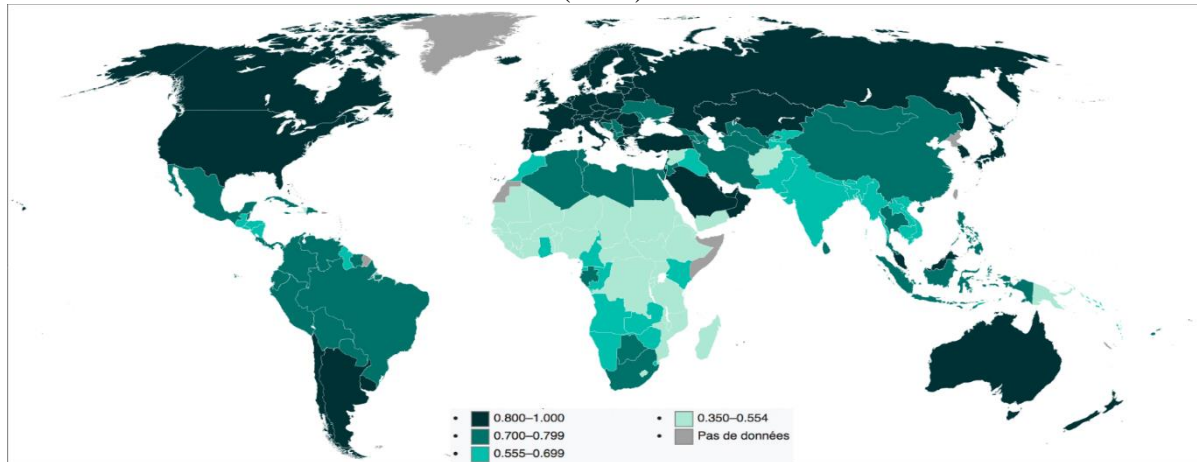
O pilar econômico visa estabelecer uma economia sustentável. A economia sustentável é uma nova forma de economia que se baseia na busca do lucro, mas consciente da limitada disponibilidade de recursos naturais. A economia sustentável é também um conjunto de ações voltadas ao bem-estar coletivo e, segundo Ignacy Sachs (1990), é vista como a gestão dos recursos naturais e os fluxos constantes tanto de investimento público como de investimento privado. As organizações públicas e privadas produtoras de bens e serviços devem incorporar gradativamente ações sustentáveis em seus processos produtivos (AMATO NETO, 2011). No entanto, é fundamental buscar entender e ter uma ideia clara da questão da sustentabilidade e o que sua ausência pode acarretar (TISDELL, 1988). Ou seja, analisar como as atividades que se qualificam como economia sustentável são avaliadas e conhecer os elementos que entram no cálculo do capital econômico. Na contabilidade, a simples interpretação do capital de uma empresa é a diferença entre os ativos que a empresa detém e as obrigações que podem ser em termos monetários. E de acordo com este pilar é necessário começar por incorporar no capital das empresas o capital econômico das empresas, o capital humano, o capital intelectual segundo Elkington (2001) constituem capital econômico real em termos de desenvolvimento sustentável.

2.2.2 Eixos Sociais

Ao longo do tempo, a questão das desigualdades, pobreza e conflitos continuam sendo uma preocupação no mundo, pois interferem na piora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Números e indicadores de desenvolvimento mostraram em 2018 que as populações estão se tornando cada vez mais educadas e capazes de adquirir os bens e serviços que desejam (Itens de luxo, Comida de fast-food, Produtos eletrônicos, Roupas e acessórios da moda, Viagens de férias, etc...), o que reflete uma crescente prosperidade e acesso a oportunidades, mas a qualidade do desenvolvimento humano é insatisfatório (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM -UNDP, 2018). O progresso no contexto do desenvolvimento não garante nada porque as crises e os repetidos desafios são freios para este

último. O aumento contínuo das desigualdades é uma dificuldade a ser evitada para garantir o futuro e apoiar o aumento do desenvolvimento humano (PNUD, 2018).

Figura 01 : Mapa Mundial – Representação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2018)



Fonte :ONU, PNUD (2020).

O IDH é um mecanismo que avalia o nível de desenvolvimento dos países por meio de dados quantitativos. É um indicador que leva em consideração três conjuntos de dados : Saúde/longevidade, Nível de escolaridade e Padrão de vida. Está entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais o país experimenta alto desenvolvimento. De acordo com o PNUD(2020), entre 2015 e 2018, o IDH mundial subiu de 0,717 para 0,731.

Como questão social, vários elementos da sociedade foram integrados nessas áreas, como questões relacionadas às desigualdades sociais, questões de educação e muitas outras. Para muitos autores, a questão social não está bem integrada ao conceito de desenvolvimento sustentável (PELIANO, 2002). A questão social, não está avançando na direção desejada, por este fato é enfatizada a importância das questões sociais que demandam mais ações. Para Elkington (2001), a questão social se refere ao capital social, saúde, educação e habilidades devem ser integrados ao capital humano no sentido amplo do termo, bem como todos os outros elementos componentes da sociedade, como a capacidade de criação de riqueza.

Capital social refere-se à habilidade de uma sociedade em avaliar o nível de certeza e confiança em suas interações, bem como à capacidade de indivíduos de cooperar e trabalhar em conjunto dentro de organizações ou grupos, seguindo as normas e regras da sociedade em que vivem, para alcançar objetivos compartilhados de maneira mais eficiente. A aliança entre pessoas em uma sociedade em busca de objetivos comuns pode trazer vantagens e benefícios para a sociedade como um todo, e isso pode contribuir para um desenvolvimento sustentável,

criando relações duradouras e transparentes entre os membros da sociedade e as organizações. Isso também pode aumentar a conscientização das lideranças e ampliar o interesse das organizações em mudar suas formas de governança, contribuindo assim para ações sociais e reduzindo as desigualdades sociais (SHENG, 2001).

2.2.3 Eixos Ambientais

Para alguns ambientalistas, a verdadeira questão não é a questão social ou econômica, Veiga (2015), por exemplo, afirma que o meio ambiente deve ser reconhecido como base e condição material ” (VEIGA, 2015, p.16). Por esse autor, o que é realmente importante e primordial é a equidade entre os diferentes eixos ou pilares, se eles não melhorarem ou não progredirem simultaneamente, a questão social e a questão econômica não avançaram na direção pretendida (VEIGA, 2015).

Scharf (2004), no seu livro “ Manual de Negócios Sustentáveis”, explica que a questão ou o conceito de sustentabilidade dentro das empresas ou organizações baseia-se em parte no seu modo de organização e na sua atividade, para a qual encontram uma solução adequada e para contribuir eficaz e sustentavelmente para o conceito ambiental. Segundo o mesmo autor, existem três coisas fundamentais que levam as empresas a mudar ou adotar outro sistema: “ mecanismos de comando e controle, autorregulação e instrumentos econômicos”. Elkington (2001, p. 83) responde a Scharf, (2004) dizendo que todas as organizações devem fazer o esforço em termos de proteção ambiental. Devem procurar entender o que é o capital natural para então conhecer os componentes que entram em sua avaliação. Quando falamos de capital natural, estamos nos referindo diretamente aos recursos naturais. Temos uma enorme riqueza natural que nos foi dada gratuitamente pela “*Mãe Natureza*”. Esses inúmeros recursos são muito difíceis de avaliar ou quantificar em termos financeiros.

O ambiente é constituído por um conjunto de elementos inter-relacionados que são reconhecidos por seus papéis importantes, como a capacidade de fornecer bens e serviços que atendam às necessidades humanas (DOUGUET ; SCHEMBRI, 2000). Segundo Ekins e Simon (2000), o ecossistema é um complexo de elementos que inclui plantas, animais, minerais e muitos outros. Elkington (2001) por meio de seus escritos confirma sua posição ao lado daqueles cientistas que afirmam a existência de dois tipos de recursos naturais. Para ele, os recursos naturais que garantem a sobrevivência ou a estabilidade do ecossistema são

chamados de “capital natural crítico” e o segundo é o “capital natural renovável” que pode ser qualificado como reciclável, recuperável, substituível por outros recursos naturais ou pode ser regenerado ao longo do tempo (ELKINGTON, 2001). De acordo com O'Connor (2000, p.11), “O capital natural crítico, é conjunto de recursos ambientais que, em determinada escala geográfica, executa importantes funções ambientais e para as quais não há atualmente substituto em termos de capital manufaturado, humano ou natural”. Segundo a agência ambiental English Nature (1996, p.11), o capital natural crítico é representado pelos “recursos, níveis de estoques ou de qualidade que são altamente valorados e também essenciais para a saúde humana e para o funcionamento dos sistemas de suporte à vida, ou insubstituíveis para todo propósito prático”. No segundo caso, podemos entender a disponibilidade de recursos naturais renováveis em termos de quantidade em comparação com o primeiro “capital natural crítico” que está disponível em quantidade limitada (extremamente rara) e, portanto, muito precioso e importante para o nosso meio ambiente. Para English Nature (1995, p. 29), o capital natural crítico são recursos, níveis de estoque ou de qualidade que são :

- a) altamente valorados, e também
 - b) essenciais para a saúde humana,
 - c) essenciais para o funcionamento dos sistemas de suporte à vida,
 - d) insubstituível para todo o propósito praticável (ENGLISH NATURE, 1995, p. 29).

Para Douguet e Schembr (2000), o capital natural crítico é caracterizado por dois conceitos : (a) a definição considera que não é possível substituir o capital natural e, (b) que o ambiente não possui condições de realizar a regeneração e a renovação dos recursos naturais.

Ekinse (2000) afirma que é, portanto, importante que cada organização ou empresa possa identificar que tipo de recurso natural “capital natural crítico ou capital natural renovável” está envolvido ou incorporado nessas atividades e então estimar sua sustentabilidade e o grau de dano causado por a atividade para o ecossistema (BJORK *et al.*, 2011).

Os recursos naturais, segundo FONSECA (1992), incluem um conjunto de componentes como recursos ambientais (ar, água e solo), recursos minerais (minérios), recursos biológicos (fauna e flora), recursos incidentais (radiação solar, ventos e correntes oceânicas). Os recursos naturais são bens que vêm da natureza e que os seres humanos exploram para satisfazer suas necessidades. Segundo SENHORAS *et al.*, (2009, p. 3) esses bens são classificados em duas categorias de acordo com sua capacidade de esgotamento : capital natural renovável ou não renovável.

De acordo com (OCDE, 1997), os capitais naturais não renováveis são recursos que são insubstituíveis ou não renováveis por natureza, após a sua utilização. Esses capitais são petróleo, minerais (carvão, xisto, ferro, manganês, cobre, pedras preciosas), matéria-prima para vidro (sílica, soda cáustica e cal). Os capitais naturais renováveis são recursos naturais que após sua exploração podem ser regenerados por um processo natural (OCDE, 1997). Esses recursos naturais são energia solar, ar, água e vegetais.

Em 1999, Collados *et al.*, (1999) agruparam os serviços ambientais em dois grandes grupos “suporte a vida” aqueles que são reconhecidos como capitais e capazes de promover a manutenção de todas as espécies vivas (animais e vegetais) e contribuir para a regeneração do sistema natural (purificação da água). O segundo grupo é constituído pelos “ outros serviços” que são aqueles que têm uma ligação estreita com a qualidade de vida, mas também são muito importantes para a sobrevivência ou reprodução do ecossistema (florestas, desertos, campos, savanas, entre outros). Segundo os autores, esse agrupamento de serviços ambientais é constituído levando-se em conta as quatro categorias derivadas do capital natural, que são : água, ar, atmosfera e terra. Ekins e Simon (2000, p. 5), classificam essas funções ambientais em quatro grandes grupos que são :

- a) Source : fonte de recursos (bens) para as atividades humanas, tais como alimentos, matérias-primas e energia sob diferentes formas etc.,
- b) Sink : local em que os dejetos e todo tipo de energia gerado pelas atividades humanas. São depositados de forma controlada ou não. O meio ambiente os absorve, neutraliza e recicla. Por exemplo : dispersão e diluição das emissões atmosféricas poluentes pelo ar,
- c) Life-support : funções que contribuem para manter os diferentes ecossistemas e a biosfera enquanto um todo, ou seja, servem de suporte para o desenvolvimento de comunidades humanas e não-humanas. São estas funções que tornam a Terra capaz de suportar a vida ;
- d) Human Health Welfare : constituem-se das funções que ofertam serviços que contribuem diretamente para a saúde e bem-estar da sociedade sob diferentes formas. Por exemplo : a disponibilidade de um espaço para a cultura e lazer (EKINS ; SIMON, 2000, p. 5).

Em 2002, em seu livro “*O bom negócio da sustentabilidade*”, Fernando Almeida se indigna com a não implementação do conceito de desenvolvimento sustentável. Para ele, o principal não é o desenho do programa, mas sua implementação. Segundo o autor, antes de empreender qualquer atividade, qualquer organização deve levar em consideração os três pilares do desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômico) e trazer a sua pedra para a construção (ALMEIDA, 2002).

Almeida (2002) sugere um plano eficaz e importante para facilitar a implementação dos conceitos de desenvolvimento sustentável, que possibilite atingir os Objetivos do Milênio. Este plano é composto por sete linhas principais que são :

- Democracia e estabilidade política ;
- Paz ;
- Respeito à lei e à propriedade ;
- Respeito aos instrumentos de mercado ;
- Ausência de corrupção ;
- Transparência e previsibilidade de governos ;
- Reversão do atual quadro de concentração da renda em esferas local e global.(ALMEIDA, 2002, p. 28).

Passaram-se três décadas desde a publicação do documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, e agora temos uma nova agenda global, conhecida como Agenda 2030, que define 16 objetivos e 169 ações específicas para alcançá-los. No entanto, alguns especialistas argumentam que a Agenda 2030 não tem sido bem compreendida pela sociedade em geral e muitas vezes é confundida com uma lista de metas a serem cumpridas, quando na verdade é um guia para orientar as políticas e ações dos governos e das organizações em direção a um futuro sustentável. Os ODS foram desenvolvidos pelo GTA-ODS “Grupo de Trabalho Aberto” da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Segundo Veiga (2001), essas 169 metas foram exaustivamente estudadas por dois grupos de pesquisadores ICSU (*International Council for Science*) e ISSC (*International Social Science Council*) e apelidaram de “*Review of Targets for the Sustainable Developments Goals : The Science Perspective*”. Essa proposta de conjunto de ações abrange o período 2015-2030. É muito importante notar nesta nova agenda que cada meta define com exatidão o início e o fim de cada atividade. As recomendações não são impostas, mas são apresentadas em forma de instrução.

O primeiro ODS tem como principal objetivo “ acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares ” para atingir um objetivo tão ambicioso, o mundo precisa de muitos sacrifícios e também de meios financeiros, pois em um relatório publicado em 2000 chamado Superando a Pobreza Humana pelo PNUD distingue três tipos de pobreza a saber : “*pobreza extrema*”, “*pobreza geral*” e “*pobreza humana*”

Uma pessoa vive em extrema pobreza se não tiver a renda necessária para suprir suas necessidades alimentares básicas – geralmente definidas com base nas necessidades calóricas mínimas [...]. Uma pessoa vive na pobreza geral se não tiver rendimentos suficientes para satisfazer as suas necessidades não alimentares essenciais – como vestuário, energia e habitação – e alimentação”. A “pobreza humana” é definida como a “ausência de capacidades humanas básicas :

analfabetismo, desnutrição, longevidade reduzida, saúde materna precária, doenças evitáveis (PNUD, 2000a, p.19).

Para alcançar o ODS 1, foram privilegiadas 7 especificações, duas das quais são particularmente importantes. A primeira trata da erradicação da extrema pobreza antes de 2030 e a segunda refere-se à multidisciplinaridade da pobreza que difere de um país para outro e depende da realidade de cada país.

Quadro 02 : Apresentação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Objetivos	Assuntos	Enunciados
ODS 1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
ODS 3	Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
ODS 4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
ODS 5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
ODS 6	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
ODS 7	Energia limpa e acessível	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
ODS 10	Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
ODS 11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
ODS 12	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
ODS 14	Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
ODS 15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

ODS 16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
ODS 17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte : ONU (2018) Agenda 2030

De acordo com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também atenderem às suas. Como resultado, esse “desenvolvimento sustentável” requer pelo menos a proteção e conservação dos sistemas naturais cuja missão é preservar a vida na terra. De acordo com este relatório, os sistemas afetados por essa proteção são: a atmosfera, a água, o solo e os seres vivos.

Além disso, o desenvolvimento sustentável requer a consideração de certos critérios de sustentabilidade em um contexto social, ambiental e econômico. A busca de soluções que apoiem esses três elementos promove o desenvolvimento econômico e, por sua vez, traz consequências favoráveis ao meio ambiente.

Para os países, o objetivo do desenvolvimento sustentável deve ser um objetivo primordial a ser perseguido. Nota-se que embora alguns países em desenvolvimento se encontrem em um determinado patamar no plano ambiental, ainda encontram enormes dificuldades no plano econômico e social. Este contexto é acentuado pelas situações de pobreza e pelas situações de conflito que estes países atravessam. Para gerar mais emprego e renda, esses países contam com outros fatores que levam à exploração descontrolada dos recursos naturais, levando à poluição da água, do ar e também ao mau uso da terra.

2.3 O DEBATE INTERNACIONAL ACERCA DA TEMÁTICA QUE ENVOLVE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate acerca da relação entre desenvolvimento e meio ambiente teve início na década de 1960, logo após a Segunda Guerra Mundial, e mais precisamente em 1962, quando foi publicado o livro “*The Silent Spring*”. A cientista RACHEL CARSON alertou sobre o uso inadequado de produtos químicos na agricultura e avançou a ideia da importância de proteger

o ecossistema e o meio ambiente. Dez anos depois da publicação do livro “*The Silent Spring*” por iniciativa do Clube de Roma, em 1972, um grupo de pesquisa composto por cinco cientistas (Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers e William W. Behrens III) tem como chefe o cientista americano Dennis L. Meadows publica um livro intitulado “*Limits to growth*” que relata o crescimento acelerado da população mundial enquanto os recursos naturais são muito limitados no tempo (MCCORMICK, 1992). Neste livro, foram analisadas cinco grandes tendências de interesse global que são: população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos. A conclusão deste livro foi resumida em um parágrafo (p. 20) :

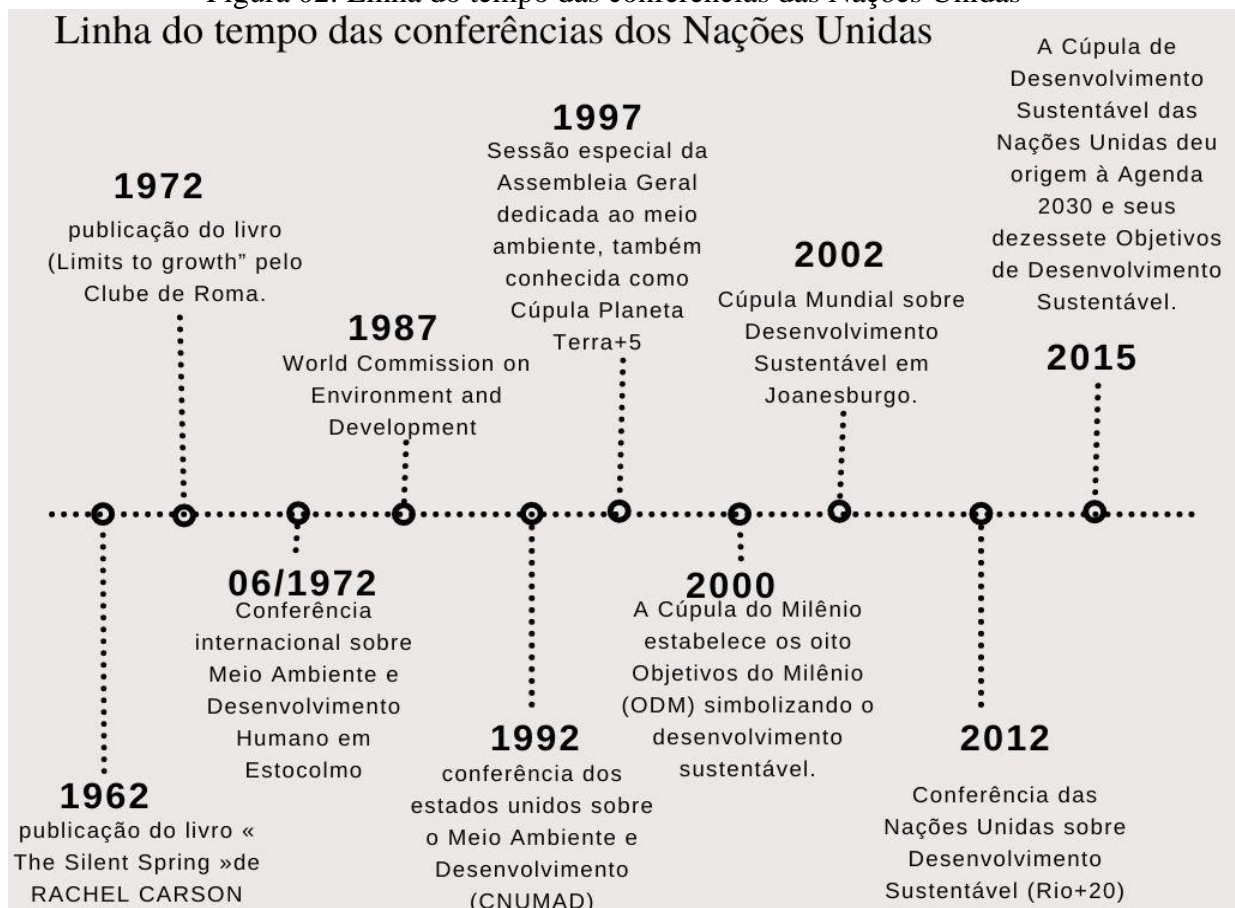
Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial (Donella *et al.*, 1972, p. 20).

No mesmo ano, mais precisamente em junho de 1972, ocorreu a conferência internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, em Estocolmo, a capital da Suíça. Este evento é considerado como a primeira conferência global sobre o meio ambiente organizada pela ONU (BEZERRA, 2020). Este evento internacional, presidido pelo canadense Maurice Strong, mais de 113 países e 400 organizações governamentais e não governamentais se reuniram, incluindo o Brasil, que liderou a delegação de 77 países em desenvolvimento, como relatado pelo Gabinete de História (2013). Durante o evento, o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, defendeu a ideia de que a proteção ambiental deveria ser uma preocupação secundária para os países em desenvolvimento, priorizando o desenvolvimento econômico e arcando com os custos da poluição, (SOUZA, 2005) apud (HIGARASHI ; OLIVEIRA ; MIRANDA, 2011, p.272).

O conceito ressurgiu quinze anos depois, após a conferência sobre o meio ambiente na década de 1980, em um documento chamado “*Our Common Future*”, também conhecido como *The Brundtland Report*, publicado em 1987, pela *World Commission on Environment and Development* na Assembleia Geral das Nações Unidas (WCED,1987). A Comissão Brundtland era composta por vinte e um membros, incluindo a primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, que era a presidente da comissão (BOFF, 2012; NASCIMENTO, 2012) e o sudanês Mansour Khaid, vice-presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esta comissão foi criada em 1983 pelo ex-secretário-geral Peruano da ONU Javier Pérez de Cuellar (1982-1991) que nomeou GRO HARLEM

BRUNDTLAND como chefe da comissão por causa de sua experiência em ciência e saúde pública. A comissão foi oficialmente dissolvida no dia seguinte após a publicação do documento “*Our Common Future*”. Quatro anos depois, em 1991, o documento foi premiado na categoria de ordem mundial pelo *The Grawemeyer Award* (THE GRAWEMEYER AWARD, 1991). O relatório, que contém 383 páginas, propõe uma série de ações que se opõem à visão atual de desenvolvimento adotada pelas principais potências e tomadores de decisão globais. Essas ações são consideradas metas para evitar a degradação ambiental e o desequilíbrio climático e são baseadas nas observações das causas dos problemas atuais da sociedade, como destacado no relatório. Entre esses problemas, o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio são mencionados como de grande relevância. O relatório representa uma nova dinâmica socioeconômica e ecológica.

Figura 02: Linha do tempo das conferências das Nações Unidas



Fonte : Elaborado pelo autor (2022).

O relatório *Brundtland* destaca essa lacuna criada pelos países ricos que está na origem das crises reais que o mundo atravessa (terras assoladas, pesca predatória e florestas

devastadas, situação urbana, pobreza, doenças infecciosas e migrações). Ademais, adverte para os perigos que assolam o mundo diante do uso descontrolado dos recursos naturais e a falta de uma preocupação com as gerações vindouras. Finalmente, traz à tona o ponto de conflito entre o desenvolvimento sustentável, no verdadeiro sentido do termo, e os modos de produção e consumo estabelecidos pelas potências mundiais no mundo moderno. O relatório apresenta um grande número de medidas a serem tomadas por todos os países. Essas medidas segundo eles, se bem aplicadas, possibilitam atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, que envolvem:

- a) As necessidades de limitação do crescimento populacional ;
 - b) Garantia da alimentação a longo prazo ;
 - c) Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas ;
 - d) Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis ;
 - e) Aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas ;
 - f) Controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores ;
 - g) Necessidades Básicas devem ser satisfeitas.
 - h) As organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável ;
 - i) A comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço ;
 - j) Guerras devem ser banidas ;
 - k) ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.
- (CAVALCANTI, 1994, p. 17)

Em junho de 1992, na capital brasileira no estado do Rio de Janeiro, os chefes de estado e de governo, bem como os grandes tomadores de decisão do mundo se reuniram novamente para uma conferência organizada pelos Estados Unidos sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Esta conferência, denominada ECO-92, reuniu mais de 35.000 pessoas e mais de 106 chefes de Estado. Nessa conferência, foi estabelecida a Agenda 21 (Agenda de Desenvolvimento Sustentável) que foi assinada por 179 países (MARQUARDT, 2006; AMATO NETO, 2011). Este encontro em grande escala, embora tenha sido um raio de esperança, não correspondeu às expectativas (MARQUARDT, 2006). Durante a conferência, enfrentaram-se vários obstáculos, como a recusa dos Estados Unidos em assinar os acordos, exigindo a retirada de alguns objetivos com os quais não concordavam, além do prazo para limitar as emissões de dióxido de carbono (CO₂). A convenção destaca a necessidade há muito ignorada de uma integração entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente e insita os líderes mundiais a conscientizarem-se dessa questão crucial.

No relatório Brundtland, foi apresentada a definição mais amplamente aceita de desenvolvimento sustentável, como citado por Boff (2015) e Nascimento (2012) como

O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (WCED,1987, p. 16).

O desenvolvimento sustentável é considerado por Dovers, Handmer (1992) como um modo de mudança e evolução voluntária ou premeditada sem esquecer de satisfazer ou responder às necessidades do mundo moderno. Para Elkington (2001), a sustentabilidade é o caminho a ser percorrido para alcançar o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento sustentável é visto como a meta a ser alcançada no longo prazo. O Relatório Brundtland (WCED, 1987) usa termos simples para explicar o desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que “satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas”. Essa definição pode ser considerada sustentável, pois pode ser interpretada de diferentes maneiras, dependendo do contexto (PRUGH ; ASSADOURIAN, 2003).

Segundo Kelly *et al.*, (2004), o desenvolvimento sustentável é um sistema abrangente que influencia todos os aspectos da vida, incluindo o meio ambiente, a economia, a igualdade intergeracional e muito mais. Silva (2008) contribuiu para o debate, acrescentando que o desenvolvimento sustentável é um mecanismo político que engloba a sustentabilidade econômica, ambiental, espacial, social e cultural, buscando alcançar e manter a qualidade de vida. Para Braga *et al.*, (2005), o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras.

A sustentabilidade é uma nova ideologia, uma nova doutrina que estimula o mundo a introduzir em seu hábito o uso de uma nova prática capaz de reformar o meio ambiente na mesma direção que revoluciona a economia. Este conceito centra-se nas novas possibilidades e vantagens oferecidas pelo mundo comercial e que, da mesma forma, permite às empresas tornarem-se mais competitivas ao colocarem em prática novos padrões ambientais. Para atingir um dos seus objetivos, que é o crescimento e a competitividade, esta nova doutrina introduzida no cotidiano dos seres humanos assenta na inovação.

2.4 SUSTENTABILIDADE

Nos últimos anos, o tema sustentabilidade impôs-se em todas as agendas dos eventos acadêmicos, políticos e sociais em nível nacional e internacional e, em muito pouco tempo, a sustentabilidade tornou-se fonte de discussão. Um sujeito com diferentes interesses e as mais diversas origens sociais e, portanto, com múltiplos significados.

Vários autores têm se interessado por essa questão da sustentabilidade, Elkington (1997), Sachs (1990), amplamente utilizado, por natureza é mal compreendido (EKINS *et al.*, 2003) muitas vezes utilizado de forma incorreta (MOLDAN *et al.*, 2012) tratado de forma dependente ou complementar (HASNA, 2010). No conceito de sustentabilidade, foram feitos vários comentários, para alguns autores ainda se trata de um assunto mal compreendido. Lawn (2006), que através de seus escritos se interessa por essa questão da sustentabilidade, argumenta que os métodos de aconselhamento para lidar com a questão da sustentabilidade permanecem de difícil alcance. William D. Nordhaus e James Tobin em seu livro “*Is growth obsolete ?*” publicado no volume do *National Bureau of Economic Research*, em 1972, nos Estados Unidos que criticavam sua forma de conceber e lidar com o cálculo de uma Medida de Bem-Estar Econômico Sustentável.

Para Muellere (2005), a sustentabilidade estuda a relação entre o sistema econômico e o meio ambiente e acredita que seu objetivo principal era o biocêntrico, que é o estudo da preservação da natureza. Lele (1991) indica que a sustentabilidade depende exclusivamente de recursos renováveis e estuda os meios para conservar a natureza. Para ele, a sustentabilidade é vista como um conceito normativo, que tem o objetivo de ensinar o ser humano a se comportar e agir em relação à natureza. Para o autor, esse conceito sustenta os meios que permitem a preservação dos recursos para as gerações futuras. Para Krajnc, Glavic (2003), a produção e o consumo insustentáveis são a causa da degradação ambiental. Segundo esses autores, os países desenvolvidos são os principais atores desse dano pela injeção de gases de efeito estufa na atmosfera.

Veiga (2015, p. 77) afirma que, para os economistas convencionais, a questão da sustentabilidade sempre se refere ao crescimento da produção de bens e serviços em termos monetários e que sua duração de atividade é bem limitada no tempo e no espaço e não pode existir permanentemente. Quando falamos de sustentabilidade estamos nos referindo à geração futura (DOVERS, 1995). Barreto (2004) define sustentabilidade como algo que tende

a ser conservado e que perdura no tempo e no espaço. “Ser sustentável é saber utilizar o que a natureza coloca ao dispor do homem sem comprometer a disponibilidade desses recursos para as gerações futuras” (MANDÚ *et al.*, 2018, p. 7). Uma economia que depende apenas do uso direto dos recursos naturais sem pensar na geração futura não pode sobreviver ao longo do tempo. Os recursos naturais do planeta são limitados e estão destinados a acabar um dia se não forem bem administrados e como disse o ex-secretário-geral, sul-coreano das Nações Unidas (2007-2017) BAN KI-MOON no Fórum Econômico Mundial em Davos em 2016 “O modelo atual é o suicídio global. Precisamos de uma revolução. Pensamento revolucionário. Ação revolucionária. Os recursos naturais estão cada vez mais escassos” (ONU, 2016). O sistema econômico também está destinado a desaparecer um dia. Para Georgescu-Roegen (2005), a única coisa capaz de travar o desenvolvimento ou o avanço da economia continua a ser a questão da natureza.

Atualmente, a sustentabilidade é amplamente reconhecida como um aspecto fundamental para o sucesso e a continuidade das empresas industriais (WICHER *et al.*, 2019). De acordo com WICHER *et al.*, (2019), a adoção de práticas sustentáveis é uma das principais estratégias para aumentar o valor das empresas industriais. O conceito de sustentabilidade é complexo e amplo, deve ser estudado sob diferentes ângulos e deve afetar diversas áreas. Nesse sentido, as questões relativas a um conceito de sustentabilidade devem ser tratadas como uma questão multidisciplinar (BRASIL, 2000) ou seja, a questão da sustentabilidade é uma das questões mais polêmicas e discutidas nos últimos anos. Ela é vista como uma saída para o desenvolvimento da economia do futuro (SCHRIFFE ; RIBEIRO, 2019).

Teles *et al.*, (2016), a sustentabilidade deve sua ascensão ao progresso no conceito de desenvolvimento sustentável. Muitos autores criticam a sustentabilidade sob o pretexto de que ela só está interessada na preservação do meio ambiente. Dovers, Handmer (1992) definem sustentabilidade como a aptidão ou faculdade de um sistema de resistir ou se conformar às mudanças no tempo e no espaço. A sustentabilidade é uma representação que lida com as normas e reflete sobre o comportamento dos homens que vivem em sociedade que eles têm a responsabilidade de proteger e preservar para as gerações futuras. Nesse sentido, a sustentabilidade é vista como protetora e se baseia na justiça social e no uso consciente dos recursos naturais (LOZANO, 2012).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, aprovados em setembro de 2000 pela Assembléia Geral das Nações Unidas como parte da “ *Declaração do Milênio*”, assinada por 189 países, incluindo 147 Chefes de Estado e de Governo, inclui oito objetivos de desenvolvimento social. Quando a palavra sustentabilidade é usada sem nenhuma mudança, não significa muito, é preciso que haja uma referência implícita ao desenvolvimento. A noção de sustentabilidade foi debatida já na conferência das Nações Unidas, em 1948, com a argumentação sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), mas para Veiga (2015), a noção de sustentabilidade foi acentuada em 1993, em Viena, durante uma conferência mundial sobre a Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (VEIGA, 2015). A sustentabilidade é uma questão que diz respeito exclusivamente às gerações futuras, e, portanto, a responsabilidade recai sobre a geração atual de garantir um futuro viável para as próximas gerações e permitir que os seus netos também se beneficiem dos recursos disponíveis (VEIGA, 2015). O ponto mais importante a considerar é se as próximas gerações terão as mesmas oportunidades e benefícios que nós tivemos com os recursos que deixamos para elas (AMATO NETO, 2011).

Não há garantias de que as práticas adotadas por algumas organizações sejam realmente sustentáveis, mas algumas merecem reconhecimento e incentivo pelos esforços que estão sendo feitos nessa direção (VEIGA, 2015). Nesse contexto, Veiga argumenta que embora não haja certificação de que tais comportamentos ou processos sejam de fato sustentáveis, a expressão “ sustentabilidade” é a formulação socialmente selecionada para comunicar que há esforços sendo feitos nessa direção (VEIGA, 2015, p.30).

Percebe-se que a sustentabilidade não é um requisito para a sobrevivência das organizações ou particularmente das empresas (AMATO NETO, 2011) e segundo o mesmo autor, as empresas com foco na produção de bens e serviços estão integrando gradativamente as ações de sustentabilidade em seus planos de negócios. Para Veiga (2015), os ecologistas definem a sustentabilidade como uma faculdade ou qualidade de inventar, de desenvolver que permite manter a capacidade adaptativa e ver o desenvolvimento sustentável como um conjunto de manobras ou ações que possibilita manter essa sustentabilidade de uma geração para outra. Na década de 1970, os cientistas se interessaram pelo futuro do mundo e evidenciaram que há a previsão de um colapso do mundo no curto prazo, caso o debate não consiga integrar-se com a questão da sustentabilidade, usada para conceber um mundo melhor.

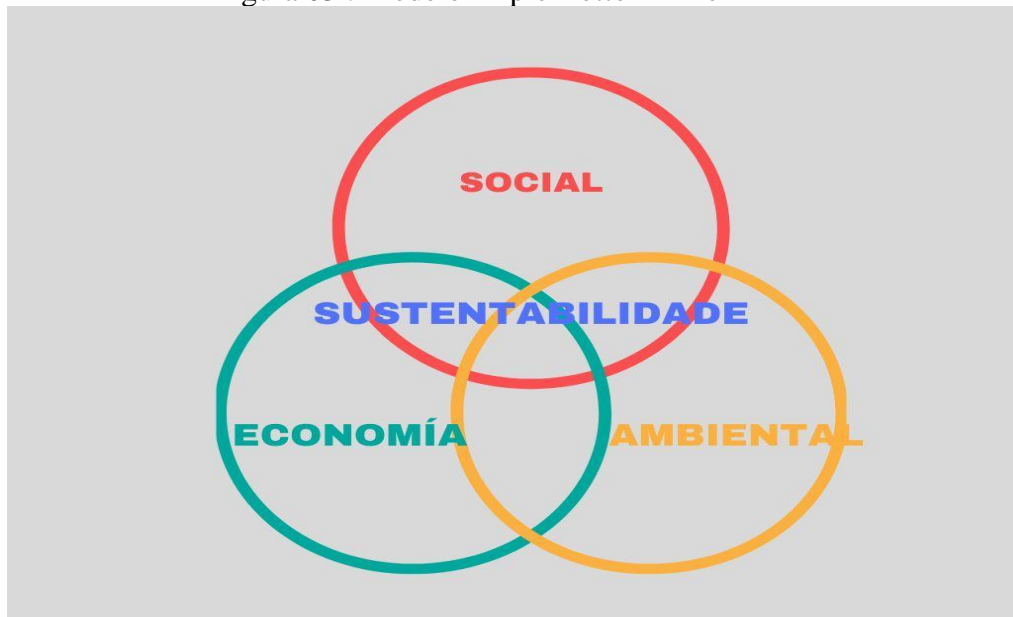
De acordo com Neumayer (2003), há duas formas de sustentabilidade: a sustentabilidade fraca e a sustentabilidade forte. A sustentabilidade fraca é vista como o aumento do bem-estar econômico (NEUMAYER, 2003). Nesse aspecto, o capital econômico emanado do trabalho do mundo atual é utilizado para corrigir o déficit de capital natural das gerações futuras (FIORINO, 2011). A sustentabilidade fraca é relevante pois assegura que o valor do capital natural seja mantido ao longo do tempo. Conforme Veiga, pode-se indicar que:

“Sustentabilidade fraca”, o que é preciso garantir para as gerações futuras é a capacidade de produzir, ao contrário da proposta de conservação de qualquer outro componente mais específico da economia, como, por exemplo, o chamado “capital natural”(VEIGA, 2015, p.63).

Por sua vez, a sustentabilidade forte é um modelo fixo que, se desaparecer, pode ter consequências para as gerações futuras, conforme apontado por Fiorino (2011). Nessa abordagem, os recursos naturais devem ser preservados para que suas funções não se deteriorem ao longo do tempo.

Em seu livro “Canibais com garfos : o *triple bottom line* dos negócios do século 21”, Elkington (1997) afirma que a sustentabilidade é um conceito que depende de uma visão de longo prazo e é composto por três dimensões interdependentes : econômica, social e ambiental, que ele chama de *Triple Bottom Line*(TBL). Warodell e Linholm (2016) argumentam que, ao considerar essas três dimensões, é importante discutir a hierarquia entre elas, pois algumas são mais importantes que outras. Nesse sentido, acreditam que a dimensão ecológica é o fundamento e condição necessária para alcançar a sustentabilidade.

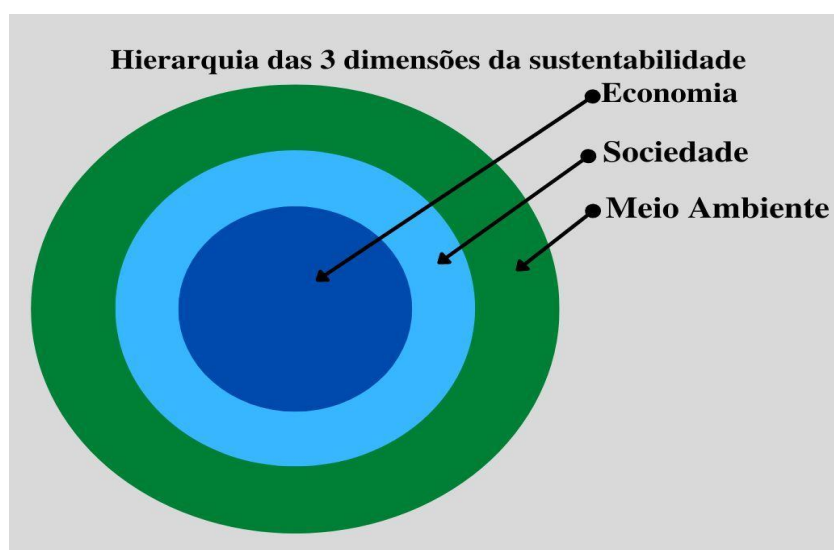
Figura 03 : Modelo Triple Bottom Line – TBL



Fonte : Elaborado pelo autor com base Elkington (1997).

Esse novo modelo, descrito como moderno, denominado *Triple Bottom Line (TBL)* pelo autor, difere do modelo convencional por, além do desempenho financeiro, levar em conta também a eficiência ambiental e social das entidades, enquanto o antigo modelo levou em conta apenas os fatores econômicos das instituições (ELKINGTON, 1997).

Figura 04 : Hierarquia das 3 dimensões da sustentabilidade



Fonte : Elaborado pelo autor com base Elkington (1997).

Segundo Sachs (1990), a sustentabilidade é uma noção dinâmica que leva em consideração as necessidades das pessoas que vivem em sociedade dentro de um contexto global em constante evolução. Para ele, a sustentabilidade se baseia em cinco dimensões essenciais que são : sustentabilidade social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. Para Sachs (1990), sustentabilidade social se refere a uma melhor distribuição de renda que resulta na redução das desigualdades sociais. A sustentabilidade econômica refere-se a investimentos públicos e privados e a uma melhor gestão dos recursos ambientais. A sustentabilidade ecológica tem a ver com o uso consciente dos recursos naturais. A sustentabilidade geográfica refere-se ao equilíbrio das áreas rurais e urbanas. E a quinta dimensão, que é a sustentabilidade cultural, afeta o domínio cultural. Mas Sachs não para nesta fase, em 2002 Sachs aumenta a lista trazendo 4 outras dimensões ao conceito de sustentabilidade: ambiental, territorial, política nacional e política internacional. Para o autor, a sustentabilidade ambiental permite que o ecossistema se autorregene. A sustentabilidade territorial visa eliminar as barreiras inter-regionais e permite a preservação do ecodesenvolvimento. Sachs afirmou que a sustentabilidade da política nacional está relacionada com a harmonia social de cada país, com a democracia e com esta aptidão que cada país tem para estabelecer uma política nacional e ao concluir afirmou que esta quarta dimensão está sob a responsabilidade das Nações Unidas. Para Sachs (1990), a sustentabilidade na política internacional consiste em preservar a paz, fiscalizar o sistema financeiro global e também reduzir as desigualdades entre norte e sul.

2.5 DESENVOLVIMENTO RURAL

O Desenvolvimento Rural (DR) é uma questão complexa e um dos termos mais discutidos dos últimos trinta anos. O debate vinculado a este conceito de DR girou em torno da economia agrícola, agroindústrias e seus mercados. Dada a sua importância capital, o desenvolvimento rural está sempre presente nos diversos debates acadêmicos e governamentais e de acordo com 2ª CNDRSS (2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, 2013, p.13), o conceito de DR não é considerado como modernização agrícola, nem como industrialização e urbanização do campo, mas para (KUHN, 2015), o conceito de DR é sempre vista como um mecanismo que aperfeiçoa a vida dos homens que vivem em sociedade. Navarro (2001) por sua vez considera que o conceito de desenvolvimento rural é uma noção muito difícil de definir e para ele, reúne em si diversos

conceitos e é tido como um conceito chave para todos e estudar o DR envolve a análise de todos os outros conceitos que lhe estão ligados.

O desenvolvimento rural é um tema que merece particular atenção devido ao seu envolvimento em vários domínios (social, cultural, político e econômico) exigindo uma visão de longo prazo (PLOEG *et al.*, 2000). Para compreender plenamente esse conceito, é muito importante buscar entender o significado de cada componente (desenvolvimento e rural) em seu contexto original.

O conceito de desenvolvimento, graças aos seus valores únicos, aos seus objetivos sociais e a sua política de envolvimento em muitos e importantes conceitos (social, cultural, político e econômico) mereceu-lhe enorme atenção e é hoje parte de um dos termos mais debatidos nas diversas conferências e o mais estudado nos meios acadêmicos nos últimos tempos. Nessa direção (ALMEIDA, 1995, p. 4), estima que “ [...] A noção de desenvolvimento, ao contrário, pretende evidenciar todas as dimensões - econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade “. Ribeiro (1991, p. 2), também acrescenta que “desenvolvimento é uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada”.

Após a Segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento está constantemente associado ao crescimento econômico (FONTES, 2010) e para Kühn (2015, p. 4), “[...] O crescimento e desenvolvimento foram utilizados como sinônimos na literatura econômica durante algum tempo” especialmente em países com forte progresso social, há uma forte correlação entre desenvolvimento e aumento da produção e venda de bens e serviços associados à economia. Como Ignacy Sachs (2009, p. 8) afirma:

[...] no início, o crescimento econômico serviu como um substituto do desenvolvimento. Posteriormente, outras dimensões foram gradualmente adicionadas ao conceito, levando a uma litania de adjetivos[...] Trabalho hoje com o conceito de desenvolvimento socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado (SACHS, 2009, p. 8).

Pinho (2011), considera que o desenvolvimento é qualificável enquanto o crescimento econômico é quantificável e além disso o crescimento de uma nação é estimado através do PIB *per capita* em um período de tempo bem determinado. Mas Fontes (2012), por sua vez, indica que o desenvolvimento é um mecanismo que inclui o crescimento econômico e também outros conceitos que contribuem para a melhoria das condições dos habitantes.

Desenvolvimento é entendido como um mecanismo de avanço ou melhoria capaz de inovar trazendo um novo padrão nos processos de produção que visará causar profundas

transformações na economia e para Janela (2013, p. 26)“ O desenvolvimento [...], aumentando a compreensão sobre o mundo e induzindo ao aumento de confiança nas capacidades da humanidade, torna-se um elemento determinante para o *renascimento* da sociedade ”. Essas mudanças observadas na economia caracterizam-se pela proteção ambiental, contribuem de forma benéfica para a redução das desigualdades existentes na sociedade e preocupam-se com a satisfação das necessidades vistas como prioritárias para a população. O desenvolvimento está ligado à ideia de capacidade criativa - humana, política, cultural, tecnológica - que permite às populações rurais mudar e melhorar as suas condições de vida, modificando a sua relação com o Estado, com o mercado e com a esfera da sociedade civil (2ª CNDRSS, 2013).

O desenvolvimento rural foi guiado pela percepção de crescimento iniciada pela caracterização das competências dos agricultores e pela diferenciação das normas técnicas a serem colocadas em prática. As organizações estatais de promoção de tecnologia têm a tarefa de convencer os agricultores rurais a integrarem tecnologias emergentes em seus sistemas de produção (ALMEIDA, 1995). Nessa perspectiva, trata-se de ampliar o escopo de desenvolvimento e contribuir por meio de tecnologias modernas para regiões remotas que ainda não têm acesso a essa inovação.

O conceito de rural ou ruralidade não está apenas ligado à dimensão agrícola, nem considerado como resíduo urbano retrógrado, mas associa-se à diversidade e à multifuncionalidade específicas das zonas rurais e que as zonas rurais têm um papel importante a desempenhar no desenvolvimento de um país (2ª CNDRSS, 2013).

Rural é um conceito amplo que historicamente tem sido utilizado como uma descrição atribuída a tudo que se origina do campo (JANELA, 2013, p. 23). Para compreender melhor esse termo, é essencial entender também os outros três conceitos associados a ele - campo, cidade e urbano - conforme descrito pelo autor.

[...] ideais de rural e urbano, de popular e erudito, foi utilizada durante décadas pelas ciências sociais para classificar/organizar a sociedade nas diferentes formas, em que surgem os seus conceitos dualistas, dinâmicas dependentes e antagônicas da sociedade, da economia, da cultura e, naturalmente, do território e da arquitetura (JANELA, 2013, p.23).

Ferrão (2000, p. 46) vai mais longe ao dizer que

Este mundo rural secular opõe-se claramente ao mundo urbano, marcado por funções, atividades, grupos sociais e paisagens, não só distintos, mas também, em grande medida, construídos ‘contra’ o mundo rural. Esta oposição tende a ser encarada como ‘natural’ e, por isso, recorrentemente associada a relações de natureza simbiótica : campo e cidade são complementares e mantêm um

relacionamento estável num contexto (aparentemente marcado ?) juntos (FERRÃO, 2000, p. 46).

Para Freitas, Freitas, Dias (2012), o conceito de rural está constantemente associado à noção de produtividade. Para Kageyama (2004, p. 4) :

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos : a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este ; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social) ; c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa ; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes (KAGEYAMA, 2004, p. 4).

Embora existam várias definições relativas a esse conceito, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que é um instituto público da administração federal brasileira, criado em 1934, na função de Censos Demográficos, define o rural como " é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por núcleos nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural, rural outros aglomerados, rural exclusivo aglomerados." (IBGE, 2002, p. 66).

O mecanismo de desenvolvimento analisa e expõe continuamente as relações de discrepância existentes entre os diferentes conceitos como uma maneira simples de revelar os verdadeiros significados dos conceitos. Assim, rural é definido por oposição ao urbano, como aquele que possui características ‘não-urbanas’, sendo deste modo determinado pelo seu grau de subdesenvolvimento (PAIS ; GOMES, 2008, p. 4). Para IFIBE (2012), o conceito de meio rural está vinculado com o urbano e ambos possuem interdependência e complementaridade. O rural não se opõe ao conceito de desenvolvimento, pelo contrário, ajuda o desenvolvimento a se enraizar. Nessa perspectiva, Mingione, Pugliese (1987) afirma que:

O rural nem sempre se manifesta contra a industrialização e nem sempre se evidenciava como alvo de exploração do capitalismo. E o fato de produção se admitirá um ambiente estritamente urbano mantido entre a industrialização e uma cultura urbana que acaba por despromover como nenhum segundo em um grau de importância extremamente rural, esquecendo fenômenos de modo extremo, como a industrialização muitas vezes em baixo com a artesanal e muitas vezes em baixo com um grau de importância tradicional (MINGIONE ; PUGLIESE, 1987, p. 86).

Kageyama (2008, p. 24), acredita que “ a evolução do conceito de rural reflete uma evolução própria do rural, de espaço quase exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado ”. A atividade agropecuária e a chegada tardia das atividades socioeconômicas diferem da noção urbana que se qualifica como modelo de desenvolvimento, por seu dinamismo e seu progresso. Segundo Favareto e Wanderley (2013), o espaço rural

também está destinado a desaparecer um dia, dando lugar ao exercício e ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido Batista (2001) acrescenta ao dizer que:

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos : a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (BATISTA, 2001, p. 55).

Como podemos ver nas definições dadas por diferentes autores, Janela (2013); Kageyama (2008); Mingione, Pugliese (1987); Pais, Gomes (2008) e Ferrão (2000), a noção de ruralidade sofreu uma profunda transformação e deve ser percebida de forma diferente não só pelas suas características e pela sua demografia, mas também pelas relações que mantém com outros conceitos. O conceito de rural permite perceber a presença de uma abordagem territorial que é vista como o espaço rural no qual se desenvolvem as atividades que representam uma enorme diversidade e grande riqueza (ABRAMOVAY, 2003).

Por sua parte, Kageyama, (2004), considera que o desenvolvimento rural: [...] pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (KAGEYAMA, 2004, p. 5-6).

Diversas definições são apresentadas por diferentes autores dependendo do contexto e também de acordo com seu ponto de vista sobre o termo desenvolvimento rural, mas entre todas essas definições sempre se pode notar um aspecto econômico (aumento de renda), um aspecto social (melhoria de vida, condições de vida) e também sem esquecer a característica principal que é a diversificação das atividades. Nesta perspectiva Ploeg (*et al.*, 2000, p. 395), considera que o desenvolvimento rural é um “processo multinível, multiatores e multifacetado”.

O desenvolvimento rural está fortemente ligado à inovação, que pressupõe a busca por tecnologias emergentes que favoreçam a redução dos custos de produção e exige o desenvolvimento de novas estratégias com vistas à criação de novos produtos e serviços que facilitem a conquista de novos mercados (KAGEYAMA, 2004). Frequentemente refere-se a uma base territorial, local ou regional em que coabitam vários conceitos, neste sentido o desenvolvimento rural é qualificado como multissetorial (PLOEG *et al.*, 2000). O desenvolvimento rural muitas vezes está associado a políticas governamentais que visam permitir que organizações estatais intervenham em locais remotos que ainda não tenham

acesso a técnicas de inovação para também se beneficiarem dessas novas tecnologias contribuindo para sua modernização (NAVARO, 2001).

2.6 SISTEMA COOPERATIVO

O desenvolvimento rural e o sistema cooperativo estão intimamente relacionados, pois as cooperativas têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das áreas rurais. As cooperativas são organizações que visam a promoção do desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos seus membros, que geralmente são produtores rurais (SINGER, 2002).

As cooperativas agrícolas, por exemplo, reúnem produtores rurais para a comercialização conjunta de seus produtos, permitindo assim o acesso a mercados maiores e os preços melhores (ZYLBERSZTAJN ; NEVES, 2000). Elas também oferecem serviços como assistência técnica, treinamentos e acesso a crédito, o que contribui para o aumento da produtividade e da renda dos seus membros.

Além disso, as cooperativas também têm um papel importante na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades regionais (IFIBE, 2012 ; NINAUT ; MATOS, 2008 ; REUS *et al.*, 2015). Elas podem oferecer serviços como educação, saúde e lazer para seus membros e suas famílias, além de contribuírem para a geração de emprego e renda nas comunidades rurais.

Portanto, pode-se dizer que o sistema cooperativo é um importante instrumento para o desenvolvimento rural, pois permite a organização e a participação dos produtores rurais na gestão das atividades econômicas e sociais da região, promovendo a sustentabilidade e o progresso das comunidades rurais.

2.6.1 Cooperativismo no Brasil e no RS

A dinâmica dos negócios é caracterizada por mudanças constantes, influenciadas pelas incertezas e interrupções do dia a dia. Diante dessas transformações, é responsabilidade das organizações se adaptarem ao novo contexto do mercado em que atuam. Para enfrentar esse tipo de ambiente, é essencial que as organizações se organizem em uma rede que facilite o

compartilhamento de informações, a fim de compensar as mudanças, conforme sugerido por COLEMAN (1990).

As cooperativas são oriundas de um grupo de seres humanos e são fundadas no sentido de que as operações comerciais ocorrem em condições favoráveis como não seria separadamente (SEBRAE, 2014). Assim, para Machado Filho (2006), o sistema de cooperativismo é considerado como intermediário entre os cooperados e os mercados. A cooperativa é uma organização que segue determinadas regras, baseadas na liberdade humana e doutrinas específicas. Essas doutrinas são estabelecidas por convenções internacionais, que buscam melhorar as relações entre a cooperativa e seus associados, além de promover o crescimento socioeconômico e a qualidade de vida dos cooperados, em conjunto com o mercado (OCERGS, s.d.; SEBRAE, 2014). Esses princípios e valores, reconhecidos pelos tratados internacionais, são baseados na assistência mútua, igualdade, autorresponsabilidade, solidariedade, democracia e equidade.

O Quadro 03 apresenta os princípios do Cooperativismo.

Quadro 03: Os princípios do Cooperativismo

Princípios	Descrição
Adesão voluntária e livre	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, sem discriminações de raça, gênero, religião e política.
Gestão democrática	São controladas por seus membros, que têm participação ativa na formulação das suas políticas e tomadas de decisões.
Participação econômica dos membros	Seus membros contribuem igualmente para o capital social. A distribuição das sobras é limitada ao capital integralizado e o excedente é direcionado a outros fins relativos à cooperativa
Autonomia e independência	São organizações autônomas, de ajuda mútua, e controladas pelos seus membros.
Educação, formação e informação	Promovem a educação e a formação de seus membros, representantes eleitos, e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa.
Intercooperação	Servem de modo mais eficaz aos seus membros, se trabalham em conjunto com outras estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
Interesse pela comunidade	Trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: Adaptado de ACI-Aliança Cooperativa Internacional (2020)

Os princípios estabelecidos em uma cooperativa não só ajudam a melhorar as relações entre cooperados e a cooperativa, mas também definem a forma de gestão que busca ser justa na distribuição de renda, poder de decisão e direitos de propriedade, tornando-a mais confiável. Nessa perspectiva, a cooperativa busca influenciar o modelo de governança implementado pelo sistema (BIALOSKORSKI, 2004). O cooperativismo no Brasil é regido

pela Lei nº de 16 de dezembro de 1971. Para facilitar a governança dos sistemas cooperativos, esta lei estipula que a constituição de todas as cooperativas em território brasileiro deve ter pelo menos uma assembleia geral, um conselho e um Conselho de Administração (Lei nº 5.764, de 1971).

A assembleia geral nas cooperativas é constituída para facilitar a governança pode ter atividades ordinárias ou extraordinárias. As consultas são por voto e cada membro tem direito a voto independentemente da sua participação no capital. Compete à assembleia geral eleger, revogar uma deliberação e deliberar o valor a pagar aos membros da administração. (Lei nº 5.764, 1971).

De acordo com essa lei, o Conselho Fiscal deve ser composto por três membros e três suplentes que sejam os membros da cooperativa escolhidos anualmente pela assembleia geral que podem acumular esse cargo com o conselho de administração (Lei n. 5.764, de 1971). O papel do consultor tributário é acompanhar e identificar situações controversas que mereçam ou requeiram atenção especial que possam estimular a intervenção dos cooperados.

A cooperativa agrícola é considerada como outro tipo de entidade cujo objetivo é facilitar a tarefa dos agricultores do meio rural, contribuindo assim para a reformulação do mercado permitindo-lhe ser mais competitivo para produzir com eficiência. Para Hueth e Reynolds (2011), o setor agropecuário participa enormemente na redistribuição do valor agregado econômico nas áreas de oferta de insumos. Nessa perspectiva, para Bialoskorski Neto (2012), o sistema cooperativista contribui enormemente para aumentar o valor agregado dos produtores rurais ao garantir sua inserção no mercado nacional e internacional. Além disso, Hueth e Reynolds (2011) vão além ao afirmar que a atuação de uma cooperativa no curto prazo é muito determinante para a sobrevivência de suas atividades, pois gera vantagens para o grupo que antes eram desconhecidas no mercado.

Cattani (2003), afirma que o mundo moderno atribui grande importância ao sistema cooperativo por causa de sua visão humana centralizada no objetivo coletivo em oposição ao individualismo e sua visão democrática (OCB, 2018), a cooperativa cria uma relação interorganizacional entre seus associados e outras organizações. De acordo com Khamis *et al.* (2006), a cooperativa tem sido alvo de particular atenção nos últimos tempos devido ao seu envolvimento em diversas áreas e mais particularmente à sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social. IFIBE (2012, p. 38) afirma que “As cooperativas promovem contribuição valiosa para a redução da pobreza, criação de emprego e inclusão

social.” Sob esse aspecto, segundo Bialoskorski (2006), a cooperativa é vista como uma organização que faz parte de um dinamismo do desenvolvimento humano e é conhecida como a única a ter essa capacidade de contribuir efetivamente para a garantia da vida econômica e para o mesmo momento embarcar na conquista do interesse coletivo. Novkovic (2014, p. 2) chamou essa situação de características duplas. Para ele:

Co-operative firms are known to possess a dual character ; on the one hand, they are businesses driven by economic incentives, while on the other, they are associations with a social purpose and character. Co-operatives have often been portrayed by their members as businesses that combine a social mission with their economic goals² (NOVKOVIC, 2014, p. 2).

Para o autor, a cooperativa possui duas características específicas que lhe são próprias, que são: econômica e social. Essas duas características são inseparáveis e também difíceis de quantificar e não devem ser observadas separadamente. Graças aos seus princípios, seus métodos de governança e seus objetivos, a cooperativa se destaca de outros tipos de organizações por sua participação na dinâmica territorial e sua gestão ambiental (TREGEAR ; COOPER, 2016), garantindo fácil acesso a uma nova forma de informação, tecnologia (KIREZIEVA *et al.*, 2016) e novos métodos para desenvolver de forma eficiente novos produtos que promovam a estabilização da economia (MÜLLER *et al.*, 2018). Segundo Elenkov (2002), as organizações como a cooperativa contribuem para melhorar o desempenho econômico de um país. Nesse aspecto, o cooperativismo possui papel de interesse público no desenvolvimento social e econômico de várias classes da sociedade, seja na geração de trabalho e distribuição da renda, na produção sustentável, na inclusão social e no exercício de uma nova cultura de vida à economia (IFIBE, 2012, p. 106).

Segundo Khamis *et al.*, (2006), o objetivo primordial da cooperativa é a busca de interesses coletivos. Para IFIBE (2012):

O cooperativismo é antes de tudo a sociedade de pessoas em que é fundamental valorizar a participação e o controle social nas cooperativas democráticas, promovendo uma inclusão social, valorizando uma autonomia e simultaneamente favorecendo a interação das partes, de modo a promover a transparência e a responsabilização das partes para o todo e o todo para elas (IFIBE, 2012, p. 13)

A cooperativa é uma organização como todas as outras entidades econômicas, regida por racionalidades econômicas, com objetivos bem definidos que exigem disciplina, ordem e planejamento, acompanhados da utilização eficiente dos recursos naturais que lhe permitam

²Tradução para o português “As empresas cooperativas são conhecidas por possuir uma dupla característica ; por um lado, são empresas impulsionadas por incentivos econômicos, enquanto, por outro lado, são associações com propósito e caráter social. As cooperativas frequentemente são retratadas por seus membros como empresas que combinam uma missão social com seus objetivos econômicos (NOVKOVIC, 2014, p. 2)”.

atingir os objetivos pretendidos. De acordo com Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE, 2012): O

Cooperativismo traz o novo, o justo e solidário, onde as relações sociais são horizontais, com ética e transparência e as identidades sociais são valorizadas e destacadas, criando compromissos políticos enraizados nas economias e mercados de proximidades, colocando os valores da vida e dignidade humana acima dos interesses do mercado e da economia (IFIBE,2012, p. 28).

Mas a única diferença entre a cooperativa e as demais entidades é que a cooperativa é uma entidade que está ao serviço de uma associação de pessoas baseada na ajuda mútua, na solidariedade e o objetivo não é a busca incondicional do lucro, mas sim a busca da eficiência, influência que resulta na satisfação do bem-estar de seus associados. Segundo Schneider (2012), a doutrina da cooperativa não foca em imposições, mas sim em seus deveres. A cooperativa através dos seus princípios e valores opta por uma educação da sociedade que conduza a uma sociedade unida, equitativa, autônoma e democrática. Os princípios, valores e normas propostos por esta doutrina constituem um exemplo que permite um controle eficaz dos passos dos cooperados com vista ao alcance do objetivo visado pela cooperativa.

Segundo Carvalho (2008), as cooperativas são avaliadas por meio de dois índices : econômico e financeiro. Os estudos são baseados em dados contábeis e técnicas que utilizam índices que visam aumentar o poder informativo das demonstrações financeiras. A utilização destes métodos de verificação de desempenho destina-se a avaliar a vertente econômico-financeira das entidades em causa. Matarazzo (2010), em seu livro *Análise Financeira de Balanços: Abordagem básica e gerencial*, afirma que esses dois tipos de avaliação também se dividem em três categorias principais que são a liquidez, a estrutura que visa controlar a situação financeira e o índice de rentabilidade incorporado pela situação econômica da entidade.

2.6.2 Breve histórico sobre o surgimento do cooperativismo

Para melhor compreender a cooperativa e o seu funcionamento nos últimos anos, é muito importante procurar compreender a sua gênese, a sua história e a sua evolução no tempo e no espaço. A cooperação é vista como parte de sua composição do ser humano e parte da história da humanidade e para Mladenatz (1933) : “ Em todas as épocas da vida da humanidade, encontram-se formas de economias coletivas que se aproximam mais ou menos da forma cooperativa ” (MLADENATZ, 1933, p. 17). Nesse sentido, Santes (2001) afirmou

que por meio de seus valores e crenças, os seres humanos instintivamente vivem em grupos, criando comunidades, cidades que lhes permitem viver em segurança. Segundo Bialoskorski Neto (2006), o sistema de cooperativismo e as demais formas de cooperação são considerados como as entidades mais antigas e datadas da história da humanidade. O autor comenta ainda que desde a pré-história da civilização, antes mesmo do nascimento da antiga civilização na era babilônica, já são conhecidas as cooperativas e as formas de associação. Segundo Thenório Filho (1999), a origem da doutrina cooperativa remonta aos tempos primitivos. Essa doutrina é observada nas práticas dos povos egípcios e também nas civilizações Asteca, Inca e Maia. Em seu esforço para esclarecer a origem dessa doutrina, o autor enfatiza o trabalho em grupo no campo da produção, do consumo e da divisão do trabalho. Para Thenório Filho : “Na civilização dos Incas o trabalho era em comum, sob a forma de cooperativa integral e moderna, cuja produção agrícola e pastoral, era segundo o trabalho prestado e de acordo com a necessidade de cada participante (THENÓRIO FILHO, 1999, p. 21) ”. O cooperativismo é conhecido como outra forma de movimento alternativo que se diferencia do sistema capitalista por seus princípios e valores. Como disse Emile-Auguste Chartier Chartier “*L'union fait la force. Oui, mais la force de qui ?*” “Unidade é força. Sim, mas de quem é a força ?” em português. O cooperativismo depende da força da associação humana conhecida por produzir muito mais do que produziria individualmente.

O ser humano sempre em busca de soluções para o bem-estar econômico e social da sociedade, hoje a adoção de outro método pelo ser humano a fim de encontrar o equilíbrio entre o ser humano vivendo em uma sociedade totalmente dividida pela busca do lucro individual. A ideia de criar uma cooperativa geralmente vem de um grupo de trabalhadores. A iniciativa mais divulgada e citada no meio acadêmico é criada pelo grupo de operários ingleses “*Pobres Pioneiros de Rochdale*”. Mas há vários outros grupos conhecidos, principalmente na Alemanha, como o *Schulze-Delitzsch*, constituído pelo agrupamento de classe média dos centros urbanos, mas também o *Raiffeisen*, criado pela associação de agricultores (MLADENATZ, 2003). O sistema de cooperativismo é visto como um meio de preservação da força econômica e vital dos indivíduos e também considerado como um importante instrumento que tem essa capacidade de ajudar a humanidade a sair dessa crise competitiva. Para IFIBE (2012, p. 39), “ o cooperativismo é um instrumento fundamental para enfrentar os históricos problemas ”. O sistema cooperativo é reconhecido pela sua intervenção sempre nas situações complicadas do ser humano no meio onde está inserida. IFIBE (2012) afirma que :

Em sua missão, o cooperativismo assume o compromisso de aprofundar noções de desenvolvimento integral, com base na organização social, na cidadania, respeito aos direitos humanos do trabalho, renda, moradia, saúde, educação e segurança alimentar, com acesso à terra, crédito, mercado e com novas formas de relação entre o campo e a cidade, promovendo complementaridade e ações integradas (IFIBE,2012, p. 39).

A revolução industrial ocorreu no mundo no final do século XVIII e início do século XIX e foi caracterizada por uma profunda transformação da sociedade rural em sociedade industrializada, onde o trabalho manual deu lugar às máquinas e também ao uso de novas fontes de energia e novamente procede que criaram um desequilíbrio total da sociedade. Instituições movidas pela concorrência, ávidas por mudanças, estão em busca de oportunidades de desenvolvimento máximo permanente, buscando métodos para minimizar os custos dos produtos (CASTRO, 2004). Esta situação criou uma rivalidade incessante entre as empresas em busca de lucro e também em busca de mercados para vender seus produtos, gerindo assim os trabalhadores e também consumidores dos produtos. Segundo Vicentino (2001), uma das maiores falhas da revolução industrial é a exclusão dos trabalhadores. Segundo ele, o único ponto de divergência entre os trabalhadores da antiguidade e os da Idade Média é que os trabalhadores do mundo moderno perderam o controle total de toda a produção.

O sistema de cooperativismo, desde sua origem, ganhou popularidade sem precedentes em muitos campos. É muito importante lembrar aqui os laços de amizade que criou com a sociedade em que exerce a sua atividade através do seu objetivo primordial que é a procura das melhores condições de vida para os habitantes e as suas memoráveis relações que mantém com o Estado na medida em que se distingue de outras entidades pelos seus princípios e se tem constituído como um sistema ou instrumento que permite a implementação de estratégias agrícolas e de acordo com Ploeg (2008, p. 216) : “As cooperativa [...] represente um lugar onde muitas novidades foram encontradas e ativamente desenvolvidas ”.

Segundo Souza (2009), no Brasil, a trajetória do sistema cooperativista começou com um estilo de cooperativa de consumo que oferecia produtos a preços muito baixos aos seus associados. Depois da cooperativa de consumo, existem as cooperativas de crédito rural sediadas no sul do país, mais precisamente no RS(MENDONÇA, 2002). A partir disso, observamos o surgimento de uma terceira categoria de cooperativismo que visa ajudar os agricultores desempenhando um papel de mediador entre os agricultores e o mercado, dando assim origem à primeira cooperativa agrícola mais precisamente nas áreas colonizadas por italianos, alemães e japoneses imigrantes (WILLERS, 2015).

Em 1930, diante dos importantes resultados do trabalho que o cooperativismo desempenha na sociedade, o Estado brasileiro toma consciência da eficácia dessa entidade no meio rural e presta seu apoio incansável no campo organizacional com o objetivo de melhorar e facilitar o abastecimento das áreas urbanas (MENDONÇA, 2002). Segundo Serra (2013), o Estado tem contado com o sistema cooperativista para reformar o sistema agrícola brasileiro, facilitando a inserção dos agricultores no sistema agroindustrial, que é considerado um elemento importante para um país que quer entrar no campona área de agroexportação (SOUZA, 2009).

As primeiras cooperativas constitucionalmente reconhecidas foram formadas em áreas remotas por trabalhadores que buscavam por meio de uma organização a compra de bens de primeira necessidade a preços baixos. Segundo Pires (2004), essas organizações foram observadas pela primeira vez em: Ouro Preto /MG (1889), Limeira/SP (1891), Rio de Janeiro/RJ (1894), Camaragibe / PE (1895) e também Campinas /SP (1897).

Apesar da existência de várias referências que demonstram a genealogia da fundação de uma cooperativa agrícola, entre 1905 e 1906, no RS nas regiões colonizadas por italianos, alemães, japoneses (PERONI, 2018), mas para Mendonça (2002), a origem da cooperativa agrícola brasileira ainda permanece obscura. Para Souza (2009), é importante mencionar que o sistema de cooperativismo foi importado para o Brasil por imigrantes europeus acostumados a essa ideologia e posteriormente fortalecido após a abolição da escravatura. Segundo Willers (2015), o crescimento do cooperativismo agropecuário no Brasil naquela época é causado pela crise trabalhista provocada pela abolição da escravidão e também explicada por seus princípios considerados eficientes e capazes de reformar de forma sustentável a produção e comercialização de produtos.

As primeiras cooperativas de crédito agrícola surgiram a partir de 1900, no RS e foram inspiradas no modelo de *Raiffeisen*, na cidade de Nova Petrópolis (1902) e também na cidade de Lajeado, em 1906, inspirada por *Luzzatti*. Mendonça (2002) acredita que já a partir de 1910, os atores políticos brasileiros implantaram um programa de cooperativismo agrícola. Segundo Sousa:

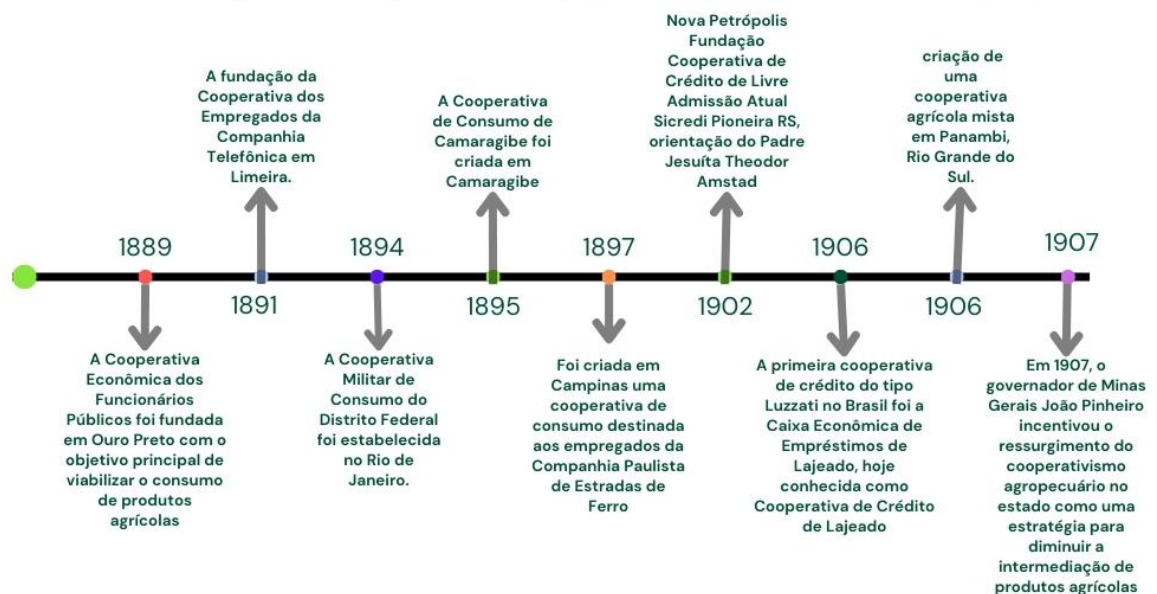
Durante algumas décadas, o Padre Teodoro Amstad desencadeou uma organização de cooperativas no Rio Grande do Sul, tentando conscientizar os colonos da exploração popular do Rio Grande do Sul que foram usados com toda a geração de seu trabalho. Este problema afeta principalmente, as trabalhadoras que funcionam como equipamento nas fazendas de café de colonato. Alguns destes trabalhadores começaram, entretanto, a fixar-se como produtores de subsistência. Assim, ainda na

Primeira República, começaram a surgir as primeiras cooperativas agropecuárias (SOUZA, 2009, p. 67).

Para diversos autores, a gênese do sistema cooperativista no Brasil começa na década de 1930 através do Decreto Lei 22.239 de 19 de dezembro de 1932 que lhe conferiu um papel central no mercado e lhe permitiu ocupar um lugar considerável na sociedade aumentando de 178 cooperativas, em 1931, para 1.172 entre o período de 1932 e 1937, e batendo o recorde em 1941, com mais de 2.152 cooperativas em todo o território brasileiro (SOUZA, 2009).

Por sua importância e papel central na sociedade, o sistema de cooperativismo tem recebido apoio e proteção do Estado. Farias (2015), afirma que entre 1932 e 1945, foram publicados mais de sete atos legislativos a seu favor, permitindo-lhe o livre cooperativismo e também promovendo seu desenvolvimento e funcionamento, principalmente o fácil acesso ao crédito. Souza (2009) acrescenta dizendo que é muito importante notar que o sistema de cooperativismo não é criado no Brasil para seus bens feitos, mas sim favoreceu o desenvolvimento.

Figura 05: Linha do Tempo da Criação das Cooperativas no Brasil
linha do tempo da criação das cooperativas no brasil entre 1889 a 1907



Fonte : Elaborado pelo autor (2022).

2.6.3 Um Panorama do Cooperativismo no Rio Grande do Sul

Em agosto de 2021, as informações sobre cooperativismo foram atualizadas e publicadas no site oficial de BAALBEK COOPERATIVA HABITACIONAL³, mostrando um aumento do número dos cooperados de 11%, entre 2019 e 2020, no Brasil. ” [...], em 2019, o número de cooperados em território nacional era de 15,5 milhões. Já em 2020, esse total pulou para 17,2 milhões. Um crescimento de cerca de 11%” (BAALBEK, 2021). O site de BAALBEK COOPERATIVA HABITACIONAL também revelou que em 2021, o Brasil possuía 4.848 cooperativas. O Estado do RS é considerado como um bastião do cooperativismo no Brasil em termos de cooperados (322.677) (Anuário do Cooperativismo Brasileiro, 2021) e também OCB (1996) revelou que foi no RS que surgiu a primeira cooperativa do tipo *Raiffeisen* em 1902.

De acordo com o *ranking* estadual do número das cooperativas no Brasil, o RS ocupa o terceiro lugar entre os estados, atrás apenas de Minas Gerais, que ocupa a primeira colocação com 756 cooperativas, seguido na segunda posição por São Paulo com 614 cooperativas. Em termos de associados, o estado do RS aparece em primeiro lugar com mais de 3,3 milhões de trabalhadores, seguido pelo estado de Santa Catarina com 3,1 milhões de trabalhadores associados, em seguida vem São Paulo com 3 milhões de trabalhadores (AIC, 2021).

Quadro 04 : Ramos de Atividade das Cooperativas no Brasil (2020).

Ramos de Atividades	Números de Cooperativas	Cooperados	Número de Empregados
Agroalimentar	1.173	1.001.362	223.477
Transporte	984	89.857	5.461
Saúde	758	409.175	116.559
Crédito	755	11.966.563	79.121
Trabalho / produção	685	180.074	8.714
Consumo	247	2.208.756	14.427
Infraestrutura	246	1.481.493	7.336

Fonte : Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2021)

De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro (2021), o número de cooperativas agrícolas no Brasil é de 1.173. Na região Sul do Brasil, o estado do RS ocupa o

³Dados atualizadas sobre o cooperativismo podem ser acessados através de <https://www.baalbek.com.br/confira-os-numeros-atualizados-do-cooperativismo-no-brasil/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Anu%C3%A1rio,pulou%20para%2017%2C2%20milh%C3%B5es. Acesso em julho 2022.>

primeiro lugar com 126 cooperativas com mais de 322.677 cooperados e mais de 33.331 funcionários.

Em todo o território brasileiro, o estado do RS ocupa a segunda posição, atrás do estado de Minas Gerais com 189 cooperativas e 165.705 cooperados e 16.258 funcionários. Mas em termos de funcionários e cooperados, isso vem primeiro. Esses números demonstram em grande parte a importância e o peso dessa região na economia brasileira (6,5% do PIB nacional)⁴.

Quadro 05 : Número das Cooperativas/Cooperados e o número de Empregados por Estado (2020)

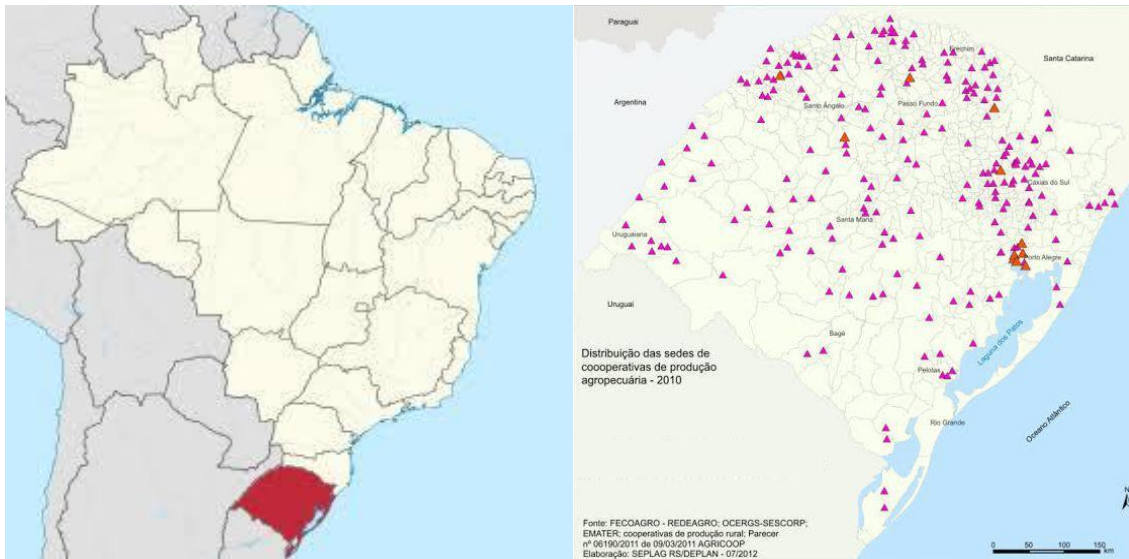
Estados	Números de Cooperativas	Cooperados	Número de Empregados
Minas Gerais	189	165.705	16.258
Rio Grande do Sul	126	322.677	33.331
São Paulo	107	121.343	11.336
Goiás	78	30.055	5.838
Parana	60	185.077	95.697

Fonte : Anuário do Cooperativismo Brasileiro [OCB] (2021)

O principal objetivo das cooperativas agrícolas é reunir os pequenos agricultores em uma estrutura que lhes dê um lugar no mercado por meio do poder da fusão e também melhorar a articulação entre a agricultura e os mercados (VAN DIJK, 2005). Além do papel de organizador, as cooperativas desempenham um papel fundamental no auxílio à industrialização, técnica e comercialização de todos os cooperadores. As cooperativas relacionadas às atividades agropecuárias reúnem organizações que exercem atividade agrícola, extrativa, agroindustrial, pesqueira, (OCB, 2022).

Figura 06 – Localização do RS no Brasil e Localização das Cooperativas de Produção Agropecuária no RS

⁴Dados sobre o PIB podem ser acessados através de <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/participacao-do-pib-estadual>. Acesso em julho 2022.



Fonte : IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

O RS é o estado mais meridional do Brasil. Este estado está localizado na fronteira da Argentina e na fronteira com o Uruguai, gozando de um clima muito favorável para o desenvolvimento da agricultura. Famosa por sua paisagem natural, sua diversidade única, é um dos estados mais visitados por turistas no Brasil, graças às suas estruturas clássicas, seus mercados públicos, a Catedral Metropolitana localizada no centro histórico da capital Porto Alegre. Em 2021, o número de habitantes foi estimado em 11.466.630 (IBGE, 2021).

2.6.4 Cooperativismo como estratégia de desenvolvimento sustentável

Esta parte de nossa pesquisa nos oferece um conhecimento aprofundado do cooperativismo em sua relação com a noção de desenvolvimento sustentável presente no estado do RS.

Os sistemas de produção e consumo estabelecidos pela industrialização divergem dos modelos impostos pelo conceito de sustentabilidade que preconiza a proteção ambiental. O uso abusivo e descontrolado dos recursos naturais, o aquecimento global causado pela emissão de gases de efeito estufa, o aumento da população mundial, a degradação da fauna e das florestas trouxeram consequências indesejáveis não só para os seres humanos, mas também para o meio ambiente e de acordo com o relatório Brundtland “O que é necessário agora é uma nova era de crescimento econômico, crescimento que seja forte e ao mesmo tempo socialmente e ambientalmente sustentável ” (BRUNDTLAND, 1987, p. 7).

Perante esta enorme e cada vez mais preocupante situação que atravessa a presente década, marcada por preocupações sociais (BRUNDTLAND, 1987), relacionadas com o ambiente, a pobreza, a saúde, os conflitos e tantos outros, as organizações envolvidas no bem-estar social, cada vez mais preocupados com o futuro do nosso planeta, buscaram uma solução duradoura que lhes permita não só manter-se competitivos no mercado de bens e serviços, mas também enfrentar as ameaças causadas por considerarem esta situação perigosa. Segundo Castells (1999, p. 141): “a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persistem, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção industriais e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais.”

Desde o início desta crise que a humanidade atravessa, o homem sempre buscou outra alternativa que ajudasse a aumentar significativamente suas chances de sobrevivência (FRANÇA *et al.*, 2004) recorreu à cooperação que hoje é considerada a única instituição capaz de enfrentar os desafios impostos pela globalização e capacitar o homem a atingir esses objetivos. Nas últimas décadas, diante dessas profundas mudanças observadas na sociedade, causadas pela globalização que impacta os meios de produção. Os estudos acadêmicos se concentram em dois conceitos considerados capazes de desbloquear essa situação: Cooperativismo e Sustentabilidade.

Desde o início, as cooperativas são consideradas uma expressão natural dos movimentos trabalhistas. Segundo Namorado (1993), o sistema cooperativista é analisado como uma instituição que faz parte da sociedade, nesse aspecto é considerado como uma organização resultante das reivindicações dos movimentos sindicais e dos trabalhadores em oposição às suas condições de trabalho. Essa organização constituída por humanos conscientes do futuro do mundo é investida de recursos, poder econômico, social, ambiental e político. Essa confiança é garantida à cooperativa pelos humanos graças aos seus valores e princípios (MEINEN ; PORT, 2012). A cooperativa é uma organização que exerce um poder dominante sobre outras. Isso se deve, em parte, às transformações significativas que ela trouxe ao sistema agrícola e ao seu compromisso com causas humanitárias. Os homens não escolheram essa organização por acaso, mas sim por seu histórico convincente. De acordo com IFIBE “um dos grandes avanços que pode ser percebido a partir da atuação das cooperativas [...] é o controle social” (IFIBE, 2012, p. 40).

O Capitalismo caracterizado pelo uso anárquico e descontrolado dos recursos naturais para trazer uma profunda transformação na sociedade e assim causando enormes perdas para a humanidade. De acordo com Hawken *et al.*, (2000), essas perdas são: liquidação dos recursos naturais fundamentais para a existência humana. Para sanar esse problema, impõe-se aos homens um novo modo de vida marcado por padrões modernos de fiscalização centralizada na proteção ambiental (MANZINI, 2006).

A dimensão social envolve a realização social através da satisfação das necessidades vitais do ser humano. De acordo com Schneider (2015, p. 2)

[...] o desenvolvimento e o bem-estar social estão limitados pelo nível tecnológico, os recursos do meio ambiente e a capacidade deste para absorver todos os efeitos das ações humanas. Diante desta situação, coloca-se a possibilidade de aperfeiçoar a tecnologia e a organização social de forma que o meio ambiente possa recuperar-se no mesmo ritmo e na mesma intensidade em que é afetado pela atividade humana (SCHNEIDER, 2015, p. 2).

A dimensão ambiental, segundo Elkington (1997), refere-se ao capital natural de uma entidade. Segundo o autor, as atividades econômicas sempre têm efeitos negativos sobre o meio ambiente. Nesse sentido, as organizações que exercem atividades econômicas devem aprofundar estudos que visem à redução desses impactos, a fim de corrigir e neutralizar esses efeitos indesejáveis. Essas organizações ou instituições também devem pensar em outros tipos de recursos a serem utilizados, considerados como recursos limpos, sem efeitos adversos à sociedade ou ao meio ambiente, de forma a substituir os recursos que causaram impactos negativos ao meio ambiente.

Para Elkington (1997), a dimensão econômica envolve operações de natureza produtiva, como distribuição e comercialização de bens e serviços e outros pontos relativos à organização, a fim de facilitar o progresso das instituições engajadas nesse processo de sustentabilidade.

Para Sachs (1990), sustentabilidade é uma noção dinâmica que engloba as necessidades das pessoas que vivem em sociedade em um contexto global em constante mudança. Para ele, a sustentabilidade se baseia em cinco dimensões essenciais que são: sustentabilidade social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. Para Sachs, sustentabilidade social se refere a uma melhor distribuição de renda que resulta na redução das desigualdades sociais. A sustentabilidade econômica refere-se a investimentos públicos e privados e também a uma melhor gestão dos recursos ambientais. A sustentabilidade ecológica tem a ver com o uso consciente dos recursos naturais. A sustentabilidade geográfica

refere-se ao equilíbrio das áreas rurais e urbanas. E a quinta dimensão, que é a sustentabilidade cultural, afeta o domínio cultural. Mas Sachs não para nessa etapa, em 2002, Sachs aumenta a lista trazendo 4 outras dimensões ao conceito de sustentabilidade: ambiental, territorial, política nacional e política internacional. Para o autor, a sustentabilidade ambiental permite que o ecossistema se autorregenere. A sustentabilidade territorial visa eliminar as barreiras inter-regionais e permite a preservação do ecodesenvolvimento. Sachs afirmou que a sustentabilidade da política nacional está relacionada com a harmonia social de cada país, com a democracia e também com esta aptidão que cada país tem para estabelecer uma política nacional e ao concluir afirmou que esta quarta dimensão está sob a responsabilidade das Nações Unidas.

A OCB (2013) define o cooperativismo como “ um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia ”. Nesse sentido, o sistema cooperativo adere aos objetivos do conceito de sustentabilidade, que visa garantir a proteção dos recursos naturais combinando com o bem-estar social e desenvolvimento econômico, conforme destacado em nosso futuro comum.

O sistema cooperativista, para ampliar seu modelo de negócios e iniciar um processo de construção de longo prazo, baseia-se no conceito de sustentabilidade caracterizado pela igualdade social, bem-estar econômico e proteção ambiental. Essa prática simplifica a implementação de modelos de negócios que facilitam o início das etapas de construção e transformação em direção a um futuro sustentável, examinando previamente as influências e os efeitos das ações em seu ambiente (ALIGLERI *et al.*, 2009). Para fazer com que essas instituições sejam reconhecidas como sustentáveis por seu envolvimento na luta pela proteção ambiental e pelo bem-estar humano, é preciso conhecer os impactos de sua ação na sociedade em que exerce sua atividade exigindo compromissos que incluem seu interesse pela igualdade social e benefícios (DONAIRE, 2011).

O sistema cooperativista é visto no conceito de desenvolvimento sustentável por meio de suas ações e de sua visão do mundo moderno que é a construção de um mundo melhor baseado em valores humanos, nobres, equidade, igualdade e também através de seus princípios únicos que se baseiam no coletivismo e ajuda mútua e sua contribuição para causas sociais (MEINEN ; PORT, 2012). Nesse aspecto, é vista como uma entidade cujo objetivo primordial não é a realização de lucro por meio de serviços prestados à sociedade, mas sim

garantir o bem-estar e contribuir efetivamente para o conceito de sustentabilidade. Mas também através das suas ações e princípios fica claro que a cooperativa corresponde ao perfil de um organismo emergente e de acordo com (MATOS ; NINAUT, 2007) “ O cooperativismo é importante na economia [...] por ser um sistema capaz de alinhar o desenvolvimento humano com a sustentabilidade, devido aos seus princípios universais de origem e evolução”.

Barbieri *et al.*, (2010), explicam em seu artigo publicado na “Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 50”, denominado Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições", que os princípios decorrentes do conceito de desenvolvimento sustentável foram incorporados às estratégias de governança das organizações em primeiro lugar por causa das exigências cada vez maiores dos órgãos governamentais , a sociedade civil e também a pressão por determinados grupos de defesa do ambiente (PINHEIROS, 2006). Em segundo lugar, pela razão de que nas décadas mais recentes, o conceito de sustentabilidade tem sido considerado como um fator realmente importante que aumenta o valor acrescentado de uma organização, tornando-a mais competitiva sob o pretexto de que este conceito garante a sobrevivência de uma entidade a longo prazo.

Para serem sustentáveis e viáveis, as instituições devem introduzir a Ecoeficiência em seu sistema produtivo, que se caracteriza pela produção de bens e serviços de melhor qualidade utilizando menos recursos naturais, causando também menor degradação ao meio ambiente. A cooperativa adere à sustentabilidade por meio de seus princípios reconhecidos como socialmente responsáveis e emergentes de um meio social e que influência (ALMEIDA, 2002). Para Barbieri *et al.*, (2010), as instituições envolvidas nesse processo de desenvolvimento sustentável estão condenadas a ajustar seu modo de atuação para reduzir os impactos sociais e ambientais. Este processo faz parte de uma nova dinâmica de inovação que conduz a um conceito de inovação sustentável e contribui para o desenvolvimento sustentável. Segundo Charter e Tischner (2001), inovações como o desenvolvimento de produtos e serviços devem ampliar seus campos de aplicação e buscar introduzir aspectos do *Triple Bottom Line* em seu campo de atuação e segundo Barbieri *et al.*, “Inovar seguindo as três dimensões da sustentabilidade ainda não é regrada porque incluiu instrumentos e modelos de gestão social e ambientalmente necessários e modelos de gestão, recentemente desenvolvidos, que têm mais intensidade” (BARBIERI *et al.*, 2010, p.152). Uma instituição engajada no processo de sustentabilidade não se envolve em atividades de qualquer tipo, mas estuda as oportunidades que surgem antes de se envolver na atividade que terá efeitos benéficos para ela e que impactará na sociedade e no meio ambiente.

Ao se engajar no mercado como entidade iniciando o processo de sustentabilidade, a cooperativa constitui uma obrigação social para a instituição por meio da promoção de seus produtos promovendo a criação de um vínculo amigável com os consumidores, consolidando a reputação e apoiando a transmissão de valores positivos (ALESSIO, 2008). O desenvolvimento sustentável é um conceito global que se aplica a todos os países do mundo. É crucial respeitar as regras ambientais, pois as consequências sociais e ambientais de sua não conformidade representam um obstáculo para um futuro melhor.

A noção de sustentabilidade visa a equidade e garante o bem-estar social, ambiental, econômico e social para as gerações futuras. Os consumidores de bens e serviços produzidos pelas organizações estão cada vez mais preocupados com a promoção de práticas e querem que essas instituições contribuam para a resolução do problema, sendo a questão da sustentabilidade vista como uma oportunidade e uma vantagem para as instituições.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ESCOLHA DA COOPERATIVA

O processo de seleção da cooperativa a estudar foi resultado de um longo período de estudo e pesquisa documental. Durante esse tempo de estudo e pesquisa, os critérios de seleção foram avaliados em relação aos objetivos do projeto e baseou-se principalmente nas informações existentes em determinados documentos, artigos e determinados sites informativos que nos permitem pesquisar todas as cooperativas agroindustriais do setor agroalimentar existentes no Estado do RS. Através de nossos estudos identificamos 121 cooperativas agroalimentares existentes no Estado do RS. Ressalta-se que esta pesquisa foi escolhida para ser desenvolvida no estado do Estado do RS devido ao dinamismo deste estado no setor agroalimentar comparado ao resto do país (segundo lugar no ranking dos estados com mais cooperativas agroalimentares no Brasil apenas atrás de Minas Gerais que conta com 191 cooperativas agroalimentares) e também considerado sobretudo como um estado revolucionário no sistema cooperativista. Após identificar o número de cooperativas industriais do setor agroalimentar existentes no Estado do RS, nos baseamos em quatro pontos principais que nos permitiram selecionar a cooperativa para nosso estudo. Esses quatro pontos são:

- a) Estabilidade da cooperativa: Avaliação do ano de existência da cooperativa e de seu potencial de crescimento.
- b) Práticas de gestão ambiental: o uso de práticas de sustentabilidade
- c) Considere a história, a missão, a visão, os valores e as relações da cooperativa com seus membros e sua comunidade.
- d) O engajamento dos membros : a participação e representação dos membros na governança e na gestão da cooperativa.

Depois de analisar os critérios, foi escolhida a Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão como objeto do estudo. Uma história de mais de 13 anos de existência com um potencial de crescimento rápido e já conhecida como uma das melhores cooperativas agroalimentares dedicadas na produção, industrialização e comercialização de produtos orgânicos do RS e da sub-região. Além de sua estabilidade observada, também

mantém boas relações estreitas com seus membros, respeitando as normas ambientais em vigor e assegurando uma gestão prática e participação ativa dos membros.

3.2 PRÉ-CAMPO E ORGANIZAÇÃO DO CAMPO

Durante vários meses, tentei entrar em contato com os representantes da cooperativa, mas em vão. Em de agosto de 2022 durante uma visita de campo a RINCAO DE GAIA do DER 115, ao discutir o projeto com um dos professores da disciplina foi possível buscar o contato com a Coperav, cooperativa escolhida para a realização do trabalho de campo. o que me abriu um espaço importante para a materialização do meu projeto. A partir da apresentação do professor, foi possível realizar o contato com o diretor comercial da Cooperativa, abrindo um espaço valioso para a concretização do meu plano.

No dia 5 de setembro, foi marcado um encontro com o diretor comercial, às 7h. Nesta data às 6h30 eu já estava no assentamento. Fiz-lhe sinal de que já tinha chegado. Ele chegou e me acompanhou até a sala de reuniões da cooperativa. Após minha apresentação, contei a ele sobre meu projeto e como pretendo proceder para a realização do meu projeto. Ele mostrou interesse em colaborar comigo, recebi sua total ajuda e ele até me contou sobre o TCC que fez nessa área. Ele me prometeu alguns documentos falando sobre a história da cooperativa, do assentamento, o plano de gestão implantado pela cooperativa e também um documento falando sobre o plano de investimentos da cooperativa. Após essas conversas, ele me apresentou ao seu pai, que é também associado da Coperav e com quem tive o privilégio de conversar um pouco sobre a história da cooperativa e também do assentamento. Depois, ele também me apresentou a alguns associados presentes na cooperativa e também ao representante legal da Coperav. Após uma breve discussão com os associados, o representante legal me ofereceu uma breve visita à cooperativa. Tive então a oportunidade de visitar alguns setores da cooperativa como o setor de produção, o setor industrial, mas também o setor administrativo e finalmente consegui fechar um acordo com ele e me deu o seu contato pessoal e uma autorização assinada para continuar as minhas pesquisas na cooperativa e também no assentamento dizendo-me para avisá-lo quando a pesquisa seria iniciada. Depois disso, tive a oportunidade de dar uma volta no assentamento, o que me permitiu conversar com algumas pessoas que moram na comunidade da cooperativa.

Neste primeiro encontro, tive também o privilégio de visitar o local onde o arroz é processado e seco. Foi fascinante testemunhar todo o processo de produção de arroz. Além

disso, aprendi mais sobre a história da cooperativa e sua organização. Esta visita foi muito benéfica para mim porque pude descobrir o processo de fabricação e entender melhor o processo de produção de arroz da cooperativa. Além disso, durante minha visita, interagei com vários associados a fim de entender melhor a estratégia de desenvolvimento da Coperav. Esta primeira visita me permitiu conhecer melhor a cultura e os princípios da Coperav, tais como a valorização da comunidade e do meio ambiente, a promoção de práticas sustentáveis e a implementação de uma política de igualdade de oportunidades para todos os cooperados. Fiquei muito impressionado com seu compromisso com a proteção ambiental, a erradicação da pobreza e a oferta de oportunidades para todos os membros. A visita me deu uma melhor compreensão de como funciona a cooperativa e as diferentes formas como procura atingir os seus objetivos.

Voltei ao assentamento pouco mais de um mês depois para realizar entrevistas com os dirigentes da cooperativa. Depois de mais de uma hora de entrevista, fomos para o campo, ou seja, onde se planta o arroz. Neste dia também foi possível aplicar o questionário a 03 cooperados. Foi uma oportunidade única e muito emocionante ter testemunhado o desenvolvimento da terra e o plantio do arroz e também ter ouvido um pouco da história de vida e das experiências dos agricultores através das conversas que tive com eles. Retornando à sede da cooperativa, foi possível seguir com a pesquisa de campo. O questionário foi aplicado a uma cooperativa na sede. Depois dei uma volta no assentamento onde também entrevistei algumas pessoas que moram perto da cooperativa. No total entrevistei duas lideranças, sete associados (incluindo um grupo de 3 sócios) e sete membros comunidades da Coperav.

Quadro 6: Cronograma da realização do trabalho de campo

Datas	Realizações
18 de agosto de 2022	Conversa com o professor BRACAGIOLI durante a visita de campo a RINCAO DE GAIA sobre a realização do meu projeto na Coperav.
25 de agosto de 2022	Conseguí o contato do diretor comercial da Coperav o que me abriu um espaço importante para a materialização do meu projeto.
09 de setembro 2022	Encontro com o diretor comercial, o representante legal e alguns associados presentes no momento da visita. Visita de determinados setores da cooperativa como setor produtivo, setor industrial, setor administrativo. Autorização para realização de pesquisas na cooperativa.
27 de outubro 2022	Início da pesquisa.

Fonte : Elaborado pelo autor (2022).

3.3 REALIZAÇÃO DO CAMPO

O objetivo geral do estudo aqui realizado foi o de analisar as estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas pela Coperav. Para atingir os objetivos e responder ao questionário do nosso estudo, decidimos realizar um estudo de forma qualitativa que, Como Richardson argumenta em seu livro “Pesquisa social : métodos e técnicas”, a pesquisa qualitativa é vista como uma tentativa de entender o significado detalhado e as características situacionais apresentadas pelas pessoas entrevistadas (RICHARDSON, 1999).

Os instrumentos utilizados para configurar os elementos do trabalho foram, além daqueles de campo, o levantamento de dados e a revisão bibliográfica. Segundo Oliveira (2001), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo encontrar as fontes primárias e secundárias e o material científico necessário para a realização do trabalho científico. Durante as entrevistas realizadas, utilizou-se como referência cinco dimensões fundamentais para avaliar o nível de sustentabilidade de determinado projeto ou iniciativa, conforme proposto por Sachs (1986): a sustentabilidade social, que considera o impacto da iniciativa sobre as comunidades envolvidas; a sustentabilidade econômica, que analisa a viabilidade financeira e a capacidade de gerar emprego e renda; a sustentabilidade ecológica, que avalia o impacto da iniciativa sobre o meio ambiente; a sustentabilidade espacial, que leva em conta o uso do espaço e sua relação com as características geográficas da região; e a sustentabilidade cultural, que avalia o respeito e a valorização das tradições e costumes locais. Essas dimensões são essenciais para avaliar de forma abrangente e integrada a sustentabilidade de uma iniciativa, considerando seus diversos impactos e aspectos relevantes.

Para a coleta de dados primários utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada e os dados secundários são recebidos através de alguns documentos fornecidos pelos líderes da cooperativa falando sobre a história da cooperativa, do assentamento, do plano de gestão da cooperativa, do investimento planejado pela cooperativa e muitos outros.

A coleta de dados foi feita por meio de uma série de questionários com perguntas semiestruturadas que desenvolvemos e que foram aplicados às pessoas que aceitaram participar da pesquisa. Mas acima de tudo, todos os participantes devem assinar um termo de consentimento comprovando que nos autorizam a ser entrevistados. Dentre esses questionários desenvolvidos, existem questionários específicos para gestores da cooperativa, associados e questionários reservados para membros da comunidade. Estes questionários contêm informação sobre o perfil social (nome, idade, nível de escolaridade, naturalidade,

número de pessoas na família, etc.), o perfil econômico (fonte de rendimento, atividade principal, tamanho de área, etc.) e caracterização da propriedade (tipo de agricultura praticada, forma de produção etc.) e também muitas outras questões relacionadas à agroecologia e o meio ambiente.

Os resultados foram obtidos a partir da análise dos dados das entrevistas, primeiramente gravadas e reescritas. Como Silva e Mendes (2013) afirma: “ Por meio de entrevistas, é possível compreender como as pessoas pensam e se comportam, bem como suas crenças, sendo levados em consideração os valores, sentimentos e símbolos que vivenciam em seu cotidiano ” (SILVA ; MENDES, 2013).

Durante a pesquisa realizada, foram conduzidas entrevistas com dezesseis (16) indivíduos. Este grupo foi composto por duas lideranças, sete associados (incluindo um grupo de três sócios) e sete membros da comunidade da Cooperav, dentre os quais três (3) eram ex-associados da cooperativa e quatro (4) nunca haviam trabalhado na mesma. No entanto, foram encontradas dificuldades durante a pesquisa, já que mais de dez assentados se recusaram a participar do estudo, alguns sem motivo aparente, enquanto outros afirmaram não ter interesse. Além disso, alguns eram novos no assentamento e não tinham muitas informações sobre a cooperativa.

Quadro 07 : Número das pessoas entrevistadas

Pessoas entrevistadas	Associados/Cooperados		Membros da comunidade		Total
	Líderes	Associados	Ex-associados	Nunca trabalhou	
Número	2	7	3	4	16

Fonte : Elaborado pelo autor (2022).

3.4 A COOPERATIVA OBJETO DE ESTUDO

O conceito do desenvolvimento sustentável é definido como:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas (WCED, 1991, p.49).

Nessa direção, a pesquisa para um conhecimento aprofundado deste conceito leva a estudar os diferentes conceitos ligados à noção de desenvolvimento e da sustentabilidade que visa compreender o mecanismo de funcionamento dos conceitos da sustentabilidade e os processos de transformação que conduzem à transição socioeconômica, tornando possível

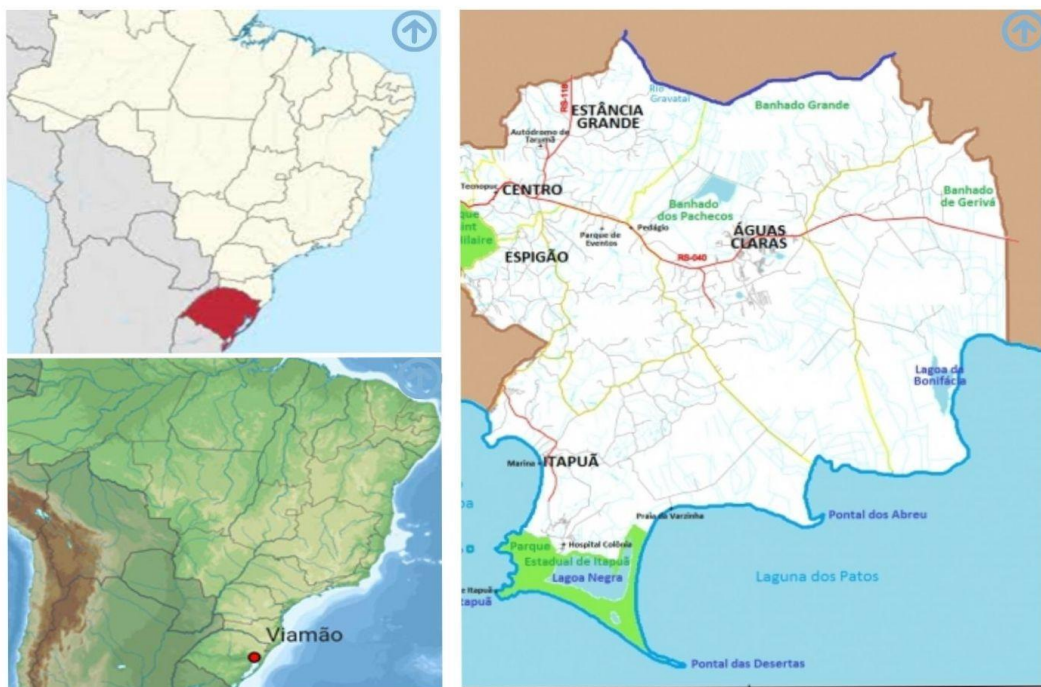
apresentar e facilitar o controle de dados de base dados agrícolas de áreas rurais. De acordo com IFIBE (2012, p. 106),

O cooperativismo assume o compromisso de renda para aprofundar as noções de desenvolvimento integral, baseado na organização social, na cidade, no respeito aos direitos humanos de trabalho, moradia, educação e segurança alimentar, com acesso à terra, crédito, mercados e com novas formas de relacionamento entre a cidade, promovendo a complementaridade e ações integradas entre esses aspectos do desenvolvimento (IFIBE,2012, p. 106).

Preocupada com a gestão dos diferentes métodos de manejo e controle ligado ao conceito da sustentabilidade, muitas das cooperativas agroindustriais no RS estão dando continuidade à política de produzir e preservar o meio ambiente. Nesse sentido, será estudada a Coperav. Desde 2008 essa é uma cooperativa reconhecida com certificação orgânica com base em normas nacionais e internacionais como uma das melhores produtoras de arroz orgânico do Brasil. De acordo com PREISS *et al.*, (2014, p .3), a certificação é feita através de um processo de auditoria realizado pela organização IMO (Instituto de Mercado Ecológico), encomendada pela COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do RS).

A Coperav oferece produtos da marca “Origem Orgânica” sem substâncias químicas no RS. A Coperav é localizada em Viamão, a 36 km de Porto Alegre mais precisamente na Rua Florestan Fernandes, 50, Águas Claras, quem é um distrito situado a leste de Viamão (PREISS, 2013).

Figura 07: Localização do município de Viamão/RS



Fonte : Elaborado pelo autor com base IBGE (2010).

Além da sede, município de Viamão é composto por cinco outros distritos que são: Capão da Porteira, Espigão, Itapuã, Passo da Areia e águas claras (Lei Estadual n.º 736, de 20-06-1962)⁵.

O município de Viamão tem uma baixa densidade demográfica, estimada em 159,91 hab/km² e tem um Índice de Desenvolvimento Humano estimado a 0,717 (IBGE, 2010). O município possui terras muito favoráveis à agricultura, o que justifica a existência de muitas explorações agrícolas nesta região. De acordo com as classificações climáticas da fitossociologia, ecologia e vegetação natural de Köppen-Geiger, a região de Viamão goza de um clima subtropical úmido (Cfa) muito favorável ao cultivo com uma variação de temperatura de 14 a 15 ° C entre julho e agosto. Entre dezembro e fevereiro, a variação da temperatura é mais acentuada com variação média de temperatura de 23 a 24 °C (WREGGE *et al.* 2012). A região tem uma precipitação média anual de 1.300 mm (GIASSON; NASCIMENTO, 2008). É uma região que possui barragens, possui rios, áreas turísticas e muito mais atrações do turismo ambiental por conta de sua legislação ambiental vigente e da preservação no município.

A cooperativa que é objeto desse estudo está localizada no Assentamento Filhos de Sepé (AFS) e tem como objetivo produzir alimentos agroecológicos com respeito por um melhor ambiente, diversificar a produção, autosustentar-se, incluir o social de jovens e mulheres, gerir o trabalho e voltar à atenção dos potenciais mercados. É uma cooperativa que constrói relacionamentos com as populações agrícolas e as populações rurais como atores ativos e conhecedores do desenvolvimento rural e da transformação agrícola. A cooperativa também pratica e respeita as normas ecológicas e ambientais que caracterizam a agricultura biológica. Trabalha com 150 associados, que está instalada em uma área de mais de 6.935 hectares e que está certificada em todas as etapas de produção desde 2004 (COPERAV, 2022).

A Área de Proteção Ambiental conhecida como AFS foi estabelecida por meio da Lei n° 82 de 14 de dezembro de 1998, abrangendo uma área total de 9.478,9 hectares. É importante destacar que uma parte desse território foi destinada à Reserva da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, visando à proteção da fauna e flora local. É interessante observar que essa área protegida é habitada por um número significativo de famílias, totalizando 376, o que demonstra a importância da conciliação entre a preservação ambiental e o desenvolvimento

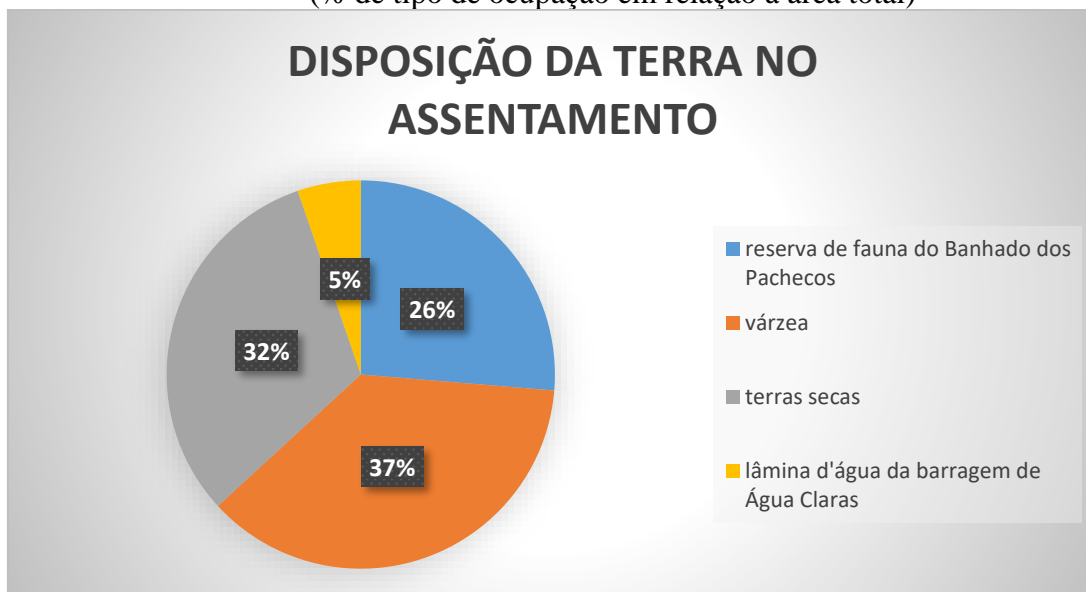
⁵Dados sobre a Lei Estadual podem ser acessados através de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/viamao/historico>. Acesso em Sept. 2022

social. Os assentamentos eram formados por diferentes famílias de diversas origens e de acordo com (PREISS *et al.*, 2014, p .1)

Assentamento existe desde 1998, no distrito de Águas Claras, município de Viamão, RS. Nele vivem 376 famílias, vindas de 115 municípios do estado e representando uma diversidade de experiências em relação à agricultura e às formas de produção e de tipos de cultivo. É o maior assentamento de reforma agrária no estado, com 9.450 hectares, dos quais 2.543,46 hectares são destinados ao Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, o que condiciona as famílias a produzir de forma orgânica desde 2008 por uma portaria do Estado. Apesar dos desafios, atualmente o assentamento é reconhecido pela produção de arroz agroecológico (PREISS ; SOGLIO ; KUBO, 2014, p. 1).

O AFS foi criado após a desapropriação da Fazenda Santa Fé. Dos 9.478 hectares disponíveis para a AFS, 2.500 hectares estão ligados à reserva de fauna do Banhado dos Pachecos, 3.500 hectares são de várzea, 500 hectares são a lâmina d'água da barragem de Água Claras e os 3.000 hectares restantes são de terras secas.

Figura 08: Disposição de terra no assentamento
(% de tipo de ocupação em relação à área total)



Fonte : Elaborado pelo autor (2022)

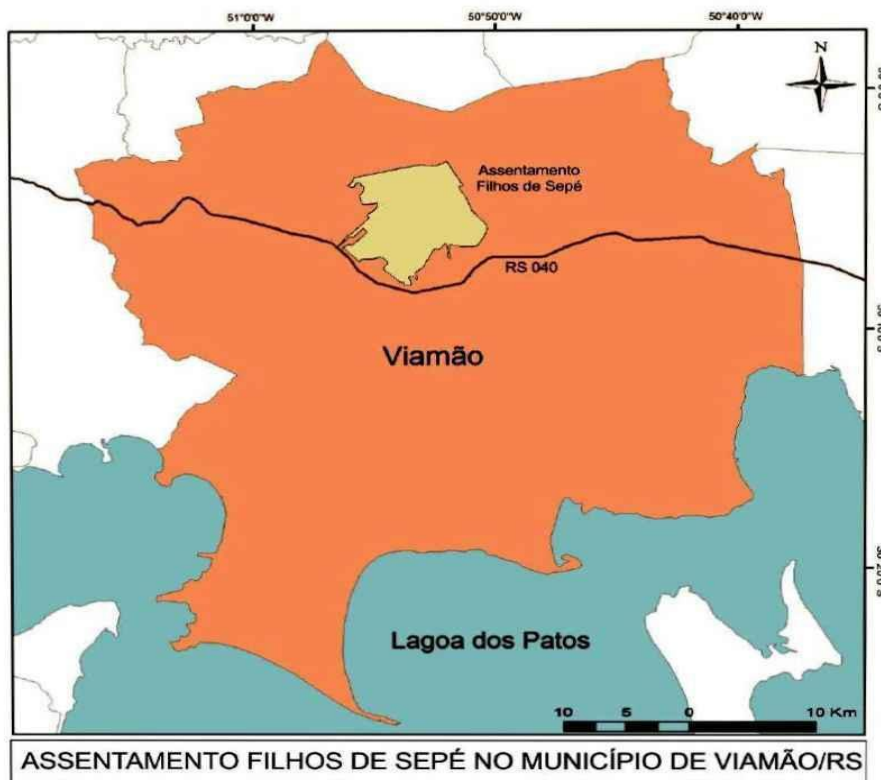
Em 2002, um grupo inicial de famílias estabeleceu a primeira organização de agricultores conhecida como “ Associação dos Produtores de Arroz e Peixe do Assentamento Filhos de Sepé”. O principal propósito dessa associação era buscar uma produção conjunta de arroz e peixe, com o objetivo de aumentar a lucratividade através da diminuição dos esforços culturais exigidos pela rizipiscicultura (RIBEIRO, 2014). Segundo o mesmo autor, Em 2008, o INCRA estabeleceu a obrigatoriedade de certificação orgânica para toda a produção de

arroz no assentamento. Como consequência, alguns agricultores modificaram seus métodos de produção, enquanto outros optaram por manter a produção convencional. Aqueles que não se adaptaram à exigência do INCRA tiveram suas colheitas apreendidas e direcionadas para o programa Fome Zero (RIBEIRO, 2014).

Nesse cenário de mudança e ajustes, a produção de peixes tornou-se inviável devido à alta presença de predadores naturais e às restrições estabelecidas pela legislação ambiental, que proibia a introdução de espécies exóticas em áreas designadas como refúgio (RIBEIRO, 2014). Como resultado, no início de 2009, a Associação Arroz com Peixe foi encerrada por não atender às metas e objetivos dos agricultores.

Esses acontecimentos demonstram os desafios enfrentados pelos agricultores durante o processo de transição para a certificação orgânica e a necessidade de adaptação às regulamentações ambientais. A extinção da associação reflete a realidade complexa e dinâmica em que os agricultores se encontravam, buscando atender às demandas do mercado e cumprir as exigências legais.

Figura 09 – Localização do Assentamento Filhos de Sepé no município de Viamão/RS



Fonte : Elaborado pelo Beling (2017) com base da Malha Municipal IBGE (2010).

Figura 10 – Mapa do Distrito de Águas Claras identificando a localização da Coperav



Fonte : Elaborado pelo autor com base da Malha Municipal IBGE (2010).

Seguindo os processos de transição, e respeitando as normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Coperav foi criada em agosto de 2009 com o objetivo de promover a produção de arroz orgânico e compartilhar os valores comuns que refletem a história tanto da região onde ela é estabelecida como os princípios das cooperativas estabelecidos como regras de conduta para a boa governança das cooperativas. Também é importante mencionar que a Coperav não é a única cooperativa criada no assentamento para promover a produção, distribuição e comercialização de arroz orgânico. A Cootap (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre), associada à marca Arroz Terra Livre, também é considerada um dos principais produtores de arroz orgânico no assentamento. Essa situação resulta em uma divisão dentro do assentamento em relação às lógicas e estratégias de comercialização implementadas.

No cooperativismo brasileiro, é possível identificar uma clara divisão entre o cooperativismo tradicional, de caráter empresarial, e o cooperativismo solidário, como exemplificado pela Coperav. Essa distinção é fundamentada em princípios e valores distintos que direcionam as práticas e objetivos das cooperativas.

Inicialmente, a produção de arroz estava concentrada em um grupo limitado de famílias dentro da cooperativa. No entanto, à medida que as demandas aumentaram, a cooperativa reconheceu a necessidade de aprimorar seu sistema de produção, integrando mais famílias, especialmente mulheres e jovens. O objetivo era expandir suas atividades para

atender às necessidades da comunidade de forma mais abrangente. Essa estratégia de inclusão de mais famílias no processo de produção do arroz não apenas possibilitou o atendimento das demandas em constante crescimento, mas também promoveu a participação de grupos anteriormente sub-representados. Ao envolver mulheres e jovens, a cooperativa fortaleceu a diversidade e incentivou a contribuição ativa de diferentes segmentos da sociedade.

Essa abordagem da Coperav reflete a importância do cooperativismo solidário, pois valoriza a inclusão, a equidade e a sustentabilidade social. Ao ampliar seu sistema de produção e envolver mais famílias, a cooperativa não apenas busca o progresso econômico, mas também fortalece os laços comunitários e contribui para o desenvolvimento sustentável da região de forma mais ampla.

A Coperav possui diferentes áreas de gestão como agroalimentar, logística, administração e vendas, composta apenas por assentados da reforma agrária com 150 associados e associadas e 20 colaboradores (ZANG, 2021). A produção da cooperativa é comercializada principalmente nos municípios de Viamão e Porto Alegre. A Coperav também atende, por meio de chamadas públicas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados por meio de entrevistas e questionários foram organizados através dos principais eixos temáticos identificados no debate sobre desenvolvimento sustentável, permitindo a organização das informações obtidas.

4.1 EIXOS SOCIAIS

Durante a entrevista, o diretor comercial da Coperav destacou “ não tem empregado, todos são colaboradores, associados ” e passa a dizer que “ não tratamos ninguém como patrão nem como empregado ”, e ele ainda salientou que “ ninguém está acima dos outros, todos estão em pé de igualdade “ o que remete ao princípio cooperativista que sublinha que no sistema cooperativa o que importa é não o capital ou os recursos financeiros, mas sim as pessoas. A Coperav dá grande ênfase ao aspecto humano, baseia-se no senso relacional e busca melhorar a vida de seus associados, como confirma as declarações do representante legal da Coperav de que “ o importante é investir no social”. Os associados e colaboradores são protagonistas do ambiente da cooperativa “ agente toma decisões e trabalham juntos para construir uma cooperativa forte e eficaz “, como confirma um associado.

Para o diretor comercial “ o que diferencia a Coperav de outras organizações é seu aspecto social e ambiental ”. Como aponta Emiliano Limberger, em seu livro *Cooperativa Empresa Socializante* (1996), na cooperativa não existe propriedade privada e não há relação entre empregador e empregado. Segundo o diretor comercial, “ todos são tratados da mesma forma ”, o que é contrário às organizações com fins lucrativos em que o empregador tem obrigação com o empregado, e o empregado vende sua força de trabalho contra uma remuneração ou é enumerado de acordo com o trabalho realizado. De acordo com uma ex-associada da Coperav, que agora trabalha por conta própria na criação de gado bovino, o que a atraiu a trabalhar na Coperav foi seu aspecto relacional com a sociedade, que é completamente diferente de outras organizações onde ela já trabalhou.

Segundo as palavras do diretor comercial, é importante lembrar que “ os associados e colaboradores são, antes de tudo, seres humanos com necessidades e interesses individuais ”. Ele afirma que a Coperav possui planos que garantem que todos sejam tratados de forma justa e equitativa, independentemente de seu status, o que é confirmado por uma associada de 56 anos que possui 14 hectares no assentamento, agricultora orgânica e também ocupa um cargo

na cooperativa. Para ela, não há discriminação na Coperav. Essa declaração sugere que a Coperav segue o princípio fundamental de adesão voluntária e livre, já que não há indícios de que a cooperativa pratique distinção ou tratamento injusto entre seus membros ou associados com base em características pessoais, tais como raça, gênero, orientação sexual, religião, entre outras. Ela defende também o trabalho em equipe, que segundo ela permite que os membros e associados expressem seus pontos de vista sem medo e proponham novas ideias, garantindo que todos sejam tratados com dignidade.

De acordo com a explicação fornecida por um outro associado encontrado durante o período de preparação da terra para plantar o arroz, a visão de trabalho em equipe é o que aproxima a Coperav de seu objetivo. Acredita-se que, ao trabalharem em conjunto, possam contribuir para a construção de um mundo mais justo. Ele também destaca que a Coperav atua principalmente no mercado institucional, como o PNAE e o PAA, algo que seria impossível de alcançar individualmente. Além disso, a Coperav contribui efetivamente para o desenvolvimento econômico de seus associados, como afirmado por a associada de 56 anos que disse : “ Todos os produtos de nossa terra são vendidos aqui ”. Por fim, é ressaltado que a Coperav oferece projetos de assistência anualmente para auxiliar seus associados na lavoura, conforme confirmado por outro associado.

O diretor comercial da Coperav considera que o capital social é um fator determinante que pode afetar o desenvolvimento das organizações sociais. O representante legal da cooperativa confirma essa visão e ressalta que na cooperativa há um setor específico dedicado a ações sociais. Isso justifica a parceria entre a Coperav e a equipe técnica ATES/INCRA para fornecer assistências técnicas e sociais a todas as famílias no assentamento. Esse acordo envolve a presença de seis profissionais, incluindo técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos da Cooperativa dos Técnicos (COPTec), que trabalham ativamente no assentamento para atender às necessidades das famílias assentadas.

Do ponto de vista geral, o aspecto social contribui para a implementação de políticas sociais que visam reduzir a pobreza dos associados o que confirma a fala do diretor comercial que disse “ o social deve sair da sombra⁶ ”. Segundo uma associada, “ toda a produção das terras é vendida na Coperav ”. Outra ressalta a importância da entrega da produção na Cooperativa como a sua única fonte de renda. Isso mostra mais uma vez a importância da

⁶Segundo Oliveira (2003), "sobra é o saldo positivo obtido pela cooperativa, após a dedução dos custos, despesas e reservas obrigatórias". É importante lembrar que a distribuição de sobras em uma cooperativa é feita de forma justa e democrática, levando em conta os interesses de todos os membros e o objetivo de promover o desenvolvimento e o crescimento da organização.

cooperativa na venda de seus produtos. Isso também remete a um dos princípios e valores do sistema cooperativista reconhecido pela ICA (International Cooperative Alliance) que desde sua criação na Inglaterra mais precisamente em Londres, em 1895 (SCHNEIDER, 1999) é reconhecida como entidade responsável, garante e também proteção dos princípios e valores do movimento cooperativista no mundo e que é representado aqui no Brasil pela OCB.

De acordo com o representante legal, em 2014 foi realizado um curso de capacitação técnica em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com duração de 180 horas, que abordaram diversos temas, incluindo o cooperativismo, seus valores e princípios. No ano seguinte, em 2015, a Coperav iniciou um programa denominado Programa de Extensão Cooperativa (PEC) que tem como principal objetivo organizar os negócios da agricultura familiar no assentamento. No mesmo ano, junto com o IFRS Campus Viamão, a Coperav iniciou um projeto de estudo para adultos (EJA) onde a Coperav dispõe de uma sala de estudos própria que lhe permite desenvolver as suas atividades e formar os seus cooperados.

De acordo com um associado da Coperav encontrado na lavoura, a cooperativa organiza constantemente atividades de treinamento e de reciclagem para os cooperados. O representante legal confirmar essa realidade ao comentar que :

A gente tem o convívio diário com os associados, e tem associados que agente organiza nos grupos de produção, e aí são feitas reuniões, mensais, às vezes, elaboração de projetos com os associados, planejamento de plantio e outros...

Isso também se refere ao quinto princípio do cooperativismo - Educação, Formação e Informação - reconhecido pela lei 5.764/71, mais precisamente conhecida como Lei do Cooperativismo. Desde o início, a Coperav colocou a educação no centro de suas preocupações. Esse princípio é visto como elemento fundamental para o crescimento contínuo dos associados, tanto como pessoa física (educação) quanto como profissional (capacitação), além de proporcionar aos associados o acesso a todas as informações (informações) relacionadas à cooperativa. De acordo com o diretor comercial da cooperativa, a Coperav possui um setor que é especificamente dedicado à capacitação e formação dos seus associados e colaboradores, o qual está vinculado ao setor social.

A Coperav sempre esteve atenta à cooperação e também trabalha constantemente para o desenvolvimento contínuo de sua comunidade por meio de suas ações e políticas implementadas (Organização da certificação orgânica das famílias do quadro social ; Aulas de capoeira para o quadro social Pronatec Campo ; Ações permanentes para inclusão de jovens e mulheres ; Participação efetiva nos comitês e espaços de preservação das unidades de

conservação regionais). Segundo o relato do ex-associado da Coperav, sua motivação para trabalhar na cooperativa não foi apenas a fonte de renda, mas sim as políticas implantadas no assentamento. Isso reflete os princípios do cooperativismo, já apresentados no capítulo de revisão bibliográfica deste trabalho. Trata-se da identificação dos princípios 6 : Intercaperação e 7 : Interesse pela Comunidade, colocados prática na Coperav.

As cooperativas se formam quando as pessoas se unem voluntariamente para o bem comum, buscando atingir determinados objetivos e conduzir democraticamente seus negócios em livre associação, assumindo todos os benefícios e riscos decorrentes das atividades da cooperativa. Está estruturada em princípios éticos que a diferenciam de outras organizações. É uma organização assente nos princípios da teoria democrática da solidariedade e da igualdade, que fundamentam a participação dos seus membros no processo de tomada de decisão e garantem a formação cívica dos seus membros de forma moderada.

Também são relevantes os serviços de assistência técnica prestados pela Coperav a seus associados e colaboradores. Segundo o gerente geral, a Coperav presta assistência nas lavouras dos associados, conforme sua fala:

A cooperativa disponibiliza dois caminhões, que aí fazem esse processo de puxar o arroz em casca, da lavoura do associado pro secador onde também é da cooperativa e também a aquisição dos maquinários no valor de R 470.000,00 para prestação de serviços aos cooperados e não cooperados.

Com base nos dados obtidos através da entrevista realizada em grupo composto por três associados na lavoura, a Coperav adotou políticas que melhoraram as condições de vida dos associados, especialmente em relação às condições de trabalho. Eles confirmaram que a Coperav tem oferecido oportunidades para homens, mulheres e jovens, através de iniciativas como a campanha para iniciação no mercado de trabalho e inclusão de trabalhadores locais.

4.2 EIXOS ECONÔMICOS

Conforme relatado pelo diretor comercial, a Coperav sempre priorizou a gestão interna, com o objetivo de garantir sua sobrevivência e sustentabilidade. Priorizar a gestão interna é uma estratégia importante para qualquer empresa que deseje se manter competitiva e sustentável no longo prazo. Isso pode incluir a implementação de práticas eficientes de gestão financeira, a otimização dos processos de produção e a criação de uma cultura organizacional forte e coesa. A equipe técnica trabalhou em colaboração com o órgão gestor para elaborar um plano de manejo de forma participativa. Esse processo se alinha com o princípio dois (2)

das cooperativas, que estabelece que as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus associados. Segundo o diretor comercial, esse plano de gestão é, portanto, desenhado de forma simples e de fácil entendimento para ser facilmente implementado e, ao mesmo tempo, comunicado às partes interessadas.

Segundo diretor comercial, a estratégia de gestão da Coperav visa manter a organização focada em seus objetivos e visão (Ser uma cooperativa reconhecida como referência em alimentação saudável, geração de renda, qualidade de vida e emancipação social através da sustentabilidade e equilíbrio entre seres humanos e a natureza), e também dinâmica e competitiva no mercado. Este plano de gestão inclui objetivos, estratégias e ações de curto, médio e longo prazos. Para atingir esses objetivos, um plano de ação que permite monitorar o desempenho e determinar se os objetivos são alcançados ou não, uma avaliação do desempenho da organização e atualizações regulares do plano de gestão para garantir que ele se adapte às necessidades de mudança e às demandas do mercado.

Segundo o representante legal, todos os sete (7) cargos da Coperav são ocupados somente pelos associados. A ideia de ter todos os cargos ocupados por associados pode ser vista como uma forma de garantir que os interesses dos membros da cooperativa estejam alinhados com os objetivos e estratégias da cooperativa. Isso pode ajudar a criar um senso de propriedade e responsabilidade compartilhada entre os associados, o que pode ser benéfico para a cultura organizacional e o desempenho da empresa a longo prazo. Isso também demonstra o envolvimento dos associados na gestão da cooperativa.

Esse tipo de gestão praticada pela Coperav combina com o princípio da gestão participativa, que prevê que a cooperativa deve ter recursos humanos próprios para assegurar sua gestão. De acordo com uma associada, todos os meus colegas de trabalho são agricultores e possuem terras próprias no assentamento. Assim, os associados da Coperav estão envolvidos na gestão da cooperativa, desde o desenvolvimento da estratégia até a definição e implementação dos objetivos. Além disso, essas posições permitem a tomada de decisão colaborativa. A implantação desse sistema facilita o fluxo de informações, estabelece uma relação estreita de confiança entre os cooperados e a equipe gestora, facilitando a conversa entre os cooperados e a cooperativa e permitindo que os cooperados se sintam parte da governança da cooperativa.

A Coperav apresenta uma estrutura funcional em que a tomada de decisão é caracterizada pela horizontalidade. Ou seja, as decisões são tomadas de forma participativa e colaborativa entre os membros da organização, buscando garantir a representatividade e o

engajamento de todos os envolvidos. Essa abordagem valoriza a diversidade de opiniões e a autonomia dos membros, promovendo uma gestão mais democrática e transparente. Além disso, essa estrutura funcional permite uma maior agilidade na tomada de decisões, pois reduz a hierarquia e os processos burocráticos, favorecendo a resolução de problemas de forma mais ágil e eficiente. Como característica, a democracia é aumentada e efetiva, ou seja, a aprovação da Assembleia Geral é esperada após qualquer decisão ter sido discutida nos departamentos e, posteriormente, na assembleia. Isto confirma a declaração do representante legal, que afirma que os representantes de cada setor (7 setores) da cooperativa são eleitos na assembleia geral pelos membros e são responsáveis pela gestão da organização e de suas atividades. Entretanto, eles também são responsáveis por desenvolver atividades específicas e atender às necessidades de cada departamento. Mas também confirma que cada departamento da Coperav é chefiado por um representante que supervisiona as atividades e monitora os resultados.

A Assembleia Geral é presidida pelo representante legal da cooperativa e é responsável pela aprovação das decisões tomadas na assembleia. Além disso, a Coperav possui uma estrutura organizacional que inclui um Conselho de Administração, composto por membros eleitos, que é responsável por supervisionar e dirigir as atividades da cooperativa.

Segundo o representante legal, a Assembleia Geral é a instituição mais importante da Coperav e um espaço supremo de decisão. No entanto, os debates e a formação de propostas muitas vezes acontecem em setores (cada quarenta dias), onde todos podem apresentar suas propostas e ideias, mas confirma que a Assembleia Geral, é a última etapa do processo decisório coletiva. O que confirma, então, que a Coperav se pautou desde o início pelos princípios e valores cooperativistas que distinguem este tipo de organização no mundo empresarial. Ele afirma mais tarde que esses mecanismos foram criados para finalmente permitir a disseminação de informações. Segundo ele, o objetivo é estimular o diálogo entre os associados e ajudar a ampliar a participação nas tomadas de decisão. De acordo com o representante legal, a Coperav possui um departamento exclusivamente dedicado à capacitação e formação de seus membros, e não tem um período fixo destinado a essas formações.

Esses princípios e valores promovem o envolvimento do associado, a participação nas atividades da cooperativa e a responsabilidade na definição de estratégias e no processo de tomada de decisão. Portanto, a presença e participação dos associados na assembleia geral é de extrema importância e constitui um meio de garantir a manutenção e respeito aos valores e

princípios da cooperativa. A Coperav organiza dois tipos de Assembleia Geral : a Assembleia Geral Ordinária (AGO) e a Assembleia Geral Extraordinária (AGE). A AGO é uma reunião anual obrigatória. Já a AGE é uma reunião especial organizada pela cooperativa sempre que há necessidade de tomar decisões importantes fora do âmbito das atividades cotidianas da organização.

4.3 EIXOS AMBIENTAIS

Segundo o representante legal, as políticas de desenvolvimento sustentável implementadas no assentamento visam reduzir a dependência de pesticidas e promover a agricultura orgânica sem o uso de produtos químicos. A Coperav também promove a preservação dos recursos naturais como água e solo, assim como a produção de alimentos saudáveis para o público. O responsável comercial também diz que a Coperav procura aumentar o envolvimento dos associados em programas de educação ambiental ao mesmo tempo em que incentiva a produção de alimentos orgânicos. O programa de educação ambiental, realizado em colaboração com o INCRA, é destinado a associados e assentados com o objetivo de fornecer conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades práticas para que possam participar de forma responsável e eficaz na prevenção e solução de problemas ambientais, bem como na gestão da qualidade do meio ambiente. Segundo ele, os associados também são apoiados pela cooperativa na realização de projetos ambientais como o plantio de árvores, o uso de energia renovável e a reciclagem dos resíduos provenientes da produção de arroz.

De acordo com um associado aposentadoria que foi no início da criação do assentamento e também da Coperav, “ é proibido plantar agrotóxico no assentamento ” e afirma também que “ tudo os produtos da Coperav são ecológico ” e não contenham ingredientes que sejam prejudiciais à saúde humana ou ao meio ambiente. Através do Programa de Gestão Ambiental (PGA) elaborado pela Eng^a Química Inara Pedrotti que visa a reduzir ao máximo o impacto ambiental e também as políticas de proteção ambiental implementadas no assentamento pelo INCRA. A Coperav promove a proteção da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade a longo prazo do assentamento. Adicionalmente, o associado afirmou que a Coperav tem como objetivo fomentar o progresso econômico e social da comunidade por meio de programas que promovem a educação ambiental, o fortalecimento da agricultura familiar e a sustentabilidade dos assentamentos. Em 2014, a cooperativa

colaborou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e técnicos da Unidade de Cooperativismo de Porto Alegre (UCP-POA) para ministrar um curso de capacitação técnica de 180 horas, com foco na agricultura familiar, onde foram abordados valores e princípios da cooperativa.

A criação da Cooperav ocorreu para atender a uma demanda no assentamento, como destacado pelo seu representante legal, que é produzir alimentos agroecológicos com respeito ao meio ambiente e promover a diversificação, a sustentabilidade, a inclusão social de jovens e mulheres, a geração de emprego e renda, além de atender mercados potenciais. O representante enfatizou que um dos principais objetivos da Cooperav é ajudar seus associados e os assentados a produzirem alimentos orgânicos e agroecológicos. Ele destacou que essa prática é mais saudável por várias razões, tais como a prevenção de alergias, a proteção das gerações futuras contra a contaminação, a ausência de resíduos tóxicos, o sabor mais agradável e a maior densidade nutricional. Além do benefício de ser mais saudável, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos também ajuda a gerar mais renda para os agricultores.

De acordo com a ONU⁷, a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos beneficia cerca de 10 milhões de pessoas em todo o mundo. Além disso, o diretor comercial conta que a Coperav conta com uma equipe de tecnólogos que auxiliam as comunidades no cumprimento das diretrizes do INCRA para a criação de áreas produtivas ecologicamente corretas. De acordo com um associado, a Coperav fornece assistência técnica aos agricultores associados para aumentar a produção de alimentos. Isso foi confirmado pela produção de arroz, que aumentou de 25.500 em 2012 para 56.000 em 2017. Nesse sentido, a Coperav incentiva o uso de práticas agrícolas agroecológicas para a produção de alimentos, pois, segundo o diretor comercial, essas práticas contribuem mais para a proteção dos recursos naturais e redução das consequências ambientais.

Segundo um associado da cooperativa, o que o motivou a ingressar na cooperativa é o aspecto positivo e revolucionário da produção orgânica implementada pela Coperav no assentamento. Entre os aspectos positivos, podemos enumerar a proteção ambiental e também a proteção da qualidade dos recursos hídricos, o que constitui uma preocupação importante para o INCRA.

⁷Dados sobre a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos podem ser encontradas no site <https://brasil.un.org/pt-br/125880-pequenos-agricultores-familiares-produzem-mais-de-um-ter%C3%A7o-dos-alimentos-no-mundo>. Acesso em Março 2023.

No assentamento, a proteção dos recursos hídricos é garantida pela Lei nº 12.651/12. A Associação Distrito de Irrigação local, em conjunto com representantes da Defesa da Bacia do Rio Gravataí, é responsável pelo gerenciamento desses recursos. A água utilizada é proveniente de um poço artesiano que possui outorga emitida pelo Departamento de Recursos Hídricos. A irrigação das lavouras é coordenada pelos próprios produtores por meio de um distrito de irrigação, que participa ativamente dos debates e decisões dos principais órgãos ambientais do estado, como o Comitê de Defesa da Bacia do Rio Gravataí e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Esse modelo de gestão tem sido um exemplo para outros assentamentos no Brasil.

Para atingir esse objetivo que é a produção orgânica de acordo com o diretor comercial, a Coperav integrou em seu plano de manejo, uma organização estratégica geradora de trabalho de extrema relevância, troca de experiências e entreatajuda, favorecendo formas coletivas de trabalho, conduzindo assim a uma nova estratégia que permite aos associados envolverem a autonomia e a soberania alimentar.

A produção da Coperav é baseada em princípios agroecológicos, o que permite uma estratégia de desenvolvimento endógeno. De acordo com um associado da Coperav, a produção agroecológica é a produção baseada nos princípios agroecológicos, visando o autoconsumo e a comercialização do excedente. Isso foi confirmado por outra associada que afirmou: “ o restante da produção é consumido por mim e meus filhos”. De acordo com a fala de representante legal que disse:

Na verdade, o único resíduo que a gente tem no arroz é a quirela, que é feita com farinha, e a quirela que não é em bom estado para fazer farinha, é colocada à disposição dos associados para venda para consumo animal, para os associados que estão tratando galinha, porco, vaca.

A Coperav pratica uma agricultura que se destaca por promover a melhoria da qualidade de vida tanto das gerações atuais quanto das futuras, o que é um dos objetivos do desenvolvimento sustentável estabelecido na Conferência das Nações Unidas em 1987, pois garante viabilidade social, ambiental e econômica. Da mesma forma, o diretor comercial da Coperav concorda com o referencial teórico apresentado por Zucatto (2009) que indica que a agricultura orgânica é um método de produção que visa reduzir a poluição sem o uso de fertilizantes químicos, pesticidas ou organismos geneticamente modificados.

O representante legal da cooperativa, nos explica que “ os produtos usados para tratar os alimentos produzidos no assentamento são biológicos ”. De acordo com um ex-associado que deixou a Coperav, o motivo da saída foi “ eu montei uma produção própria ” “ A Coperav

é uma referência regional na produção de arroz orgânico “ ele confirma também que “ A Coperav pratica uma agricultura orgânica ”. O representante legal explica que

A gente até esse ano está inovando bastante com bactérias biológicas, para produção, e o adubo orgânico, os tratamentos são todos orgânicos, então não é utilizado nenhum tipo de químico.

A agricultura adota práticas para reduzir a poluição da água, ar e solo, buscando aumentar a resiliência dos agroecossistemas e sua rentabilidade. Isso resulta em um aumento sustentável da produtividade, alinhando-se aos objetivos do INCRA, responsável pela fiscalização do programa no assentamento.

Quadro 08: Eixos e Aspectos Importantes: Síntese das Entrevistas

Eixos	Aspectos importantes
Social	A Coperav dá grande importância ao aspecto humano e conta com o senso de relacionamento para melhorar a vida de seus associados, oferecendo-lhes serviços que promovem a qualidade de vida humana. A Coperav está comprometida em fornecer serviços centrados nas pessoas e em promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seus associados. Seus programas de treinamento e desenvolvimento são projetados para desenvolver as habilidades, conhecimentos e habilidades dos associados e encorajá-los a melhorar seu desempenho, seus produtos e serviços e suas relações com seus clientes. A Coperav utiliza um processo de melhoria contínua para assegurar que seus associados recebam as melhores condições e benefícios possíveis.
Econômico	A Coperav prioriza a gestão interna para garantir a sobrevivência e sustentabilidade da cooperativa, incluindo práticas eficientes de gestão financeira, otimização de processos de produção e cultura organizacional forte. O plano de gestão é desenhado de forma simples e fácil de entender, com objetivos, estratégias e ações de curto, médio e longo prazos, monitoramento de desempenho e atualizações regulares. A Coperav também incentiva seus membros a participar de programas de educação financeira e treinamento e lhes oferece ferramentas e recursos para ajudá-los a tomar melhores decisões financeiras. A Coperav também fornece assistência financeira a seus membros, como conselhos e informações sobre como administrar suas dívidas e finanças.
Ambiental	A Coperav desenvolveu planos de ação para salvaguardar ecossistemas, mitigar os riscos do uso de produtos químicos e preservar a biodiversidade, em linha com sua estratégia de desenvolvimento sustentável. Além disso, ela promove a adoção de tecnologias inovadoras e práticas agrícolas sustentáveis para a segurança alimentar através de seus programas de treinamento de agricultores. Ela também promove a conservação do solo, recursos hídricos, técnicas agrícolas ambientalmente corretas e projetos e práticas agrícolas que promovem o manejo sustentável da terra. Como resultado, os membros recebem treinamento contínuo em técnicas de agricultura orgânica, práticas agrícolas sustentáveis e a proteção dos recursos naturais. A Coperav promove e participa de projetos que promovem o desenvolvimento sustentável e a conservação dos recursos naturais. Ela apóia projetos que preservam ecossistemas e incentivam práticas agrícolas ambientalmente amigáveis. Ela também incentiva esforços como o comércio justo e o uso de materiais reciclados.

Fonte : Elaborado pelo autor (2022).

A Coperav tem como foco principal o aspecto humano e valoriza o relacionamento interpessoal como forma de melhorar a qualidade de vida de seus associados. Com o compromisso de oferecer serviços centrados nas pessoas, a cooperativa busca promover o

desenvolvimento pessoal e profissional de seus associados por meio de programas de treinamento e desenvolvimento que visam aprimorar suas habilidades e conhecimentos. A cooperativa também presta assistência financeira aos seus associados e promove a conservação do solo e dos recursos hídricos, além de técnicas agrícolas sustentáveis e práticas de manejo responsável da terra. Os membros recebem treinamento contínuo em agricultura orgânica e práticas agrícolas que respeitam os recursos naturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi estudar e analisar as estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas pela Coperav. De acordo com os dados obtidos por meio de entrevistas e questionários, os associados da Coperav parecem estar satisfeitos com a gestão realizada pela Coperav, e os questionários mostram que alguns desses associados da cooperativa já foram associados a outra organização. A satisfação também foi total e fez-se sentir através dos serviços de assistência prestados aos associados tidos como muito importantes. A Coperav não apenas distribui resultados financeiros no final do ano, mas através de sua política social, a Coperav oferece a seus membros assistência técnica, como treinamento, consultoria e serviços de capacitação para ajudá-los a melhorar suas atividades e aumentar sua produtividade. A Coperav tem um espaço dedicado à educação e treinamento dos membros para ajudá-los a entender melhor os objetivos da cooperativa. Por exemplo, a Coperav fez uma parceria com o Campus Viamão para oferecer cursos sobre vários tópicos, permitindo a seus membros desenvolverem capacidades e assim melhorar suas habilidades e conhecimentos.

É muito importante mencionar que a Coperav desempenha um papel muito importante no respeito às normas ambientais e no desenvolvimento da localidade onde está instalada, como uma cooperativa que representa os pequenos agricultores que, pela sua fragilidade e também pelas restrições impostas pelo mercado, corre o risco de ser sufocado pela concorrência.

A Coperav no assentamento demonstra que encontrou terreno fértil para o seu desenvolvimento e comprova através de suas políticas e ações que se tornou o principal vetor de interação e articulação entre os diversos atores que compõem o setor. Por meio da implementação de ações e políticas adotadas, a Coperav influencia de diversas formas e de forma favorável o meio em que está inserida, oferecendo a oferta de produtos agrícolas sustentáveis e a demanda de insumos, bem como os benefícios associados a esta atividade.

Duas conclusões importantes podem ser destacadas: (i) a Coperav pode ser considerada uma organização que mantém um contato frequente com a comunidade; e (ii) a percepção da Coperav como uma organização de referência é confirmada pelo representante legal, pelos associados e pelos membros da comunidade, devido à sua prática de não utilizar mais produtos químicos no assentamento. Isso implica que o legado da ação cooperativa seja aprovado pelos membros, juntamente com a governança democrática. Além disso, a

apresentação destacou a relevância da Coperav na gestão do ambiente do assentamento, evidenciada pelo controle de um associado da Coperav sobre as práticas ambientais de seus membros.

Dada a importante contribuição dos movimentos cooperativistas, reconhecidos como meio de preservação da força econômica e também considerado como um importante instrumento que tem a capacidade de ajudar a humanidade a sair desta crise competitiva, é muito importante que os governos coloquem em prática estratégias por meio de políticas públicas que, por sua vez, irão promover o desenvolvimento e crescimento deste movimento a nível local e regional.

As políticas públicas implementadas pela Coperav são classificadas em três grupos:

a) Reforma Agrária: (i) convênios de ATER com o INCRA; (ii) Créditos de Instalação, habitação e estruturação; (iii) Programa TERRA SOL; (iv) Educação no Campo (PRONERA) ;(v) Titulação de Assentamentos; e, (vi) Gestão Ambiental.

b) Segurança Alimentar: (i) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); (ii) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); (iii) Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNAE) ; e (vi) Programa Bolsa Família.

c) Geração de Trabalho e Renda: (i) Empreendimentos de Economia Solidária; (ii) e Qualificação de Mão de Obra ; (iii) Ações voltadas para políticas de Gênero ; (iv) Programa Minha Casa Minha Vida Rural ; e, (v) Ações e políticas para a Juventude.

O PRONAF desempenha um papel fundamental no fortalecimento do cooperativismo. Através de financiamentos e incentivos específicos, o programa promove o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares. Isso inclui acesso ao crédito rural e programas de capacitação para melhorar a infraestrutura, adquirir equipamentos e implementar práticas sustentáveis. O PRONAF também oferece apoio técnico, aprimorando as práticas agrícolas e a adoção de tecnologias eficientes, resultando em aumento da produtividade e maior competitividade no mercado. Além disso, ao facilitar o acesso ao capital de giro, investimentos e infraestrutura, o programa fortalece as cooperativas formadas por agricultores familiares, fomentando o associativismo. O PRONAF contribui para a promoção da igualdade social e redução das desigualdades no meio rural, priorizando o apoio aos agricultores familiares em regiões vulneráveis. Essas medidas impulsionam o crescimento econômico, a sustentabilidade e a inclusão social no setor agrícola, fortalecendo o cooperativismo como um todo.

Dessa forma, é evidente através das medidas e estratégias implementadas pela Coperav que a organização tem se destacado como um agente de progresso e combate à pobreza, já que sua perspectiva ultrapassa o aspecto financeiro em níveis locais e regionais. Adicionalmente, iniciativas como o trabalho associativo, a participação e a colaboração entre cooperativas têm se mostrado como elementos fundamentais para o crescimento dos seus membros cooperativos (A Coperav faz parte dos Grupos Gestores do Arroz Ecológico, junto com outras cooperativas como a COOTAP, COOPAN e COOPAT, que representam os trabalhadores assentados das regiões de Porto Alegre, Nova Santa Rita e Tapes). Esse modelo que se diferencia de outros tipos de modelos organizacionais existentes na sociedade atual por meio dessas políticas e ações que mostram que o desenvolvimento local é possível com um mínimo de pessoas envolvidas, motivadas não por uma questão de capital, mas também por um conjunto de ideais tipicamente.

O cooperativismo é sustentável por vários motivos. Ele promove a participação ativa dos membros, fortalecendo a democracia interna e garantindo práticas sustentáveis alinhadas às necessidades e interesses dos membros. A cooperação e colaboração entre os cooperados resultam em um uso mais eficiente dos recursos naturais e na promoção de práticas sustentáveis. As cooperativas têm um foco no desenvolvimento local, contribuindo para o fortalecimento da economia, a geração de empregos locais e a redução da dependência de recursos externos. Além disso, o cooperativismo se baseia nos princípios de equidade e distribuição justa dos benefícios, melhorando as condições de vida dos membros e proporcionando igualdade de oportunidades. As cooperativas também assumem a responsabilidade socioambiental, adotando práticas que minimizam os impactos negativos ao meio ambiente e promovem a sustentabilidade, como a adoção de métodos de produção orgânica e a gestão responsável dos recursos naturais. Em suma, o cooperativismo promove a sustentabilidade ao incorporar a participação, cooperação, equidade, desenvolvimento local e responsabilidade socioambiental em seu modelo de negócios. Isso contribui para a construção de um futuro mais sustentável, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Outro fator importante é que as cooperativas podem ajudar a promover o desenvolvimento econômico local, criando empregos e estimulando a atividade econômica. Isso pode ajudar a reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida das pessoas, o que é um aspecto fundamental da sustentabilidade. Por fim, as cooperativas podem ser uma forma eficaz de lidar com desafios globais, como a mudança climática, por meio da implementação

de práticas sustentáveis e da promoção de uma economia circular. Essa abordagem pode ajudar a garantir um futuro mais justo e sustentável para todos.

Este estudo de um ponto de vista geral contribui para os sistemas cooperativos e seus associados, pois permite estudar e analisar as estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas pela Coperav. Isso reflete, na verdade, que essas políticas adotadas e implementadas pela Coperav efetivamente impactam o comportamento não só de seus associados, mas também dos membros de sua comunidade por meio da descrição e percepções sobre o que é esperado deles em termos de comportamento e responsabilidade social. Isso permite que a cooperativa crie um ambiente de confiança e segurança para seus associados, que por sua vez podem se sentir mais seguros e confortáveis para realizar transações econômicas, sociais e culturais. Esta sensação de segurança e confiança também ajuda a promover a sustentabilidade da cooperativa, pois estimula a participação de seus membros no desenvolvimento de novas ideias e iniciativas. Dessa forma, as políticas implementadas pela cooperativa são importantes ferramentas para garantir uma comunidade saudável e próspera (Geração de trabalho e de Renda, Reforma Agrária e Segurança Alimentar).

No nível acadêmico, a contribuição deste estudo favorece uma análise da prática do ponto de vista teórico por meio do estabelecimento de conceitos e observações empíricas críticas. Por fim, a pesquisa se limita apenas às percepções da Coperav e das pessoas que aceitaram participar da pesquisa. Isso significa que esta pesquisa também possui limitações como outros estudos. Sob este aspecto sugere-se a realização de outras pesquisas em outras cooperativas, de modo a aprofundar esta temática, e que nos permita comparar as políticas e práticas implementadas nestas entidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR ISO 14004: **Sistemas de Gestão Ambiental – Medição e Avaliação**. Rio de Janeiro, 1996.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio do Janeiro: IPEA, 2003.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Análise (diagnóstico) da inserção do Pronaf na política agrícola**: Projeto de Pesquisa. São Paulo; Brasília, 1996.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL- ACI. **Identidad cooperativa**: nuestros principios y valores. 2020. Disponível em: [https:// https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional](https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional). Acesso em: 15 Dez. 2022

ALESSIO, R. Responsabilidade Social das Empresas no Brasil: Reprodução de Posturas ou Novos Rumos?. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 2, n. 1, p. 1–10, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/952>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ALIGLERI, L; ALIGLERI, L. A. KRUGLIANSKAS, I. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

AMATO NETO J. **Sustentabilidade & produção**: teoria e prática para uma gestão sustentável. São Paulo: Atlas, 2011

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARTEAU, M. Plan d'ensemble 2009-2014 du développementcoopératifquébécois. 2009. Disponível em : www.coopquebec.coop/popup.aspx?action=28&id=131&langue=fr . Acesso em: 18 nNov, 2022.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e Sustentabilidade : Novos Modelos e Proposições. **Revista de administração de empresas RAE/FGV**. São Paulo : v. 50, n. 2, abr-jun, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. ed.rev.Ampl. São Paulo : Almedina., 2011.

BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BESSEN, G. R. **Coleta seletiva com inclusão de catadores**: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BEZERRA, J. **Conferência de Estocolmo**. Disponível em:
<https://www.todamateria.com.br/conferencia-de-estocolmo>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BITOUN. *et al.* **Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros**: implicações no Marco jurídico e nas políticas públicas. Brasília: IICA, 2017. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

BJORK, I. *et al.* **Encouraging Renewable Energy Development**: a handbook for international energy regulators. Washington, DC. January, 2011.

BOUTAUD, A. **Le développement durable : penser le changement ou changer le pansement**. Thèse (Doctorat en science et génie de l'environnement) - Ecole Nationale Supérieure des Mines de Saint-Etienne, 2004.

BRASIL. MINISTERIO DO TURISMO. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil** : reflexões e perspectivas. Brasília: Ibama, 2000.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso, e crescimento econômico**. São Paulo: Lua Nova, 2014.

CARVALHO, A. D ; SILVA, B. A. R. A gestão de pessoas e o relacionamento interpessoal no cooperativismo. **Revista de Carreiras e Pessoas**, Mococa, v. 7, n. 3, p.139-150, 2017.

CARVALHO, F. L. Indicadores de avaliação de desempenho de cooperativas agropecuárias: um estudo em cooperativas paulistas. **Revista de Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras**, Minas Gerais, v. 10, n. 3, p. 420-437, 2008.

CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, 1994.

CERDOTES, A ; BÜHRING, M. A. Um repensar ecológico para a efetiva proteção dos recursos naturais : por uma relação de cuidado e respeito com a natureza. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, 2022.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas?**: neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1994.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge, MA: Belknap, 1990.

CRACOLICI, M.F., CUFFARO, M. NIJKAMP, P. The Measurement of Economic, Social and Environmental Performance of Countries: A Novel Approach. **Soc. Indic. Res.**,v. 95, p. 339-356, 2010.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2 ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2011.

- DOUGUET, J. M. ; SCHEMBRI, P. **Qualité de l'eau et agricultures durables : une approche structurelle de l'évaluation des politiques publiques d'environnement appliquée à la région Bretagne.** France : Les Cahiers du C3ED, 2000.
- DOVERS, S. R.; HANDMER, J.W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v.2, n.4, p.262-276, 1992.
- EKINS, P. *et al.* A Framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. **Ecological Economics**, v.44, n.2-3, p.165-185, 2003.
- ELENKOV, D. S. Effects of leadership on organizational performance in Russian companies. **Journal of Business Research**, New York, v. 55, n. 6, p. 467-480, 2002.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The triple bottom line of 21st century business.** Capstone: Oxford, 1997.
- EMILIO F. M; OSTROM, E. **Ecosistemas florestais: interação homem-ambiente.** São Paulo: SENAC, 2009.
- ENGLISH NATURE. **Establishing criteria for identifying critical natural capital in the terrestrial environment:** a discussion paper.Peterborough: English Nature Research Raports,1995.
- FARIAS, F. R. ; ESPÍNDOLA, C. J. O cooperativismo agropecuário do Sul do Brasil a partir da conjuntura econômica dos anos 1980 : alteração territorial de seu centro dinâmico. **Geosul**, v. 31, n. 61, p. 227-248, 2016.
- FAVARETO, A. W., MARIA, N. B. **A Singularidade do Rural Brasileiro : implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas.** Brasília, 2013.
- FERNANDES, B. M. Que reforma agrária? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais [...].** Presidente Prudente, 1998.
- FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **EURE (Santiago)** v.26 n.78 Santiago set. 2000.
- FIORINO, D.J. Explaining national environmental performance: Approaches, evidence, and implications. **Policy Sciences**, v.44, n.4, p.367-389, 2011.
- FOKKEMA, J., JANSEN, L. AND MULDER, K. Sustainability: necessity for a prosperous society.**International Journal of Sustainability in Higher Education**, Vol. 6 No. 3, pp. 219-228, 2005
- FONSECA, E. G. Meio Ambiente e Contas Nacionais: a experiência internacional em vários autores, **Contabilização Econômica do Meio Ambiente.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992.
- FONTES, R. *et al.* **Economia:um enfoque básico e simplificado.** São Paulo: Atlas, 2010.

FRANÇA, F.; GENAUTO ; C. ; LAVILLE, J. **Economia Solidária** : uma abordagem internacional. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREITAS, A. F.; Dias, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, 2012.

FUKUYAMA, F. **Trust**: the social virtues and the creation of prosperity. New York,1995

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura,1961.

GABINETE DE HISTORIA.**O Brasil na Conferência de Estocolmo**. 2013. Disponível em : <http://gabinetedehistoria.blogspot.com/2013/10/1972-o-brasil-na-conferencia-de.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GAWLAK, A. ; RATZKE, F. Cooperativismo primeiras lições. 3 ed. Brasília : **Sescoop**, 2007.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **La décroissance** : entropie, écologie, économie. Paris, 1995.

GIASSON, E. ; NASCIMENTO, P. C. **Levantamento semidetalhado dos solos do assentamento** Filhos de Sepé Tiaraju, Viamão (RS) : relatório técnico. Porto Alegre, 2008.

GODOY, D. P. **Acompanhamento do Projeto de Redesenho da Matriz Agroecológica no Assentamento Filhos de Sepé - Viamão (RS)**. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação em Engenharia Agrônoma) - Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

HALL, J.; VREDENBURG, H. The challenges of innovating for sustainable development. **MIT Sloan Management Review**. Brighton. v.44, n.5, p.61-68, 2003.

HASNA, A. M. Sustainability classifications in engineering: discipline and approach. **International Journal of Sustainable Engineering**,London. v.3, n.4, p.258-276, 2010.

HAWKEN, P. ; LOVINS, A. ; LOVINS, HUNTER. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix-Amana-Key, 2000.

HOFLER, C. E.; BÜTTENBENDER, P. L. Planejamento Estratégico: instrumentos para uma gestão pública qualificada nos municípios In: **Gestão ambiental nos municípios: instrumentos e experiências na administração pública**. Santo Ângelo: FURI, 2010.

HUANG, M.; RUST, R. Sustainability and consumption. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 39, n. 1,p. 40-54, Feb. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO SUPERIOR DE FILOSOFIA BERTHIER - IFIBE. **O cooperativismo de crédito familiar e solidaria**: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza, Passo fundo, 2012.

JANELA, L. J. P. **(des)ruralização (in)definição do conceito de rural**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto, 2013.

JONES, H.G. **Modernas teorias do crescimento econômico**: uma introdução. São Paulo: Editora Atlas, 1972.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre : UFRGS Editora, 2008.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. Tradução Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KELLY, R. ; SIRR, L.; RATCLIFFE, R. Futures thinking to achieve sustainable development at local level in Ireland. **Futures Academy**. Foresight, v.6, n.2, p.80-90, 2004.

KHAMIS, A. M. ; KAMEL, M. S. ; SALICHS, M. A. Cooperation : Concepts and General Typology. *In:IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEMS, MAN AND CYBERNETICS*, 2006, Taipei. **Anais [...]**. Taipei, Taiwan, 2006. p. 1499-1505,

KIREZIEVA, K. BIJMAN, J. JACXSENS, L. LUNING P. A. The role of cooperatives in food safety management of fresh produce chains : case studies in four strawberry cooperatives Food Control. **Journals & Books**, v. 62, p. 299-308, 2016.

KOSLOVSKI, J. P. A cooperação e a responsabilidade social no Paraná. **Paraná Cooperativo**. Curitiba, PR, v. 2, n. 17, p. 3-11, jan, 2006.

KRAJNC, D., GLAVIC, P. Indicateurs de production durable. **Clean Techn Environ Policy**v. 5, p. 279–288, 2003.

KÜHN, D. D. Desenvolvimento rural: afinal, sobre o que estamos falando ? **Redes**,v. 20, n. 2,11-30, 2015.

LAWN, P. **Sustainable development indicators in Ecological Economics**. Cheltenham, Uk: Edward Elgar, 2006.

LÉLÉ, S.M. Sustainable development:a critical review. **World Development**, v.19, n.6, p.607-621, 1991.

LIMBERGER, E. **Cooperativa**: empresa socializante. Porto Alegre: Imprensa Livre, 1996.

LOZANO, R. Towards better embedding sustainability into companies' systems : an analysis of voluntary corporate initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v.25, p.14-26, 2012.

LUIZ, G. G. **Puxada Pelo Agronegócio, Centro-Oeste é a Região que mais cresce no Brasil**.São Paulo, 2015.

- MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações.** London : Cengage Learning, 2020.
- MANZINI, E. **Design, Ethics and Sustainability: Guidelines for a Transition Phase,** Politenico de Milão. Milão, 2006.
- MARTIN, A., MERRIEN, A.M., SABOURIN, M. ET CHARBONNEAU, J. **Senset pertinence de la coopération: Un défid'éducation.** Québec: Groupes Fides, 2012.
- MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. O cooperativismo frente às perspectivas econômicas. **INFOTEC: Informativo Técnico do Sistema OCB.** n. 2, p. 9, 2007. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br>. Acesso em: 01 jul. 2022.
- MAZZER, C ; CAVALCANTI, O. A. Introdução à gestão ambiental de resíduos. **Infarma Ciênc Farmac**, v. 16, p. 11-12, 2004.
- MEADOWS, D.H. *et al.* **The limits to growth.** Nova Iorque: Universe Books, 1972.
- MEINEN, E.; PORT, M. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã.** Brasília: Confebras, 2012.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MELO, T. S. A ideologia por trás do termo agronegócio. **Revista Pegada**, v.19, p.84-113, 2018
- MENARGUEZ, J.G.B. **Crecimiento economico en Corea del Sul(1961-2000).** Madrid: Sintesis, 2003.
- MENDONÇA, M. L. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio.** Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MENDONÇA, S. R. de. **A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945).** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.
- MLADENATZ, G. Histoire des Doctrines Cooperatives. *In:*DIGBY, M. **The World Cooperative Movement.** London: Hutchinson,1933.
- MOLDAN, B. ; JANOUAKOVÁ, S. ; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability : Indicators and targets. **Ecological Indicators**, v.17, p. 4-13, 2012.
- MOON, B.K. **Forum Economique Mondial de Davos, 2016.** Disponível em : <https://news.un.org/fr/story/2016/01/327682-davos-ban-ki-moon-appelle-le-secteur-privé-aider-la-realisation-du-programme-de> . Acesso em:10 abr. 2022

MUELLER, C.C. O Debate dos Economistas sobre a Sustentabilidade – Uma Avaliação sob a Ótica da Análise do Processo Produtivo de Georgescu-Roegen. **Estud. Econ.**, São Paulo, 2005

MÜLLER, M. *et al.* The structural effect of cooperatives on price volatility in the European dairy sector. **Applied Economics Letters**, 2018.

NAMORADO, R. **Da cooperação ao direito cooperativo**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1993.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

NEUMAYER, E. The determinants of aid allocation by regional multilateral development banks and united nations agencies. **International Studies Quarterly**, v.47, n.1, p.101-122, 2003.

NOVKOVIC, S. **The balancing act**: Reconciling the economic and social goals of co-operatives. Quebec: International Summit of Cooperatives 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Constituição de cooperativas. Sistema OCB/RR**. Disponível em: <http://www.ocbrr.coop.br/servicos/constituicao-de-cooperativas.html>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **Cooperativismo Agropecuário**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Insumos_agropecuarios/710/app_ocb. Acesso em: 20 jun. 2022.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. **Glossary of Environment Statistics, Studies in Methods**. New York: United Nations, 1997. Disponível em: <http://stats.oecd.org/glossary/1997>. Acesso em: 18 jul. 2022.

OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, 2002.

OLIVEIRA, L. D. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda** : Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia, 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, L. D. Os Limites do Crescimento 40 anos Depois: Das Profecias do Apocalipse Ambiental ao Futuro Comum Ecologicamente Sustentável. **Continents - Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ** - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. 1, p. 72-96, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015a. Disponível em:

<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>. Acesso em : fev.2022.

OSTROM, E. **A Polycentric Approach for Coping with Climate Change**. 2009. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1934353> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1934353>

PAIS, C. ; GOMES, B. **O Espaço Rural no Âmbito das Políticas de Desenvolvimento**. Coimbra, 2008.

PARRA-REQUENA, G.; MOLINA-MORALES, F. X.; GARCÍA-VILLAVARDE, P. M. The mediating effect of cognitive social capital on knowledge acquisition in clustered firms. **Growth and change**, v. 41, n. 1, p. 59-84, 2010.

PELIANO, A. M. M. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2022.

PINHO, B. D.; VASCONCELLOS, M. A. S. JUNIOR, R. T. (Org). **Manual de Economia – Equipe de professores da USP**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PLOEG, J. D. *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**,v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PRUGH, T.; ASSADOURIAN, E. What is sustainability, anyway ?**World Watch**, v.16, n.5, p.10-21, 2003.

RABBANI, E. R. K. ; LIMA, D. R. L. ; CAVALCANTI, B. V. P. ; SILVA, S. P. R.; ROCHA, E. V. O.; SILVA, M. C. da C. Indicadores de sustentabilidade para avaliação e monitoramento da gestão de resíduos sólidos em Instituição de Ensino Superior de Pernambuco / Sustainability indicators for evaluation and monitoring of solid waste management in a Higher Education Institution in Pernambuco. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 7096–7117, 2021.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, n. 34, pp. 59-101, 1991

RIBEIRO, A. P. **Agricultura familiar em área de proteção ambiental** : o caso do assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2017.

REUS, *et al.* Panorama dos modelos de cooperativas no Brasil. *In*:MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PÓS-GRADUAÇÃO, 15., 2015, Caxias do Sul. **Anais[...]**. Caxias do Sul, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond. 151p. 2004.

SACHS, I. **Environment and styles of development**. Economic and Political Weekly, 1976.

SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. *In: ARBIX, Glauco ; ZILBOVICIUS, M. ; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento*. UNESP, 2001. p.155-164.

SACHS, I. Revisiting development in the twenty-first century. **International Journal of Political Economy**, v. 38, n. 3, p. 5-21, 2009.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.

SANTOS, J. A logística reversa como ferramenta para a sustentabilidade: um estudo sobre a importância das cooperativas de reciclagem na gestão dos resíduos sólidos urbanos. **REUNA**, Belo Horizonte v.17, n.2, p.81-96, 2012.

SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná**. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

SCHARF, R. **Manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Amigos da Terra ; FGV ; GVces, 2004.

SCHNEIDER, F ; KALLIS, G. ; ALIER, J.M. Crisis or opportunity ? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. **Journal of Cleaner Production**, v.18, p.511-518, 2010.

SCHNEIDER, J. O. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, Salvador v. 3, n.2, p. 251-273, 2012.

SCHRIPPE, P.; RIBEIRO, J. L. D. Preponderant criteria for the definition of corporate sustainability based on Brazilian sustainable companies. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Cooperativas**. Brasília, 2014.

SEN, A. The Income Component of the Human Development Index. **Journal of Human Development**, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR. **Introdução ao agronegócio**. Brasília, 2015.

SENHORAS, E. M ; MOREIRA, F. ; VITTE, C. C. S. A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul : da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais. *In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA-CAMINANDO EN UNA AMÉRICA LATINA EN TRANSFORMACIÓN*, 12., 2009, Montevideo. . **Anais [...]**. Montevideo, Uruguai, 2009.p. 7-9.

SHEN, X.; QI, C. Countermeasures towards Circular Economy Development in West Regions, **Energy Procedia**, v. 16, Part B, 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SIMÃO, A. G.; BANDEIRA, A. O cooperativismo como alternativa para o atingimento da sustentabilidade. Trabalho Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da **CENTRO UNIVERSITÁRIO — UNIFAE**, 2011. Disponível em: www.unifae.br/publicacoes/pdf/.../angelo_arnaldo_cooperativas.pdf . Acesso em: 19 jul.2022.

SLIMANE, M. Role and relationship between leadership and sustainable development to release social, human, and cultural dimension. **Social and Behavioral Sciences**, v. 41, p.92-99, 2012.

SOUZA, A. C. A. A Evolução da política ambiental no Brasil do séc. XX. **Revista de Ciência Política**, n.47, jan-dez, 2015.

SOUZA, M. M. O. O movimento cooperativista no brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, 2009

SOUZA, O. T.; SANTIN, M. F.; ALVIM, A. M. Desenvolvimento, agropecuária e meio ambiente no Brasil: instrumentos e possibilidades de reconciliação. **Editora UFPR**. Paraná, n.15, p.57-65, jan/jun. 2007.

TAGUCHI, R. L. **Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos domiciliares com uso do Balanced Scorecard**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.

THENÓRIO FILHO, L. D. **Pelos caminhos do cooperativismo**: com destino ao crédito mútuo. Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 1999.

THIOLLENT, M. Pesquisa e extensão para o desenvolvimento tecnológico em contexto local. *In*: CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA E TECNOLOGIA, 3., 1994, Rio de Janeiro. Anais [...].Rio de Janeiro,1994.

TREGGAR, A. ; COOPER, S. Embeddedness, social capital and learning in rural areas : The case of producer cooperatives.**Journal of Rural Studies**, v. 44, p. 101-110, 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME — UNDP. **Human development indices and indicators 2018 statistical update**. 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2018-update>. Acesso em: Dez 2022.

VAN DIJK, T. Política, ideología y discurso. **Quórum Académico**,v. 2, n.2, p. 15-47,2005

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**.São Paulo:Editora 34,2015.

VEIGA, J. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VEIGA, J. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18, n.51,p. 51-67, 2004.

VEIGA, J. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 3.ed. 2008.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT-WCED.**Our Common Future**. Berlin (West), 1987.

WICHER, P. *et al.***Sustainability performance assessment of industrial corporation using Fuzzy Analytic**.New York: Network Process, 2019.

WILLERS, E. M. **Cultura associativa** : a gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião oeste paranaense. 2015.

WOLFGANG, S.**Dicionário do desenvolvimento**, Petrópolis; Vozes, 2000.

WREGE, M. S. *et al.***Atlas climático da região sul do Brasil** : estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

TUSSEL, J. **Dictadura franquista y democracia 1939-2004**: Historia de Espana. Barcelona: Critica, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**: Indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

**APÊNDICE A – TEXTO DO TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE
E ESCLARECIDO**



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

**Trabalho de Conclusão de Curso
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – PGDR/UFRGS**

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica a Dissertação “*A relação entre sustentabilidade e o cooperativismo: o caso da COPERAV em Viamão/RS*” para o qual você está sendo convidado/a a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar da Dissertação “*A relação entre sustentabilidade e o cooperativismo: o caso da COPERAV em Viamão/RS*”, que tem como objetivo: Analisar as estratégias de sustentabilidade adotadas pela Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV).

A minha participação consiste na recepção do aluno **Ayawovi Djidjogbe Fanho** para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que esta pesquisa resultará em uma dissertação escrito pelo aluno e estou de acordo em participar, garantido o anonimato em relação às informações entregues ao mestrando.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização da dissertação, estando de acordo.

Assinatura _____

Viamão , ____ / ____ /2022

Você possui agroindústria ? () sim () não. Em caso positivo, a matéria prima é própria?
Se não, qual é a origem ?
Caracterização da agroindústria (produtos):
Tem registro sanitário ? () sim () não () em fase de obtenção
Local de produção: () casa () peça separada () estrutura própria () coletiva
A apresenta alguma limitação em relação aos equipamentos para produção ?
Nº pessoas trabalham nas atividades rurais e agroindustriais:
Mão de obra: () própria () contratada
Existem vantagens de ser associado à cooperativa ? () sim, quais? () não
Armazenagem e os transporte de produtos
Armazenagem Própria : () sim () não
A produção é armazenada (caso não possua armazém próprio) ? () sim () não
Qual o sistema de armazenagem utilizado ?
Todos os seus produtos são enviados para a cooperativa ? () sim () não, se não fazer o que do resto.
Você tem outros clientes além da cooperativa. ? () sim () não
Que tipo de transporte você usa para transportar os produtos ?
Impor aos transportadores de produtos uma velocidade a não exceder ? () sim () não
Você já teve dificuldades em atender o cronograma de entrega ? () sim. Quais ? () não
Utiliza contratos de venda antecipada?
O que você faz com produtos não vendidos ou depreciados ?

**APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO NA PESQUISA DE
CAMPO – GESTORES**

ENTREVISTA COM O DIRIGENTE DA COPERAV									
Identificação:									
Endereço:									
Ano de fundação:									
Conte-nos sobre a Coperav.									
Quantas pessoas trabalham na Coperav? _____ () Homens () Mulheres									
A cooperativa possui quantos associados ? _____ () Homens () Mulheres									
Quantos associados possuem certificação orgânica ?									
Há alguns associados que também são trabalhadores da cooperativa ? () sim () não									
<i>Produtos</i> <i>Produção convencional</i>									
<i>Produtos</i> <i>Produção orgânica</i>									
Mercados alimentares que a Coperav abastece:									
Percentual (valores anuais que vão para cada mercado):									
	Mercado	Percentual	Mercado	Percentual					
Logística (municípios) que a cooperativa entrega alimentos:									
Há assistência técnica para os associados ? () sim () não Em caso positivo, qual?									

Os questionários										
Como é feito o transporte dos produtos da fazenda para a cooperativa?										
Quem é responsável pelo transporte dos produtos										
Você já participou do transporte de produtos da fazenda até a cooperativa, se sim, fale em										
A cooperativa tem quantos setores										
Como é organizado o trabalho em cada setor.										
Qual é a frequência de treinamento para funcionários e associados										
Você usa produtos químicos para processar seus produtos										
Os produtos usados para tratar alimentos têm efeitos negativos sobre o meio ambiente.										
Utiliza contratos de venda antecipada?										
O que você faz com produtos não vendidos ou depreciados										
PRODUÇÃO (comercialização dos produtos pela cooperativa.)										
O que é comercializado na propriedade (produtos in natura e/ou processados):										
Produtos	Canais de comercialização									
	Associação ou cooperativa	PNA E	PA A	Supermer c	Feira s	Diret a	Indústria s	Atravessado r	Expor t	
<i>Notas : perguntar se usam outro canal além dos mencionados.</i>										
Políticas Públicas		Acessou?	Onde usou o recurso?				Dificuldades			
Pronaf										
PNHR										
FEAPER										
PNCF										
Banco da terra										
Outras:										

**APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO NA PESQUISA DE
CAMPO – MEMBROS DA COMUNIDADE**

PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS MEMBROS DA COMUNIDADE	
Nome:	
Data nascimento:	Idade:
Escolaridade (ensino): () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo	
Naturalidade:	UF:
Telefone fixo: ()	Celular: ()
Quantos membros na família:	
Possui veiculos ? () Sim () não Quantos? Auxiliam no trabalho?	
Fontes de renda: () agricultura () agroindústria () artesanato () aposentadoria () arrendamentos () trabalhos rurais temporários () trabalhos urbanos () outros. Citar	
Principal atividade - renda: () agricultura () pecuária () agroindústria () outra	
OS QUESTIONÁRIOS	
Você já trabalhou na cooperativa Coperav. () sim () não quantos anos	
O que motivou a trabalhar na Coperav?	
Por que você saiu do Coperav ?	
Conte-nos sobre a Coperav	
Segundo você, a cooperativa implementa as práticas relacionadas à proteção do meio ambiente?	